

Sumário deste número

EDITORIAL: Mapa do Brasil — Eng.^o CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (pág. 1265).

COMENTÁRIO: A Geografia e o Meio Vivo — PIERRE MONBEIG (pág. 1267).

TRANSCRIÇÕES: Petróleo — Sangue da Civilização Moderna — AVELINO INÁCIO DE OLIVEIRA (pág. 1270). — As Rodovias dos Estados Unidos na Guerra e na Paz — FREDERICK SIMPICH (pág. 1275).

RESENHA E OPINIÕES: A região dos campos no Brasil (pág. 1287). — Geografia Urbana (pág. 1288). — O cenário físico no tempo colonial (pág. 1290). — O Brasil e a Geografia (pág. 1292). — A questão dos latifúndios (pág. 1293). — Confeção de diapositivos (pág. 1296). — A população da Argentina em 1944 (pág. 1297).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: — Aspectos Gerais da Fisiografia das Regiões Fronteiriças — Prof. F. A. RAJA GAPAGLIA (pág. 1300). — Programa de Geografia (pág. 1305).

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pág. 1309). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 1310). — Instituto do Açúcar e do Alcool (pág. 1311). — Ministério da Agricultura (pág. 1312). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 1312). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 1312). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Círculo de Técnicos Militares (pág. 1313). — Fundação Brasil Central (pág. 1313). — Núcleo Paranaense da Associação dos Geógrafos Brasileiros (pág. 1314). — Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro (pág. 1315). — CERTAMES — I Congresso Sul-Americano de Petróleo (pág. 1315). — UNIDADES FEDERADAS — Minas-Gerais (pág. 1315). — MUNICÍPIOS — Florianópolis (pág. 1316). — Itumbira (pág. 1316). — EXTERIOR — Estados Unidos da América do Norte (pág. 1316). — Paraguai (pág. 1317).

RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS: Paraíba (pág. 1318). — Paraná (pág. 1321).

BIBLIOGRAFIA: APONTAMENTOS BIO-BIBLIOGRÁFICOS (Rodolfo Garcia) (pág. 1324). — REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 1326). — Periódicos (pág. 1329). — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — Relação de mapas apresentados na exposição anexa à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia — Guatemala (pág. 1332). — RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO — Revista Brasileira de Geografia — Índice dos trabalhos publicados nos números correspondentes aos anos I a V (1939-43) (pág. 1334). — Boletim Geográfico — Índice dos trabalhos publicados nos ns. 1 a 33 (pág. 1337).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis publicados no período de 15 de novembro a 15 de dezembro de 1945 (pág. 1354). — Integra da legislação de interesse geográfico — Decretos-leis (pág. 1362). — Decretos (pág. 1364). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Integra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico — Bahia (pág. 1365). — Pernambuco (pág. 1367). — São-Paulo (pág. 1368). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Geografia — Integra das Resoluções ns. 297 e 298 (pág. 1369).

Boletim Geográfico

Ano ^{IV} ~~III~~

JANEIRO DE 1946

N.º 34

Editorial

Mapa do Brasil



Em fins de 1945 saiu a primeira edição do novo mapa do Brasil, editado pelo Conselho Nacional de Geografia na escala de 1:5 750 000.

O mapa está impresso em dez côres, e nêle constam, de maneira atualizada, os limites do Brasil, das Unidades Federadas e dos Municípios, curvas de nível representativas do relêvo do território nacional, as estradas de ferro, as principais rodovias e cidades, os mais importantes rios e acidentes geográficos.

A coloração do mapa está feita segundo o critério hipsométrico: o azul cobre as superfícies de água, e côres gradativas mostram as áreas do território nacional com altitude até 200, 500, 1 000 e mais de 1 000 metros sucessivamente.

Há no mapa editado pelo Conselho particularidades, que merecem ser conhecidas.

O sistema de projeção cartográfica escolhido, por oferecer vantagens técnicas, aplica-se a primeira vez no Brasil: trata-se da projeção bipolar oblíqua cônica, conforme, que foi divulgada por O. M. Miller no número de janeiro de 1941, da excelente Geographical Review, publicação trimestral da importante American Geographical Society, com sede em New York, U. S. A.

Na compilação do mapa foram utilizados elementos e dados atualizados; assim, o mapa apresenta os mais recentes resultados da pesquisa geográfica no País, bem como a nova nomenclatura das cidades brasileiras, que sofreu há pouco minudente revisão com o objetivo de eliminar-se a repetição de nomes.

No desenho do mapa foram usados processos simplificados, que reduziram de muito o tempo da execução do serviço, cumprindo ressaltar-se o fato de todos os nomes figurantes no mapa terem sido impressos em papel transparente adequado e não desenhados a mão, o que representou extraordinária economia de tempo, a superar vantajosamente o inconveniente dum acabamento menos primoroso que o elenco de tipos do Serviço Gráfico, não abundante e não especializado, haveria de determinar, como determinou.

Ainda, no mapa há a ressaltar a existência no rodapé de cinco pequenos cartogramas esquemáticos, a apresentarem de forma sintética os seguintes aspectos fundamentais da Geografia do Brasil: a divisão regional oficial, os climas segundo Köppen, o relêvo, a geologia e a vegetação.

Representa o lançamento do mapa do Brasil, na escala de 1:5 750 000, um esforço louvável do Conselho que, exclusivamente com os recursos próprios, enfrentou todos os problemas da edição, desde o desenho até a impressão.

Procurou, é claro, realizar trabalho bom; entretanto, não tem a pretensão descabida de proclamar obra perfeita.

Muito ao contrário disso, o Conselho pede a todos quantos compulsarem o mapa que editou, e pede ençarecidamente, que lhe encaminhem observações denunciando os erros, enganos ou senões que porventura encontrem.

Aliás, é uma colaboração que se impõe aos brasileiros de boa vontade, compreensivos e cooperadores, para que as futuras edições do mapa, — já em cogitação, tão rapidamente vai se escoando a primeira edição — apresentem do Brasil uma imagem mais fiel, mais enriquecida e nobre.

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO

Secretário Geral do Conselho Nacional
de Geografia



A Geografia e o Meio Vivo

PIERRE MONBEIG

Da Universidade de São-Paulo

Através de sua curta história e de suas perpétuas migrações, a espécie humana domesticou animais e plantas. Formou assim associações que a acompanham e cuja composição tende a uniformizar-se cada vez mais; é, em grande parte, graças a esta dupla ação de domesticação e de constituição de agrupamentos antropógenos, que o homem conseguiu viver e dispersar-se no globo. Mas outros grupos entraram em contacto com a espécie humana, tendo-se mesmo associado aos grupos humanos, não mais como aliados, mas como inimigos que limitam as possibilidades de expansão do homem e refreiam suas capacidades produtivas. Num e noutro caso, os problemas podem ser encarados sob o ponto de vista da Geografia. Colocando-se, de início nas próprias fontes desta ciência que estuda as relações entre o homem e o meio, isto é, relembando o estreito parentesco que une a Geografia e a Ecologia; a seguir, tomando em consideração um dos problemas essenciais da Geografia Humana que é o da localização e distribuição da espécie humana no espaço. Convém, de resto, acrescentar desde logo, que este último problema não poderia ser analisado sem o concurso da História, pois a situação atual é apenas um momento na evolução iniciada há muito e que prossegue aos nossos olhos.

Dia a dia, mais se habituaram os geógrafos a estudar as relações do homem com o meio físico e a distribuição da espécie humana em função do clima e do relevo, deixando de parte muitos outros elementos do meio. É como que uma reação contra esta tendência que se manifesta em livro publicado em França em 1943; o autor, Sr. Maximiliano Sorre, professor de Geografia na Sorbonne, sentiu-se sempre atraído pelos problemas de Biogeografia. O título da sua obra *Os fundamentos biológicos da Geografia Humana — Ensaio duma ecologia do homem* — indica claramente que se trata dum ponto de vista até aqui pouco adotado pelos geógrafos, sobretudo franceses e que os problemas abordados devem ser sobretudo interessantes para um país em via de povoamento e de exploração, como o Brasil.

Um dos capítulos mais importantes é dedicado ao estudo das associações do homem, isto é, aos agrupamentos de vegetais e de animais domesticados pelo homem e que o seguem por toda parte onde ele se instala. Numerosos cientistas levantaram a questão da origem da domesticação; a Arqueologia, a Linguística, a História e mais ainda a Genética trouxeram sugestões do mais vivo interesse. Nos últimos quinze anos, Vavilov apresentou uma série de sedutoras hipóteses referentes à localização dos pontos de origem das principais plantas cultivadas; elas foram retomadas e parcialmente discutidas por Sorre, à luz das condições geográficas nos períodos interglaciais e post-glaciais. Notemos que um outro livro francês, também editado em 1943, trata dos mesmos problemas (Haudricourt e Hédin — *L'Homme et les plantes cultivées*. — Colletion Geographie Humaine). Mais ainda do que os centros regionais, interessa à Geografia Humana a expansão dos agrupamentos antropógenos. É claro que a expansão duma planta cultivada depende, antes de tudo, dos fatores ecológicos que lhe são próprios e mais especialmente das condições climáticas que ela exige. Entretanto, a extraordinária

dispersão da cultura do trigo demonstra as qualidades de plasticidade peculiares a esta planta, mas da qual o homem soube tirar partido. Nada mais sugestivo do que as páginas de Sorre sobre a demonstração e a expansão da vinha.

Os elementos físicos permitem interpretar-se uma carta na qual se acha representada a área de expansão duma planta ou dum animal, ou a duma associação de plantas e de animais ligados a determinado agrupamento humano. Mas a expansão e a própria existência da associação são obra do homem; sua ação refletida é encontrada no transporte de inúmeras espécies vivas e da constituição dos agrupamentos que o escoltam nas suas migrações (daí a expressão associações antropógenas). A participação humana na difusão dos grupos vegetais domesticados aparece primeiramente na conquista do espaço: "Diferentes das associações naturais, dotadas de dinamismo progressivo as associações do homem têm necessidade que este proceda para elas à conquista do espaço". É pela criação dum meio, em suma, artificial, que o homem garante a persistência e a expansão das associações por êle criadas; ao redor das casas e das aldeias, nos campos cultivados, nas áreas devoradas pelo fogo reaparecem por toda parte as mesmas plantas; reunindo nas suas culturas, plantas diversas, como por exemplo, cereais e oliveiras nas regiões mediterrâneas, ou culturas intercaladas nas fazendas paulistas, o homem fabrica microclimas que estreitam os laços que unem os elementos das associações antropógenas. Entretanto, à ação protetora e criadora dos homens, contrapõe-se a formação dum parasitismo peculiar aos agrupamentos antropógenos. Bem significativa a este respeito é a descrição dos parasitas, hiperparasitas e predadores que vivem da cultura do algodão no sul dos Estados-Unidos. A luta esboça-se e acaba por instalar-se entre os elementos antagônicos e as espécies úteis, luta que o homem vigia, dirige e limita com sua persistente intervenção contra o meio.

Para dirigir a luta e para manter a unidade no seio das associações por êle constituídas, o homem impõe uma ordem. Tal ordem é o sistema de cultura. Aparece este como permitindo aos homens estabelecer um equilíbrio entre as plantas e os animais por êle agrupados; ajuda-o a defender o equilíbrio contra o ataque de inimigos. A aplicação dos sistemas de cultura necessita do esforço coletivo dos homens; é, portanto criadora ou, pelo menos, reforçadora dos agrupamentos humanos. Esforço coletivo que no início, reuniu apenas vizinhos ou grupos vizinhos, mas que exige, cada vez mais, a intervenção dos Estados, dos grupos de Estados e mesmo, finalmente, alianças internacionais.

O combate contínuo travado pelos homens tem uma finalidade muito precisa: garantir-lhe a satisfação das necessidades alimentares. Assim, o estudo da formação e da expansão dos agrupamentos antropógenos nos leva, logicamente, à função da nutrição e à Geografia alimentar. É um tipo de pesquisa que não foi menos-prezado no Brasil nos últimos anos, sendo de lastimar-se que a interrupção das relações científicas entre a França e o Brasil tenha privado o professor Sorre do conhecimento da bibliografia brasileira relativa à alimentação em geral e à Geografia alimentar em particular. M. Sorre tem toda a razão em insistir no fato de que a maneira pela qual se alimenta um grupo de homens é tão típica de seu gênero de vida quanto sua casa ou sua técnica agrícola; os estudos clássicos de Geografia não deixam nunca de descrever o *habitat* e a vida rural e, entretanto, não dedicam, e raramente, mais do que algumas pobres linhas à alimentação. Lacuna incompreensível. Talvez porque aos geógrafos faltasse ainda um método capaz de orientá-los nesse domínio; perceberam o perigo de penetrar nos domínios dos folcloristas ou dos higienistas. O livro de Sorre dá-lhes ao mesmo tempo uma classificação da distribuição geográfica dos regimes alimentares e um esboço de método de pesquisa.

O primeiro objeto do geógrafo, ao estudar a alimentação humana, é conseguir a imagem mais fiel possível da vida dos homens em determinado meio geográfico; é um capítulo da análise do gênero de vida. Em inúmeras regiões, a fome constitui permanente ameaça; as condições climáticas, o baixo nível técnico, a superpopulação impedem os homens de ter constantemente a quantidade de

alimento que lhes é necessária. As bases geográficas da fome devem, portanto, ser trazidas à luz. As vezes, o regime alimentar acarreta igualmente perturbações por ser mal equilibrado, e, no caso associa-se ao predomínio quase exclusivo duma única cultura: é a velha história do arroz e do beribéri e também ao menos em parte, da pelagra e do milho. Enfim, os modos de alimentação podem variar conforme as raças, isto é, grosso modo segundo as partes do mundo. Como se vê, a Geografia dos regimes alimentares assim concebida permanece dentro das normas geográficas; relações com o meio físico, problemas de localização e de distribuição no espaço.

Em tudo isso, o homem não é considerado passivamente. Não são apenas as condições impostas pelo meio que são submetidas ao geógrafo; não é apenas a ecologia. Se as considerações de M. Sorre se limitassem estritamente a isso, elas nos fariam retroceder de um século, antes de Vidal de la Blache. O professor Sorre não esqueceu as lições do Mestre, ao descrever a constituição dos agrupamentos antropógenos sob a ação refletida dos homens, ao insistir nesta ordem humana que constituem os sistemas de cultura ou, ainda, quando ao lembrar que nem tudo é puro materialismo no regime alimentar, acentua o papel do homem como agente geográfico.

 O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se este à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sobre o território brasileiro.

Petróleo—Sangue da Civilização Moderna

Transcrição parcial da *Revista Técnica e Didática de Engenharia*, ano VI, vol. V — Ns. 7, 8, 9 e 10, setembro de 1944/junho de 1945.

Eng.º AVELINO INÁCIO DE OLIVEIRA

Chefe da Divisão Técnica do Conselho Nacional do Petróleo

A criação do Conselho Nacional do Petróleo — Em 1938, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, com a finalidade de colocar o problema do petróleo no primeiro plano das cogitações do govêrno.

Esse novo órgão, em 1939 assumiu a responsabilidade integral de todos os assuntos relacionados ao petróleo, tais como a pesquisa, produção, industrialização, contrôle do comércio, distribuição dos produtos derivados e conveniência de serem firmados tratados internacionais referentes a esse combustível.

No ramo de suas atividades relacionadas à pesquisa, produção e industrialização, merecem ser ressaltados os trabalhos executados nos Estados de Alagoas e Bahia. Nesses Estados o Conselho Nacional do Petróleo, cliente de que não há problema de pesquisa mineral que exija mais ação técnica do que o do petróleo, adquiriu máquinas perfuradoras modernas e contratou técnicos especializados norte-americanos para executar os trabalhos de perfuração. E não ficou aí essa acertada orientação. Contratou técnicos em geofísica, para completar o seu moderno conjunto técnico na pesquisa do petróleo.

O Conselho tem como centro de trabalho o Estado da Bahia, onde foram descobertos e desenvolvidos os seguintes campos de petróleo: Lobato, Aratu, Candeias e Itaparica.

Em franca produção — O campo de Lobato, situado na parte norte de Salvador, no litoral da baía de Todos-os-Santos, tornou-se célebre porque aí foi descoberto, em 23 de janeiro de 1939, o primeiro horizonte petrolífero produtor. Esse campo foi desenvolvido e os diversos poços pertencentes ao mesmo estão na sua circunvizinhança, em Joanes, Santa-Luzia, Maçaranduba e Itapajipe.

Nesse campo foram perfurados 17 poços dos quais são produtores de petróleo os seguintes:

L-12, L-13, L-14, L-15 e L-17

com a produção potencial diária de 80 barris e a produção efetiva anual assim discriminada:

1940	2 089,12 barris
1941	2 931,50 "
1942	6 947,91 "
1943	15 639,80 "
1944 (até 31 de julho)	13 007,32 "
	<hr/>
	40 615,65 barris

Possui êsse campo 13 poços, dos quais são produtores de óleo os seguintes:

A-1, A-2 e A-6

com a produção potencial diária total de 70 barris e a produção efetiva anual assim discriminada:

1942	13 556,61 barris
1943	14 496,66 "
1944 (até 31 de julho)	5 997,55 "
	<hr/>
	34 050,82 barris



Fig. 2 — Seção através da baía de Todos os Santos, Bahia, segundo a concepção primitiva de Branner (1889): os sedimentos cretáceos do recôncavo expõem em sinclínio uma depressão do embasamento cristalino.

Dos poços restantes, produzem gás, à pressão latente de 1 070 libras, os seguintes:

A-3, A-4, A-5, A-7, A-9, A-10 e A-13.

A reserva de gás é grande; embora ainda não totalmente conhecida, é avaliada em milhões de metros cúbicos e o seu aproveitamento industrial será uma realidade dentro de algum tempo.

O campo de óleo de Candeias, localizado a oeste da vila dêsse nome, a 45 quilômetros a noroeste de Salvador, é presentemente o melhor da Bahia. Possui 8 poços produtores. O horizonte oleífero está a profundidade, variável, entre 1 000 e 1 200 metros.

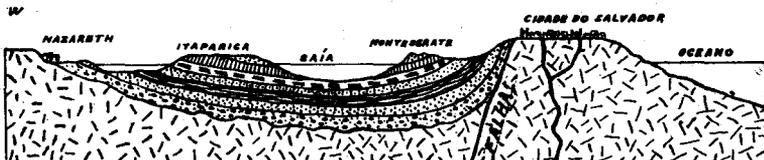


Fig. 3 — Nova concepção da estrutura do recôncavo segundo Branner (1913); a série cretácea ocupa uma depressão sinclinal entre as lombadas cristalinas do Salvador e Nazaré, Bahia, sendo deprimida abaixo da primeira ao longo de uma falha.

São os seguintes os poços dêsse campo:

C-1, C-2, C-3, C-4, C-5, C-6, C-8 e C-10

com a produção potencial diária total de 350 barris e a produção efetiva anual assim discriminada:

1941	188,50 barris
1942	10 037,37 "
1943	15 212,45 "
1944 (até 31 de julho)	11 404,74 "
	36 843,06 barris

O campo de Itaparica está situado na ponta nordeste dessa ilha. Esse campo tem 12 poços perfurados, dos quais, são produtores de petróleo, os seguintes:

I-2, I-3, I-4 e I-7

com a produção potencial diária total de 105 barris e a produção efetiva anual assim discriminada:

1942	2 089,53 barris
1943	2 804,38 "
1944 (até 31 de julho)	3 834,13 "
	8 728,04 barris

Esse horizonte produtor de óleo ocorre em profundidade variável. Está no nível de 470 a 770 metros nos poços I-2 e I-3. Há outro nível produtor de gás em horizonte inferior, cujos poços dão grande produção com alta pressão. Esse campo de gás já pode ser apreciado do ponto de vista do seu aproveitamento industrial.

A industrialização — A industrialização do petróleo ainda está em começo. Numa pequena refinaria experimental instalada no campo de Aratu, na qual se usa, como combustível, o gás natural de um dos poços, a quantidade de petróleo tratado até fins de 1943 foi de 5 044 metros cúbicos, dando os seguintes produtos:

Gasolina de 1. ^a	353 670 litros
Gasolina de 2. ^a	889 721 "
Gasolina solvente	35 952 "
Querosene	652 150 "
Resíduo	3 104 000 "
Diesel	654 235 quilogramas
Óleo combustível	2 194 999 "

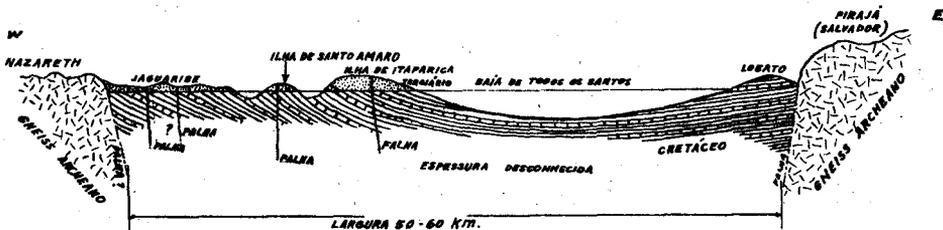


Fig. 4 — Corte geológico hipotético através da baía de Todos os Santos, mostrando a estrutura em fossa do reôncavo, preenchida pelos sedimentos lacustrinos da série Bahía (cretáceo-neoceno-miano). Esta acha-se na maior parte recoberta pela série das barreiras (terciário). Na localidade Lobato, assinalada à direita, foi pela primeira vez obtido, em 1939, petróleo em quantidade industrial, no Brasil (Leonardos).

Os produtos obtidos pela mencionada refinaria são consumidos em larga escala nos serviços do próprio Conselho e o excedente vendido no próprio local aos serviços públicos. O montante deste movimento em 1943 foi de Cr\$ 3 623 722,94.

Como se vê, o desenvolvimento das pesquisas pelos métodos modernos, aplicados pelo Conselho Nacional do Petróleo pode ser assim resumido:

Perfurações executadas

	BAHIA <i>metros</i>	ALAGOAS <i>metros</i>
1939	1 723,43	1 100,00
1940	4 991,87	2 554,45
1941	8 536,96	5 092,04
1942	12 729,43	4 371,28
1943	12 846,20	paralisado
1944 (até 30 de setembro)	9 882,02	paralisado
	<hr/>	<hr/>
	50 709,91	13 117,77

Metragem perfurada até 30 de setembro de 1944: 63 827,68 metros.

Futuro promissor — Finalmente, tendo em mira um mais largo programa de trabalhos sobre sólidas bases técnicas, e que pudesse alcançar tôdas as regiões do país, interessantes para petróleo, a atual administração do Conselho Nacional do Petróleo buscou entendimentos nos Estados Unidos da América com uma firma independente e de fama mundial: De Golyer & Mac Naughton, para com ela firmar os novos ramos.

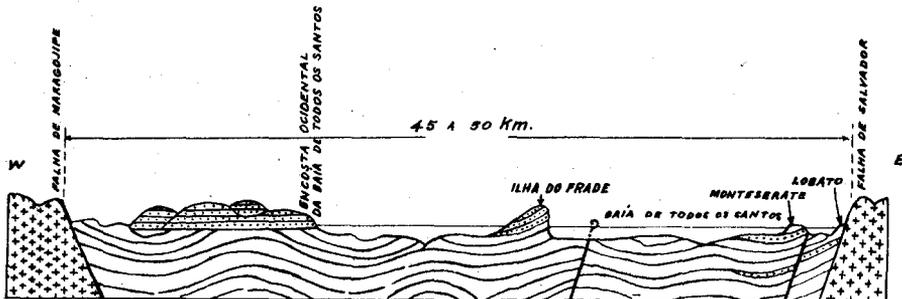


Fig. 5 — Corte geológico esquemático através da baía de Todos os Santos, de Salvador a Maragogipe, Bahia, (conforme a concepção final de P. Moura) — 1 — complexo fundamental brasileiro; 2 — série Bahia (cretáceo); 3 — formação das ilhas (cretáceo ?); 4 formação Baixo-Paraguai (terciário.)

Entre as operações nesse sentido já realizadas, podemos enumerar duas, de alta significação para a obra afeta ao Conselho. Queremos nos referir à viagem do Sr. E. De Golyer ao Brasil, com o fim de apreciar a nossa situação geral face ao problema do petróleo, com particularidade no Estado da Bahia, e à recente inspeção do Sr. Mac Naughton à bacia do Paraná, no propósito de proceder a um reconhecimento geológico de caráter geral.

As conclusões a que chegaram êsses grandes geólogos americanos têm, como bem se compreende, aspecto ainda confidencial, podendo-se, entretanto, adiantar que constituem precioso manancial de informações para a nossa futura exploração.

As Rodovias dos Estados Unidos na Guerra e na Paz*

National Geographic Magazine,
dezembro de 1941

Frederick Simpich

É único na história rodoviária o formidável tráfego atualmente servido por nossas estradas públicas.

Enxameam em nossas rodovias veículos bizarros, que se diriam marcianos. Correm canhões sobre enormes pneumáticos. Lembrando grandes tartarugas, passam estrepitosamente *tanks* dirigidos por soldados com capacetes à prova de som. Seguem-se, pardejando, as longas filas de caminhões militares, com suas capotas de *prairie-schooner*,¹ abauladas como dorsos de elefantes.

Que espantoso desfile, comparado com o nosso familiar caminhão de lavanderia, nosso carro de sorvetes ou o ônibus ligeiro! Torna-se, entretanto, cada vez maior, à medida que cresce o nosso Exército; dia a dia percorrem as auto-estradas mais e mais desses veículos blindados e dessa artilharia motorizada — descendentes mecanizados dos carros de guerra da idade antiga.

Onde quer que formos teremos de encontrar alguma espécie de viatura cheia de soldados. Eu mesmo vi uma coluna do Exército atravessando ruidosamente o Túnel Holland, sob o rio Hudson, em Nova-York, e topei, em Baltimore, com tôdas as artérias da cidade baixa apinhadas e estupidas de caminhões e carros de assalto. "Volte! O Exército está passando aqui!"

Divisões mecanizadas inteiras atravessaram Washington, no distrito de Colúmbia, depois da meia noite, sem que ninguém soubesse, no dia seguinte, das idas e vindas de 15 000 a 20 000 soldados através da escuridão.

Estradas, chave da defesa nacional — É uma verdade que a guerra está nas rodas. E as rodas precisam de rodovias para que possam funcionar.

Eis porque, de nosso vasto sistema rodoviário, determina o Exército uma certa rede de "estradas estratégicas militares", escolhidas para utilização em manobras de treinamento ou no combate a qualquer invasor.

A fim de fazer com que se locomovam cada vez mais rapidamente nessas rodovias nossas modernas forças mecanizadas, pleiteia um novo Projeto de Estradas de Defesa, no Congresso, verbas destinadas a:

— Fortificação das pontes de modo que possam suportar os mais pesados *tanks* e canhões.

— Melhoramento das auto-estradas existentes.

— Construção de novas vias de acesso ligando postos do Exército, fábricas de pólvora e de munições, fontes de combustível e de matérias primas, etc.

— Alargamento dos túneis onde fôr necessário.

— Construção de *flight strips*² ou pistas de aterrissagem paralelas às rodovias, em que possam pousar e levantar vôo os aviões de guerra.

Como ia dizendo, centenas de milhares de soldados movem-se em manobras de treinamento, batalhas simuladas e em serviços noturnos sob as luzes ver-

* Transcrição da tradução feita pela revista *Rodovia*, ano V, n.º 25, fevereiro de 1942.

¹ "Escuna dos prados" chamava-se o carro coberto (covered wagon) dos antigos pioneiros norte-americanos, veículo de quatro rodas e cobertura de pano sustentada por arcos, tirado por uma ou várias parelhas. Nesse verdadeiro navio das planícies abriram caminho, através do rudo deserto abrasado pelo sol e da abrupta cordilheira coberta de neve, aqueles heróicos colonizadores, a cuja ambição e bravura devem os Estados Unidos o desbravamento do seu sertão e o traçado de muitas das suas grandes estradas atuais. (N. do tradutor).

² Faixas de vôo.

melhas dos *black-outs*. Em Carolina do Norte, Geórgia, Kentucky, Louisiana, de Massachusetts ao Texas, Califórnia e Washington, rodam em regimentos, brigadas, divisões e quase em corpos de Exército inteiros, seus *tanks*, canhões e carros de abastecimento.

Em redor do Campo Beauregard, em Louisiana, realizou o Exército, em setembro de 1941, as maiores manobras de sua história. Nelas tomaram parte uns 500 000 homens com cerca de 35 000 veículos — tudo isso em apenas algumas centenas de milhas* de estradas.

A psicologia do barulho espalha-se à medida que se multiplica a produção em massa dos materiais de guerra, e as correntes de tráfego, crescendo como cogumelos, abarrotam as rodovias.

Uma só divisão, com seus 3 500 veículos nos intervalos de 150 pés (cerca de 46 metros) exigidos para segurança, estender-se-ia, de Nova-York para o sul, até um ponto situado a dez milhas (cerca de 16 quilômetros) abaixo de Filadélfia.

Como pode o Exército encher as estradas com suas miríades de viaturas sem muito interferir no tráfego civil?

E quanto aos civis que perturbam os movimentos do Exército?

Para estes problemas dão tratos à imaginação os engenheiros militares, especialistas de transportes da intendência e funcionários rodoviários estaduais, auxiliados pelos peritos do Bureau de Pesquisas sobre Tráfego de Ruas da Universidade de Yale, e recebem sugestões a título de experiência.

O plano para a movimentação de uma coluna do Exército através de um Estado é fascinante de simplicidade.

Cada Estado nomeia seus próprios homens escolhidos, com quem trabalhará o Exército. São homens de estrada, técnicos e motoristas de ônibus, que conhecem tôdas as ladeiras, pontes e túneis.

Se uma divisão tem de se deslocar, digamos, através de Maryland, mandalhes e comando um boletim impresso determinando onde e quando as equipagens devem penetrar no Estado, as estradas a serem utilizadas, até que ponto se chegará, quantos veículos serão empregados, onde terão de estacionar para rancho, reabastecimento de gasolina, etc. Os empregados rodoviários de Maryland saberão assim exatamente o que fazer.

Como remover prontamente a população de nossas grandes cidades, em caso de ataque por bombardeiros inimigos, é um problema rodoviário atualmente estudado pela Repartição de Defesa Civil. A Inglaterra sabe o que isso é! Ela já se viu a braços com 1 330 000 crianças escolares e mães com criancinhas de colo.

Quando fiz minha reportagem sobre as inundações de Ohio e Mississippi, vi como escaparam os refugiados pelas estradas rurais para terrenos mais elevados. Era inevitável a confusão. Pela observação de um simples congestionamento de tráfego em tempo de paz, calcule-se como ficariam entulhadas as estradas se tivéssemos de retirar com urgência, de Baltimore ou de Boston, as mulheres e as crianças. Onde se haveria de pôr tôda essa gente? Os refugiados que saíssem, com tôdas as bagagens, teriam de encontrar o Exército que chegava, e passar por êle e por tôda a sua artilharia anti-aérea, trens de munições, cozinhas, abastecimentos e ambulâncias.

Lembram-se do que aconteceu na França à chegada dos alemães? A turba de fugitivos civis por tal modo abarrotou os estreitos caminhos, que os soldados franceses ficaram completamente paralisados em sua marcha contra o invasor.

Tais apertos preocuparam o Sr. Hitler, mas não na Alemanha, onde êle construiu umas 4 000 milhas (cerca de 6 440 quilômetros) de *Autobahnen* ou estradas estratégicas militares, ligando Berlim a diversos pontos das fronteiras. Numa de suas estradas duplas de alta velocidade pôde êle lançar soldados à razão de 70 000 por hora.

As rodovias traçam os destinos das nações — Roma construiu um sistema de estradas que se estendia da Escócia ao Eufrates, e além. A famosa Wiltling

* Uma milha (1 m.) 1609m,35.

Street é parte da velha estrada romana que corria de Londres para o nordeste e da qual descia uma prolongamento até Dover.

A mais notável estrada de rodagem do Novo Mundo, entre Quito, no Equador e Cuzco, no Peru, foi construída pelos Incas. "Não há nada, na Cristandade, que iguale a magnificência desta estrada!" exclamou Fernando Pizarro, irmão do conquistador, ao vê-la.

Aquela longa Estrada da Sêda, da China ao Mediterrâneo, faz lembrar o nosso histórico Caminho de Santa Fé. Era apenas uma senda, embora de espaço em espaço assinalada por tôrres flanqueadas de estalagens, ao fim de cada dia de jornada. Mas os Exércitos usaram a Estrada da Sêda exatamente como a nossa cavalaria e os nossos carros de abastecimento por tanto tempo usaram caminhos pioneiros americanos como os de Mohawk, Cumberland, Oregon e Mormon.

A primitiva construção de estradas era uma longa e árdua aventura — Os primeiros pioneiros brancos americanos trilharam os caminhos dos índios ou romperam enseadas ou rios. Por muitas gerações, após Jamestown e Plymouth Rock, teve a América poucos carros e cavalos, mantendo-se os colonos numa estreita faixa de terra ao longo do litoral do Atlântico.

Até muito depois da Revolução, pouco progrediu a construção de estradas. Verdade é que o general Braddock, em 1755, abriu um caminho para o oeste, partindo do Forte Cumberland, em Maryland, e, em 1758, construíram os ingleses uma estrada militar, de Bedford, na Pennsylvania, até o Forte Duquesne. Mas essas não eram, na realidade melhores estradas que o Wilderness Trail⁴ marcado por Daniel Boone através do Cumberland Gap⁵ e mais tarde usado pelos imigrantes que avançaram para Kentucky.

O primeiro passo efetivo de desenvolvimento rodoviário nos Estados- Unidos foi o revestimento, com pedra britada, de uma estrada de 86 milhas (cêrca de 106 quilômetros), de Filadélfia a Lancaster, em 1792. Por volta de 1802 corriam as diligências e as carroças de frete entre Boston e Savannah, na Geórgia. As carruagens, puxadas por cavalos de posta escolhidos, faziam 53 milhas (cêrca de 85 quilômetros) por dia nessa estrada de que cobriam as 1 200 milhas (cêrca de 1 930 quilômetros) em 22½ dias.

Quando os imigrantes que procuravam estabelecer seus lares começaram a atravessar os Apalaches para colonizar o Território do Velho Noroeste, concedeu o Congresso, em 1806, os fundos para a primeira estrada federal. Conhecida por National Pike,⁶ caminhava ela para o oeste, de Cumberland para Wheeling, então na Virgínia. Essa estrada histórica foi mais tarde prolongada para o oeste, até St. Louis, no Mississipi.

Hoje em dia conhecida como U.S. 40, é ela uma das rodovias mais intensamente transitadas que servem ao tráfego motorizado transcontinental.

Foi então que nasceram, em 1830, as estradas de ferro. Como se estendiam paralelamente a estradas de rodagem das mais importantes, começaram estas a cair em desuso, abandonando os viajantes o National Pike e outras rodovias pelos "carros a vapor". Durante cinquenta anos, após o aparecimento das ferrovias, foi lamentavelmente decurada a construção rodoviária na América, tendo-se de enfrentar mares de lama e nuvens de poeira nas estradas rurais.

Não foi senão quando entrou francamente em moda a bicicleta, depois de 1885, que o público reclamou estradas firmes e niveladas. Milhares de pessoas dedicaram-se ao ciclismo, principalmente após a invenção da "bicicleta de segurança". Desde 1880 havia-se formado a Liga dos Ciclistas Americanos, primeiro grupo militante da história rodoviária. Exigiu ela e obteve, não só a construção de pistas para bicicletas ao longo de diversas estradas principais, como também o aperfeiçoamento das rodovias rurais. A partir de 1900, com o advento do automóvel, começou a decair a mania da bicicleta. Todos sabem hoje o quanto influu gradualmente o novo veículo para que a América tivesse boas rodovias.

⁴ Caminho do Deserto.

⁵ Passo de Cumberland.

⁶ "Ponta de lança" Nacional. (Assim chamada por sua penetração profunda e arrojada através do imenso território bravo e mal explorado, do país).

Sistema rodoviário norte-americano, o melhor do mundo — Possuem os Estados Unidos, atualmente, mais estradas boas que todo o resto do mundo junto; mas são elas alguma coisa de novo.

Ainda no tempo da Guerra Civil, eram tão más as nossas estradas de rodagem que, em certas cidades, tinham os carros de bombeiros de passar por sobre as calçadas para poderem chegar a tempo a algum incêndio.

Entre as mais incríveis histórias sobre péssimas estradas, é célebre a seguinte, de Chicago:

Vendo a cabeça dum homem emergir da lamaceira, deteve-se um passante na calçada, para socorrê-lo.

— “Mantenha a boca fora do lodo” — gritou o “bom samaritano”, — enquanto vou buscar uma corda”.

— “Obrigado! — gorgolejou a enlameada vítima; — e o senhor poderá salvar também o meu cavalo, que está debaixo de mim”.

Hoje em dia, com as suaves estradas de concreto ou betume, poderia um menino ir patinando de Boston a San Diego, ou uma mulher empurrando o carrinho de seu bebê de Seattle a Miami — a questão é dar-lhes tempo...

Afim de facilitar aos viajantes encontrarem seus itinerários, especialmente por meio dos mapas rodoviários fornecidos pelos postos de gasolina, tôdas as estradas federais e estaduais são profusamente numeradas e marcadas com sinais indicadores de curvas fechadas, voltas, esquinas e passagens escorregadias

As nevasdas não podem destruir as estradas modernas — Durante muitos anos o tempo frio fendia e levantava os pavimentos de concreto, esburacava e empolava os de macadame e enchia de poças de lama estradas de cascalho dantes sólidas e planas.

As “erupções de frio”, causadas no solo por pequenos cristais de gelo, exerciam uma força elevadora de várias toneladas por pé quadrado (cêrca de 924 centímetros quadrados). Produzidos sob o pavimento, êsses cristais de gelo — pequenos como eram — agiam, na verdade, como uma porção de alavancas ou macacos de grande força, levantando freqüentemente a cêrca de um pé (perto de 30 centímetros) pesadas placas de concreto.

Longos estudos e experiências, entretanto, efetuados por engenheiros no serviço rodoviário federal, resolveram finalmente êsse velho problema. Graças a essa ação pioneira realizada pela Administração de Estradas Públicas, sabe-se hoje como construir uma rodovia sã e salva, em cujas fundações não possam continuar a formar-se tão incômodos cristais de gelo.

Desde mais ou menos 1921, trabalharam constantemente juntos os governos federal e estaduais. A tal processo deve-se em grande parte a rede de estradas melhoradas que atualmente se estende de um a outro litoral do país.

Novas construções rodoviárias foram ainda ativadas por verbas de emergência feitas durante a baixa, sendo gasta grande parte dêsse dinheiro pela W.P.A. (Administração de Trabalhos Públicos).

Até êstes últimos anos concentrou-se quase tôda a atenção em estradas rurais. Evidenciou-se agora que as principais artérias urbanas são igualmente importantes, sendo tal trabalho incluído nos programas estaduais e federal.

Experiências antigas em rodovias rurais — O ato de maior relêvo da Administração de Estradas Públicas, sob a chefia de seu veterano diretor Thomas H. Mac Donald, foi o de orientar a criação da mais importante rede de rodovias, de modo a ser atualmente possível atingir qualquer cidade ou ponto de algum interesse, do país, através de boas auto-estradas.

Percorra-se hoje a Estrada 66, a partir de Illinois pelo Texas, deixando deslizar maciamente o carro pelas bem niveladas faldas do morro Ozark, e dificilmente se imaginará como eram ruins outrora êsses caminhos.

Depois de um inverno chuvoso, tornava-se tão profunda e consistente a lama que os carros e carroças ficavam totalmente imprestáveis. Eu mesmo, num lodacento dia de março, fiquei atolado na descida do morro, num carro vazio, puxado por quatro burros!

Para comprar açúcar e café na cidade, tinha-se de ir a pé ou a cavalo pela beira da estrada, ou derrubar um pedaço de cêrca afim de poder atravessar campos e pastagens.

As pontes de madeira eram por vèzes arrancadas. Onde não as havia, vadeavam-se os rios. Ao cair de uma noite de aguaceiro, meu pai chegou da cidade a cavalo trazendo à frente da sela, embrulhado no capote, um saco de farinha de 50 libras (cêrca de 23 quilos). Chovera tanto que a enseada perto de nossa casa, no ponto em que a estrada a atravessava, transbordara.

Papai deteve o animal no lado oposto e perscrutou a enchente amarelada e mal cheirosa. Ramos verdes jaziam na margem, junto à correnteza que levava galhos secos, palhas e pedaços de pau de tôdas as espécies. Do outro lado dela, meu irmão e eu observávamos o "patrão", como o chamávamos.

Vimo-lo então levantar o precioso saco e colocá-lo no ombro. "Vou atravessar!" gritou êle, e meteu a cavalgadura pela torrente. Tão violenta era esta que arrastou o cavalo logo que êste entrou n'água.

Mas êle nadou, forte e decidido.

Como era, porém, um animal pequeno, tudo o que podíamos por vèzes avistar era seu focinho, e a cabeça e ombros de meu pai, tentando manter a sêco a farinha. Conseguiu atravessar e ninguém disse palavra — tal era a vida naquele tempo e naquele lugar.

Lisas e rápidas como são hoje as principais rodovias, proporcionam menos relações que as velhas e sujas estradas mantiveram, entre as pessoas do campo. Há pouca afinidade entre o transeunte que passa num zunido, a 60 milhas (cêrca de 96 quilômetros) à hora e o fazendeiro que mora ao lado da estrada. Os automóveis não produzem o som familiar e individual das patas dos cavalos. A muitos ouvidos soam todos êles igualmente.

Lendo as notícias do dia no rastro dos carros — Sentar-se numa pedra a "ver quem passa" era um dos passatempos favoritos, na roça, ao tempo dos carros de cavalo.

Havia o velho tio Bunty. Êle perdera um braço na Guerra do México. Treinado no assunto, saía a passear ao pôr do sol, pela "estrada grande" poeirenta, a ler o vestígio deixado pelos carros. Com efeito, por êsses vestígios e pela acurada observação dos costumes dos vizinhos, e das condições dos animais e veículos dêstes, podia êle dizer quem passara pela estrada no correr do dia.

"Passou o velho Lobbin", dizia. "Montado naquela égua velha que puxa da perna traseira. Foi quem passou primeiro; suas marcas estão abaixo das outras".

"Passou também Fred Todd, sempre bêbado, chicoteando as mulas. Vejam como os cascos fizeram saltar a lama!".

"A velha Crews" era outra peregrina das estradas. Até nós, garotos, sabíamos dizer quando passava. Conduzia um *phaeton* bagageiro, com uma das rodas tão "mal aviada" que deixava na terra um rasto sinuoso como o de uma serpente.

O próprio Caminho de Santa-Fé atravessava nosso lugar. Não era uma estrada, originalmente, mas apenas uma série de sulcos de rodas, paralelos, indo de Missouri ao Novo México. Já o percorri, uma vez, para escrever sôbre êle um trabalho.¹ A oeste de Dodge City, em Kansas, pusemos fogo ao mato do campo, suprimindo-o de modo a poder-se ver como a estrada se estendia através da planície.

"Uma estrada", disse-me certa vez um mexicano, "nada mais é que uma porção de sulcos e pegadas sôbre o solo". E era isso o primeiro Caminho de Santa-Fé. Mas por êle e por seus congêneres do norte passaram uns 80 000 imigrantes do litoral em um ano de frenesi, durante a corrida para o ouro da Califórnia.

Hoje em dia as rodovias U. S. 50 e U. S. 85 são duas estradas lisas e fáceis, que passam paralelamente a certos trechos do velho Caminho de Santa-Fé, e são o itinerário favorito, no sudoeste, para as excursões automobilísticas de quem deseja ver Taos, Santa-Fé, Albuquerque, os Navajos, Pueblos, Hopis e Apaches, o Grande Cañion e as maravilhosas terras que se lhe estendem do outro lado.

As rodovias dão vida nova às pequenas cidades — Outras estradas históricas, hoje convertidas em cômodas rodovias de alta velocidade, modificaram profundamente a vida dos habitantes de suas cercanias.

¹ *Santa Fe Trail, Path to Empire*, por Frederick Simpich, National Geographic Magazine, agosto de 1929.

Não há mais grande diferença entre as pessoas da cidade e da roça. O fazendeiro caricato que cantava nas comédias, com uma palha na bôca e um penacho de cabelo rompendo do chapéu esburacado, desapareceu juntamente com o almofadinha da cidade, de longos bigodes, calças listradas e colête branco.

Graças às estradas melhores podem as mulheres do campo fazer suas compras na cidade; e podem ver-se as mesmas roupas brancas, sapatos "de dedos de fora" e jóias de "casas de 2 mil réis" em vitrinas das cidades de Ozark e Great Smoky, tal qual nas lojas dos grandes centros.

O lugarejo foi reformado pelo automóvel; findaram-se-lhe os dias de isolamento.

Veja-se como transformaram o campo só as linhas de ônibus.

Poucas pessoas que passam pelas estradas em seu próprio carro gostam dos ônibus, o que não se dá com os moradores destas, que os procuram aos milhões, e cada vez mais.

Muita gente conhece primeiro a América de ônibus. Percorrendo o interior, fica-se maravilhado com o perpétuo espetáculo dêsses veículos a fazer cêlereamente as respectivas rotas para o norte, sul, este e oeste. Como um sistema ferroviário, abrange nossa rêde de linhas de ônibus 315 000 milhas (cêrca de 507 000 quilômetros) em todo canto do país em que haja quem queira viajar. (Não se considerando aqui as pessoas que andam em ônibus urbanos, a negócios ou por divertimento).

Os ônibus fazem a viagem de ida e volta ao sol — "Quantos passageiros poderiam transportar hoje nossos ônibus, todos com a lotação completa?" perguntei a R. E. Cochran, no escritório das Linhas Greyhound⁸ de Cleveland, em Ohio.

— "Contando os ônibus de diversas espécies", respondeu-m êle, "poderíamos acomodar 1 588 500 soldados que constituem atualmente todo o Exército dos Estados Unidos, sobrando ainda lugar para cêrca de metade da população de Arizona ou de New Hampshire".

— "Seus *Greyhounds* devem somar um considerável percurso em milhas", aventei eu.

— "Mais", disse Cochran, "do que uma viagem de ida e volta da Terra ao Sol ou, aproximadamente, uns 206 milhões de milhas (cêrca de 331 500 000 quilômetros) por ano".

— "Quantos ônibus devem ficar inutilizados?"

— "Nenhum, graças às boas estradas e às freqüentes inspeções. Alguns estão com 10 anos de uso. Ainda temos uns em serviço, em boa forma, com 1 000 000 de milhas (cêrca de 1 609 000 quilômetros) rodadas!".

— "Mas comprem uma quantidade enorme de pneumáticos?"

— "Nem um! Alugamo-os por milha, a uma companhia de borracha".

— "Diga alguma coisa sôbre a defesa nacional e os ônibus", sugeri.

— "Quando se estão construindo grandes acantonamentos e fábricas de munição, como a de pólvora de Charlestown, em Indiana, e de Childersburg em Alabama, os ônibus transportam milhares de operários. O mesmo se dá com várias dezenas de outras fábricas, desde a Glenn L. Martin, de aviões, perto de Baltimore, com uma *performance* provável de 42 000 aparelhos êste inverno, à de motores de Allison, em Indianópolis. Ao fim de cada semana os soldados enchem completamente os ônibus; mais de 40 000, literalmente, vão, por exemplo, do Forte Benning, na Geórgia, para Atlanta, ou do Forte Knox, em Kentucky, para Louisville".

— "Mas quanto ao Exército, prôpriamente?" perguntei.

— "Também êle", respondeu Cochran. "Seus ônibus e caminhões próprios transportam todo o equipamento da Guarda Nacional, das vilas e cidades, através de Arkansas, para o Campo Joseph T. Robinson, em Little Rock. Estamos organizando isso nos mapas, para tôda parte, ainda nas manobras dêste outono. Todos os ônibus estão prontos, com motoristas e tudo, para qualquer momento em que o país os necessite".

⁸ Gaigo.

Dois bons exemplos de superestradas — A divisa ocidental de Connecticut vai de Gateway à Nova Inglaterra. Durante algumas décadas, todo o trânsito aí realizado tinha de o ser pela histórica Estrada Postal de Boston, unindo a cidade de Nova-York a Boston. Faz ela hoje parte da U. S. Highway n.º 1, que se estende do Maine à Flórida, servindo ao mais pesado tráfego da Nação.

A leste da linha do Estado de Nova-York a Connecticut, para New Haven, passa atualmente o panorâmico Merritt Parkway. Perto daí, atravessando o rio Housatonic, entra em êle com o princípio do novo Wilbur Cross Parkway, projetado para prolongar-se até o limite de Massachusetts. A abertura do Merritt, em toda sua extensão, foi completada em 2 de setembro de 1940.

Subindo e descendo à medida que percorre colinas e vales lindamente revestidos de bosques, e adornadas suas margens por jardineiros peritos e técnicos florestais, marca essa auto-estrada, dividida em quatro pistas, o alvorecer de uma nova era na construção rodoviária. Atravessa ela áreas de tráfego intenso sem o incômodo de barreiras, luzes vermelhas ou cruzamentos perigosos, não lhe sendo permitida também a passagem de caminhões ou ônibus, que continuam a transitar pela velha Estrada Postal, paralela ao novo *parkway*, ao sul e a leste deste.

O tráfego médio diário é aí de cerca de 14 000 veículos, tendo chegado a 54 163 num dia feriado de movimento excepcional. Pode ser avaliado o vulto desse tráfego, segundo os técnicos, se considerarmos de 18 pés (cerca de 5m50) o comprimento normal de um automóvel; assim, se fossem aquêles 54 163 carros percorrer ao mesmo tempo essa rodovia de quatro pistas, ter-lhe-iam coberto as 37 milhas (cerca de 60 quilômetros), pé por pé, com mais de 9 500 carros por pista!

Onde até os caminhões podem "fazer 70" — Mais aparatoso e servindo a volumes de tráfego quase inacreditáveis, é o novo Pennsylvania Turnpike,* concluído em 1940, que une os arrabaldes de Harrisburg aos de Pittsburgh. Aí passam também caminhões e ônibus, e o limite de velocidade é de 70 milhas (cerca de 113 quilômetros) à hora.

Aproveitando seus túneis abandonados de uma antiga via férrea, e com mais um novo, numa distância de quase sete milhas (cerca de 11 quilômetros), corre essa assombrosa estrada de rodagem diretamente através dos Apalaches, não havendo, em todo o seu percurso, uma só luz vermelha ou passagem de nível.

As estradas que cruzam passam-lhe por cima ou por baixo. Cercas laterais impedem a passagem de gado ou cães para o leito da rodovia, e para atravessá-la no ponto em que existe um grande restaurante, utilizam-se os pedestres de um túnel subterrâneo.

Tanto este *turnpike* como o *parkway* Merritt são estradas de pedágio. Isto é interessante e significativo, sabendo-se que há algumas dezenas de anos se insurgiu o povo contra tal tributo, tendo alguns fazendeiros construído, em certas regiões, "caminhos de escapada", rodeando as barreiras de portagem, ou demolido amotinados essas barreiras.

Prova o sucesso imediato e notável de ambas essas super-estradas que, com o extraordinário desenvolvimento do tráfego automobilístico, ainda é praticável, em algumas regiões movimentadas, o estabelecimento do pedágio.

Laços de concreto com o Canadá e México — Milhões de pessoas percorrem as estradas entre o Canadá e os Estados-Unidos, achando-se agora em estudo, pelo Congresso e pelo governo canadense, o plano de uma nova rodovia que ligue o nosso Noroeste ao Alasca.

São da maior importância militar os antigos caminhos que nos comunicam com o México, três dos quais figuram na defesa nacional.

Um dirige-se para o sul, através do Arizona, sob o nome de U. S. 89, na direção de Nogales, descendo daí até o velho Caminho da Prata, por Sonora e Sinaloa, até Guadalajara, a segunda cidade do México. Revolvido por patas de animais e rodas de carroças dos conquistadores, foi esse caminho percorrido desde os tempos do Coronado e dos padres que colonizaram a Califórnia. Atualmente é êle uma estrada utilizável em qualquer estação do ano.

* Estrada de peagem, pedágio ou portagem de Pennsylvania.

Outro, muito conhecido dos Astecas e Apaches, e pela primeira vez usado pelos espanhóis em 1581, é a atual rodovia hoje denominada U. S. 85, que se dirige também para o sul, atravessando a fronteira em El Paso. É a mais antiga estrada dos Estados-Unidos. Por ela trouxe Oñate seus 83 carros, 400 pioneiros e 7 000 cabeças de gado, quando, em 1598, veio colonizar o Novo México.

Por ela foram transportadas, por várias gerações, as mercadorias européias desembarcadas em Vera-Cruz, quando era Santa-Fé um importante centro comercial espanhol. Por essa mesma U. S. 85, encharcada de história, conduziu o general H. H. Sibley seu Exército, em 1862, partindo de El Paso à conquista do Oeste para a Confederação. E novamente hoje, sobre a mesma estrada por que tantos canhões rodaram estrepitosos, volta a rodar a artilharia. Não mais barulhenta, porém, pois corre sobre os grossos pneumáticos das forças motorizadas que saem a manobras, do Forte Bliss, perto de El Paso, percorrendo maior número de milhas por dia do que por mês os espanhóis de outrora, com suas velhas peças tiradas a bois.

Os motoristas irão, de futuro, dos Estados-Unidos a Buenos-Aires — A mais importante de tôdas as estradas para o México é, entretanto, a U. S. 81, para Laredo, no Texas. Milhares de motoristas utilizam-na para ir à capital do México. Encontra ela em Laredo a Rodovia Inter-Americana, que irá, quando pronta, até o Panamá num percurso de mais 3 500 milhas (cêrca de 5 630 quilômetros). Mais de metade dêste já é transitável em qualquer época do ano, embora não estando ligados todos os trechos concluídos.

Há, de Laredo à cidade do México, uma estrada praticável com qualquer tempo, de 761 milhas (cêrca de 1 224 quilômetros) podendo-se ir além, até Mitla, 365 milhas (cêrca de 587 quilômetros) para o sul.

Essa viagem fascinante conduz-nos por desertos, pelos trópicos e por montanhas de altura vertiginosa — há um lugar de parada a mais de 8 200 pés (cêrca de 2 500 metros) de altitude — através de regiões de panoramas grandiosos, a caminho da encantadora capital do México. De dentro, mesmo, do carro, em certo ponto a cêrca de 80 milhas (perto de 129 quilômetros) da cidade do México, pode-se ver ao sul, se estiver claro o dia, o cimo nevado do Popocatepelt.

Um ligeiro rodeio leva-nos às pirâmides de San Juan Teotihuacán, cidade sagrada dos Toltecas, e ao Templo de Quetzalcoatl, com suas decorações de serpentes plumosas.

O Sistema Rodoviário Pan-Americano, cuja união, na América Central, se fêz pela Rodovia Inter-Americana, ligará, entre si, eventualmente, as capitais da América-do-Sul, e tôdas elas, naturalmente, com as dos Estados-Unidos e Canadá. Já são praticáveis em qualquer estação três quartas partes da secção sul-americana, da fronteira da Colômbia com o Panamá até Buenos-Aires.

Quem sabe quantos motoristas percorrerão nos anos vindouros essa estrada de 12 000 milhas (cêrca de 19 310 quilômetros) de nossa fronteira com o México até Buenos-Aires! Já é intenso o tráfego local em várias partes dela — tal como em certos trechos de nossas próprias rodovias transcontinentais, cujo percurso em tôda a extensão não vai além de 300 carros por dia.

Uma rodovia através da história — “O maior projeto de uma rodovia única na história”, é como chamam os engenheiros a essa auto-estrada de todo o hemisfério. Não somente romperá ela o vasto *hinterland* centro e sul-americano, em busca de novas fontes de matérias primas tão necessárias, como minerais, madeiras de construção, cânhamo, couros, gêneros alimentícios e plantas medicinais, e criando novos mercados de produtos da mão do homem, mas abrirá um caminho literalmente pavimentado aos motoristas, que, partindo dos Estados-Unidos, ingressarão num mundo de história mais antiga que a de seu próprio país. Ao longo dela encontrarão eles as ruínas dos Astecas, Toltecas, Mayas, Incas e outros povos antigos.

Em Guatemala passa a rodovia sobre uma ponte de arcos de pedra, de 200 pés (cêrca de 61 metros) construída pelos espanhóis em 1592, sendo também muitos outros países ricos em reminiscências da história colonial dêsse povo.

Por meio de seu Banco de Importação e Exportação, já tem Tio Sam emprestado a países da América Central alguns milhões, para auxiliá-los na execução das respectivas partes da grande rodovia.

Tôdas essas três estradas que ligam o México aos Estados- Unidos ocupam lugar de destaque nos planos de defesa norte-americanos, pois, se desembarcassem inimigos naquele país com o intuito de atacar-nos, teriam seus Exércitos de utilizar, em marcha para o norte, os três velhos caminhos.

Transporte de carga sôbre pneumáticos — Não devemos clamar contra os caminhões que obstruem a estrada fazendo-nos parar. Milhões de criaturas de vilarejos e povoados dependem dêles. Além do mais, as rodovias foram principalmente construídas para o comércio e não para divertimento.

Os caminhões pagam impostos bastantes para construir 8 000 milhas (cêrca de 13 000 quilômetros) de ótimas auto-estradas por ano, ainda sobrando o suficiente para manter, milha por milha, tôdas as rodovias estaduais dos E. U. A.

As próprias estradas de ferro têm muito maior número de vagões de carga que de locomotivas. E algumas delas são proprietárias das linhas de ônibus que lhes correm paralelamente.

Se o leitor mora numa cidade norte-americana de regular importância, observe as diferentes espécies de caminhões e camionetas que lhe param à porta — Correio, lavanderia, mercearia, açougue, refrescos, tinturaria, óleo combustível, o limpador de tapêtes, o carvoeiro, o bombeiro, gasista, chumbeiro ou soldador, o consertador de telhados, o pintor, o colador de papéis, o jardineiro ou o florista, o colocador do telefone, o especialista em fogões e encanamentos, o exterminador de formigas, o amolador de facas e tesouras, o Exército da Salvação pedindo roupas velhas e jornais, e — triste final! — o auto-socorro que lhe vem buscar o próprio carro para rebocá-lo à oficina.

Cargas estranhas transportadas pelos caminhões — E assim é. Não se pode, por exemplo, ir caçar *coyotes*¹⁰ no Oeste, sem uma camioneta que leve os galgos até as matas em que deverá começar a caçada.

Duas girafas já passearam os longos pescoços num caminhão especial, de New-Jersey a San Diego, na Califórnia. Uma quantidade de musgo no chão do carro protegeu-as contra os solavancos e uma provisão de cobertores resguardou-as, à noite, do frio das montanhas.

Num caminhão, viajou de Nova-York para Washington precisamente um quarto de onça (cêrca de 7,08 gramas) de radium, acondicionado por garantia num pesado bloco de chumbo.

Em tanques d'água especialmente isolados, viajou um carregamento de 200 000 dourados (peixes).

Prata, no valor de 1 290 000 000 de dólares (cêrca de 25 800 milhões de cruzeiros) foi levada em caminhão, de Nova-York para os grandes cofres do governo, em West Point.

Tesouros de arte suficientes para encher um museu foram transportados duas vêzes através do continente, durante a filmagem de *Maria Antonieta*.

Os engenheiros militares são excelentes construtores de rodovias — Para conforto dos soldados acompanha agora o Exército em marcha um banheiro ambulante, de chuveiros, que aspira a água de qualquer rio próximo da estrada, aquecendo-a e esguichando-a sôbre os homens cansados e empoeirados.

Sômente o mar é tão importante como as estradas de rodagem, na defesa nacional.

Ter estradas livres em caso de guerra e torná-las impraticáveis ao inimigo invasor, são duas das maiores tarefas dos engenheiros militares. Cabe ao inimigo destruir as estradas dos outros.

Voando sôbre as rodovias de tráfego intenso, os invasores lançam-lhe bombas que lhes abrem buracos do tamanho de cestos de compras até crateras de 100 pés (cêrca de 30,50 metros) de diâmetro e 30 a 40 pés (cêrca de 9 a 12 metros) de

¹⁰ "Coyote": lobo da América ("Canis latrans").

profundidade. Tanto êles como os quinta-colunas fazem explodir túneis e pontes, e minam as estradas, que voam pelos ares sob o pêsso das tropas que as tentarem passar.

Grande parte do treinamento de campo, hoje em dia, concerne a trabalhos rodoviários. No Forte Bragg, em Carolina-do-Norte, experimentou o 15º Batalhão de Engenharia um novo tipo de esteira de lona muito grossa, que pode ser enrolada para comodidade de transporte e rapidamente desenrolada e estendida sôbre os buracos e a lama. O coronel Royal Lord, do Corpo de Engenheiros, está empregando um caminho aéreo de cabo de aço, de montagem rápida, para a travessia de rios e *cañions*, por *tanks* e caminhões.

No Forte Belvoir, na Virgínia, vêm-se exercitar soldados com pontões e outras espécies de pontes portáteis. Entre os oficiais da reserva da arma de engenharia, contam-se aos milhares os já experientes em trabalhos rodoviários civis.

Trabalha intensamente, o engenheiro militar, mesmo sob as balas. Pode-se calcular o valor dêsse trabalho, ao saber que um só exército alemão, em sua marcha para o oeste, em 1940, construiu em oito ou dez semanas nada menos de 183 pontes — algumas do comprimento de 1 300 pés (cêrca de 396 metros) e capazes de suportar 24 toneladas (cêrca de 21 770 quilos)¹¹ — sem se contarem as flutuantes, em número de 57.

A rapidez de movimento das tropas está sendo agora estudada nos campos de treinamento e exercitada em marchas através de todo o país. Cada máquina de guerra acha-se em observação, desde os carros *de bolso* até os pesados caminhões de transporte, de 10 rodas.

Como deslocar a maior quantidade de homens e canhões pelas estradas e em ação, no mais curto espaço de tempo, é o problema a resolver. O meio de comunicação entre a vanguarda e a retaguarda das longas olunas de rápidos veículos em movimento, é o rádio, figurando ainda nas experiências feitas os sinaleiros portáteis luminosos de tráfego, cortinas de fumaça, camuflagem, emprego de luzes encarnadas nos *black-outs*, poeira, chuva e calor.

Necessidade de melhores vias de acesso — Nunca na história suportaram as estradas norte-americanas cargas como as que lhes estão sendo impostas pelas tropas em manobras e pelo aumento do trânsito de caminhões, devido à superprodução para a defesa nacional.

"Precisamos extraordinariamente de estradas de acesso, mais numerosas e mais largas", insistem os engenheiros. Estradas de acesso, em linguagem militar, é toda estrada que serve a uma base militar ou naval, a alguma fonte de matérias primas estratégicas, como carvão, óleo e madeiras, ou a um arsenal, fábrica de aviões ou de pólvora.

Referindo-se às dificuldades de tráfego devidas a insuficiência de vias de acesso, quando se achava em construção para o Governo Federal a fábrica de pólvora Du Pont, de Charlestown, em Indiana, disse Don Stiver, superintendente da Polícia Estadual de Hoosier:

"As plantações viraram edifícios em menos de uma semana. Sete mil acres de terras agrícolas transformaram-se numa floresta de rodas e chaminés.

"Trabalhadores vindos de longe, até da Zona do Canal do Panamá, reuniram-se aqui — e parecia que cada criatura trazia consigo seu automóvel.

"Imaginem-se as rodovias! Tôdas as manhãs 25 000 homens em 4 000 carros, numa curta estrada de duas pistas! E tudo isso de volta à noite. Levavam mais de duas horas para andar 12 milhas (cêrca de 18 quilômetros).

"Tivemos de fazer uma praça de estacionamento para aquêles 4 000 automóveis e uma vasta passagem superior para pedestres, afim de impedir a invasão dêsse espaço pelos milhares de operários que desembarcavam, de manhã dos primeiros trens procedentes de Louisville, em Kentucky, pela outra margem do rio.

¹¹ A tonelada (T.) norte-americana tem 907k,184.

“Os carros começavam a chegar às 6 horas da manhã, e, por volta das 6,45, já se apinhavam na estrada, a perder de vista, durando isso, todo os dias, cerca de duas horas.

“As 4 e meia da tarde recomeçava tudo aquilo. Milhares e milhares de homens saíram em torrente, enfiavam pelos carros e formavam uma caravana de três fileiras, do lado de dentro do portão — como cavalos de corrida no momento da arrancada — ávidos por voltar à casa”.

San Diego é outro exemplo espantoso de rodovias sobrecarregadas. Devido à corrida das indústrias de defesa, principalmente a de aviões, cresceu de 50 000 pessoas por ano sua população, que é presentemente de 275 000, subindo com toda a probabilidade a 310 000 até maio de 1942, sem contar o pessoal do Exército e Marinha.

21 050 426 de visitantes nos parques nacionais, este ano, 85 % dos quais em automóvel — “Quantos visitantes tem tido?” perguntei a Newton B. Dury, diretor do Serviço de Parques Nacionais.

— “Nossos parques tiveram este ano 21 050 426, em comparação com 3 ½ milhões em 1933. Em verdade, nossa gente está disposta a “Ver a América primeiro”.

— “Quantos dêles, de automóvel?”

— “Com toda a certeza, 85 %. Nosso sistema de parques compreende atualmente 164 sítios de recreio, com uma área total de mais de 21 000 000 de acres, todos servidos por boas estradas”.

— “Onde observou, mais especialmente, aumento desses passeios?”

— “Antes de possuírmos rodovias, os favoritos eram os velhos parques de Yellowstone, Yosemite e o Grande Cañion a que se ia de trem. Hoje, porém, nosso vasto sistema rodoviário desvenda a todos um novo mundo de agradáveis recreios.

“No ano que terminou em 1 de outubro de 1941, recebeu o Parque Nacional das Montanhas Great Smoky, situado nas serras ocidentais de Carolina do Norte e Tennessee, 1 247 019 visitas, ultrapassando todos os demais.

“Na Virgínia, o Parque Nacional de Shenandoah encerrou o ano com 1 054 479.

“O terceiro foi o Parque Nacional das Montanhas Rochosas, com 685 393.

“O maravilhoso Yosemite, na Califórnia, vem em quarto lugar, com 594 062, ficando em quinto o de Yellowstone, com seus *geysers*, seus ursos e seu *cañion* colorido, e que teve 581 761 visitantes.

“Ao Parque Nacional de Mount Rainier, no Estado de Washington, foram 446 636 pessoas.

“431 816 foram ao Grande Cañion apreciar-lhe a profundidade e as pancadas de chuva em pleno sol, e 423 088 procuraram Acadia, no Maine.

“O longínquo Parque Nacional de Hawaii, finalmente, figura entre os principais, com uma frequência de 324 728”.

Romarias patrióticas a campos de batalha e monumentos históricos — “Teve alguma repercussão este ambiente de guerra sobre a visitação aos nossos campos de batalha históricos e monumentos nacionais?” inquiri.

— “Sua popularidade é maior que nunca. Foram despertadas as emoções patrióticas. Pode notar-se a expressão de profunda reverência na fisionomia de homens e mulheres que se acercam de santuários como o grande Memorial de Lincoln, em Washington.

“Yorktown e Jamestown, onde estabeleceu o capitão John Smith sua colônia inglesa e que constituem hoje o Monumento Colonial Nacional, atraíram 64 037 excursionistas em doze meses.

“Gettysburg teve 654 411 peregrinos, indo muitos outros mil a Chickamauga e a Chattanooga.

“Ao Memorial de Lincoln, que se ergue à margem do Potomac, foram 1 796 752 pessoas, que ali permaneciam respeitosamente de pé ante a heróica figura de mármore do Grande Libertador, enquanto que 882 507 se dirigiram aos arredores de Mount Vernon, a ver a linda casa de George Washington”.

Pode-se hoje em dia cortar o território dos Estados- Unidos, de uma a outra costa ou de norte a sul, por muitas dezenas de estradas diferentes, e por uma infinidade de combinações dessas estradas.

Oficialmente, entretanto, não existe essa coisa conhecida como *rodovia transcontinental*, que jamais foi construída. Apareceram, sim, secções esparsas, uma de cada vez. A U. S. 40, por exemplo, cruza hoje o continente, de Atlantic City a San Francisco. Originariamente, porém, apenas curtos trechos dela ligavam entre si certas cidades, através das quais se vinha para leste. Do mesmo modo se estende atualmente a U. S. 1, da Nova Inglaterra até a Flórida, só tendo existido, no entanto, outrora, os trechos que serviam sobretudo ao tráfego entre Boston e Nova York, entre Baltimore e Filadélfia.

Bastantes estradas de oceano a oceano e de fronteira a fronteira — As rodovias transcontinentais, como as chamamos, foram pela primeira vez designadas, numeradas e uniformemente marcadas há cerca de 15 anos, unicamente para conveniência dos motoristas.

A denominação U. S. Highway¹² é apenas semi-oficial, nunca havendo sido votadas verbas federais para construção e manutenção de estradas designadas por esse nome, tendo embora contribuído o auxílio federal aos Estados para tais obras.

Quando se percorrem os Estados, também, notam-se algumas rodovias numeradas curtas, e outras mais longas; algumas se bifurcando, para se reunirem mais adiante os dois ramos dessa bifurcação.

As estradas do sistema rodoviário dos Estados- Unidos foram escolhidas mais por sua importância como rodovias interestaduais do que como intraestaduais. Compreende atualmente esse sistema cerca de 130 000 milhas (perto de 219 000 quilômetros).

Nos mapas da Administração de Estradas Públicas figuram umas 56 dessas grandes rodovias de cerca de 1 000 milhas (perto de 1 609 quilômetros de comprimento). Oito auto-estradas principais cruzam o país de este a oeste. A mais longa de todas, a U. S. 6, 3 652 milhas (cerca de 4 876 quilômetros) de extensão e vai de Provincetown, em Massachusetts, a Long Beach, na Califórnia. Outras importantes estradas este-oeste são as U. S. n.º 20, 30, 40, 50, 60, 70 e 80.

Quanto às rodovias pelas quais se pode atravessar o país no sentido norte-sul, são 29 as principais. Destas, a mais extensa é a U. S. 1, que vai do Forte Kent, no Maine, a Miami, na Flórida, num percurso de 2 280 milhas (cerca de 3 668 quilômetros).

¹² Rodovia dos Estados- Unidos.

Resenha e Opiniões

A região dos campos no Brasil

Sob o título "A região dos campos no Brasil", o Sr. Herbert Smith publicou em 1885, na *Revista Mensal* da Secção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, em seu número de janeiro e fevereiro um artigo sobre a vegetação do Brasil. Esse artigo que foi transcrito na obra *Geografia Geral do Brasil*, de A. W. Sellin, Rio, 1889, é o que se segue:

Quase tôdas as províncias do Brasil têm campos, mas a porção principal dêles cobre quase tôda a província de Mato-Grosso, as províncias de Goiás, Piauí, Ceará, Rio-Grande-do-Norte e Paraíba, grandes zonas das de Pernambuco, Bahia e Minas-Gerais e pontos do Maranhão, Alagoas, Sergipe, São-Paulo e Paraná. Há-os ainda, cercados de matas, ao longo dos tributários meridionais do Amazonas, nas vizinhanças deste rio e para lá dêle ocupam extensas regiões nas terras altas da Guiana. As campinas do Rio-Grande-do-Sul pertencem antes à região dos pampas meridionais.

A região dos campos não é inteiramente contínua. Em situações favoráveis, nas margens dos rios, cresce mata virgem e nos lugares cuja elevação é considerável e o solo argiloso, este crescimento é muito elevado, exuberante.

A distinção botânica entre a mata e o campo é limitada; ela inclui tôdas as espécies, mas estende-se somente a uma parte dos gêneros e raramente às famílias. Na floresta há a mesma preponderância de Mirtáceas, Leguminosas e de certas outras famílias como nos cerrados; alguns gêneros como o *Mimosa*, são igualmente bem representados nas duas regiões; e se as palmeiras e os fetos são mais conspícuos na floresta, ou as relvas nos campos, estas distinções firmam-se na própria natureza das plantas, que ou procuram lugares úmidos e sombrios ou situações abertas. Por outro lado, porém, certos grupos consideráveis são encontrados exclusiva ou preponderantemente em uma ou outra região e estas distinções nem sempre podem ser explicadas por causas físicas. É digno de nota que, sempre que a vegetação da floresta che-

ga a criar raízes, a vegetação do campo fica excluída; as árvores da floresta vão crescendo de ano em ano, fazendo constantemente nascer outras e conservando o solo sempre úmido e fresco; o húmus vegetal vai-se formando gradualmente, embora nunca chegue a ser muito espesso senão nos terrenos pantanosos, e tornando-se constantemente mais rico, val de ano em ano ficando mais próprio para as plantas de mata virgem e menos para as do campo. É igualmente difícil à mata virgem tomar pé no campo senão estimulada por solo úmido e situação favorável. A semente da mata, plantada nessa areia ardente, ficaria dentro em pouco requeimada, perdendo tôda sua vitalidade; precisa de ter umidade e frescura para desenvolver-se. Por isso se observa que estreitas fitas de mata encontram-se frequentemente ao longo das bases dos rochedos, onde o solo é em parte coberto de sombra, ou marginando pequenos lacrimais, cuja infiltração d'água conserva o solo sempre úmido e fresco. A mata virgem, uma vez ali estabelecida, pode estender-se indefinidamente, porque os braços desdobrados das árvores mais extensas dão sombra ao chão e protegem as sementes e plantas novas. Este desdobramento deve ser necessariamente muito vagaroso, a não ser que o favoreça o solo e a situação.

A vegetação característica dos campos parece ter o seu mais completo desenvolvimento nos chamados *cerrados*. Os cerrados são mais exuberantes nos lugares em que o solo é composto de areia solta, mas estendem-se por terrenos pedregosos e até certo ponto por terrenos de argila. As plantas são principalmente árvores baixas e arbustos formando uma espécie de semi-floresta; as árvores acham-se separadas umas das outras, ou crescem em pequenos grupos, entrelaçando mui raramente os seus ramos e fornecendo sombra mui insignificante ainda nas épocas em que a folhagem se acha na maior pujança. As árvores em geral não têm mais de três ou quatro metros de altura, são nodosas e tortuosas, com poucos ramos copados, que saem do tronco a um ou dois metros do chão. A casca é quase que invariavelmente

negra, fendida e chela de tubérculos, mas muito raramente espinhosa, de modo que a vegetação só por esta feição apresenta uma face especial. O terreno por baixo e em redor das árvores é em parte coberto de relvas e ervas; as ervas de poucas espécies nascendo em tufos, mas nunca formando densos tabuleiros; as relvas de muitas espécies, mas muito espalhadas... Em geral, como na mata virgem, as diferentes espécies se acham confundidas; num quilómetro quadrado de terreno é fácil encontrar-se cem ou mais espécies de árvores. Por vezes, porém, uma particularidade do solo ou do lugar favoreceu o desenvolvimento de uma espécie única, a qual então se encontra em consideráveis extensões, com exclusão quase absoluta de outras. As trepadeiras e epífitas faltam quase completamente, as árvores raramente têm ramos que se entrelaçam, e com pequeno incómodo a gente pode andar a cavalo por quase todos os lugares no campo aberto.

É nos terrenos secos, arenosos e abrigados, nos vales pouco profundos, nos longos declives em direção do sul, e freqüentemente nas orlas das florestas que as árvores dos campos atingem seu maior desenvolvimento; são éstes os *cerradões*, nos quais a vegetação tem alguma coisa de verdadeira floresta, atingindo muitas vezes as árvores a considerável altura de 10 ou mesmo 12 metros; seus troncos são longos e quase direitos; os ramos tendem em geral para o alto, em vez de se alargarem e os das diferentes árvores se entrelaçarem: a casca muito mais lisa. Ocasionalmente trepadeiras e epífitas agarradas às árvores. Os *cerradões*, porém, só diferem em grau das outras partes da região dos campos. É verdade que algumas das espécies são distintas e onde os *cerradões* estão adjacentes a trechos de mata, pode existir uma mescla de forma de floresta; mas estas feições são devidas unicamente ao fato de que certas espécies crescem melhor em certas situações. A altura e a tendência para o alto tornam-se mais notáveis, porque as árvores acham-se mais próximas e não se entrelaçam umas com as outras; é regra em tôdas as árvores que o crescimento, interrompido em uma direção, toma outra.

A variação de grau ou direção oposta pode-se observar nas vertentes expostas e nos terrenos aluminosos, que são menos favoráveis à vegetação típica dos campos.

Aqui as árvores tornam-se menores ou mais espalhadas, e as relvas e ervas formam um tapete mais espesso; por vezes as árvores acham-se tão afastadas que o terreno parece todo nu e semelha um parque; mas, mesmo essas árvores espalhadas são, com poucas exceções, das mesmas espécies que as que se encontram nos *cerrados*.

Dêsses campos abertos vai apenas um passo para os *tabuleiros descobertos* de Minas-Gerais, nos quais as árvores desapareceram completamente. Devido a alguma particularidade do solo ou do clima, êsses campos abertos ocupam quase inteiramente uma larga zona ao oeste da serra do Espinhaço em Minas-Gerais, São-Paulo, e Paraná e outras províncias; mas êles se encontram com maior ou menor extensão em tôda a região dos campos.

★

Geografia Urbana

Da série de aulas dadas pelo Prof. P. Arbos, no Curso de Geografia, da Escola de Economi e Direito, da Universidade do Distrito Federal, hoje extinta, publicamos a seguir a 2.^a aula, que versou sobre o tema Geografia Urbana:

A cidade aparece como um organismo constituído por uma aglomeração de casas e de indivíduos e compreende um meio físico, biológico e natural que lhe são peculiares, cujo estudo é o objetivo da Geografia Urbana.

Cumprime primeiramente estudar o quadro compreendendo a situação da cidade em relação às regiões naturais, às vias de comunicação, às grandes correntes comerciais, etc. Em seguida o estudo do sítio propriamente dito, determinado pelas condições exatas do local: relêvo do solo, regime das águas, posição junto a um rio ou a qualquer acidente geográfico etc.

Sucedee, entretanto, que, por vezes, essa análise ainda não é suficiente para explicar a escolha do local da cidade sendo necessário pesquisar a circunstância especial que serviu de motivo à fundação e que constituiu o que em Geografia Urbana se denomina elemento de fixação. No Rio-de-Janeiro, por exemplo, o estudo da situação do relêvo, do clima não explicam só por si, a escolha do local preciso onde nasceu a cidade que poderia ser localizada em qualquer outro ponto da baía. Foi um

pequeno acidente geográfico, o morro do Castelo que constituiu o elemento de fixação.

No seu quadro próprio formado por esses vários elementos a cidade exerce várias funções: comercial, industrial, política, religiosa, e acima de todas, pela sua importância, a função de capital. A função de capital deve ser compreendida num sentido largo e atribuída a qualquer cidade cuja influência se irradie numa região mais ou menos vasta sem que necessariamente essa cidade seja a capital política do país. Mesmo num país centralizado como a França várias cidades exercem função de capital.

As cidades podem exercer uma ou mais funções, sendo que, no segundo caso, apresentam uma organização mais estável, em épocas de crise as diferentes funções se contrabalançando umas às outras.

A estrutura urbana que pode ser comparada à do corpo humano compreende duas espécies de elementos: os animados e os inanimados. Os inanimados que constituem o esqueleto da cidade são representados pelas casas, ruas, jardins, praças, etc. Nada valeriam sem o espírito que os anima e que representado pela população. A população por sua vez, tem a sua vida de relação: veste-se, alimenta-se, circula, etc. Outros tantos problemas que interessam à Geografia Urbana.

Para fixar as idéias podemos pois estabelecer a seguinte ordem no estudo das cidades: o quadro compreendendo posição, sítio, elemento de fixação; a função; o organismo. Nada entretanto de rígido, de fixo ou de obrigatório, as cidades devendo ser consideradas como organismos individuais e cada uma estudada como um caso particular. É necessário, em seguida, indagar as relações entre os diferentes elementos a que nos referimos. O desenvolvimento das cidades depende das suas funções. Qual serão as ligações entre essas funções e o quadro próprio à cidade? As funções urbanas serão conseqüências do meio natural? Durante muito tempo pensou-se que sim, hoje atribui-se às condições naturais uma importância pequena e as cidades aparecem como o resultado especialmente da vontade dos

homens. Cidades há que constituem verdadeiros paradoxos geográficos como a Meca. O quadro da cidade pode, além disso, transformar-se pelo arrasamento de montanhas e pela conquista do mar.

Qual então a função da Geografia Urbana desde que não lhe é dado deduzir os fatos uns dos outros logicamente e estabelecer leis científicas? Cada caso constitui um problema e cabe ao geógrafo indagar as várias condições que tornaram possível a origem e o desenvolvimento da cidade que estuda. A diversidade é imensa; o método permanece o mesmo e consiste na análise dos elementos anteriormente indicados e em seguida na síntese explicativa do fenômeno global tal como êle se nos apresenta.

Entre esses diversos elementos, muitos são atuais e podem ser diretamente observados, outros pertencem ao passado. A História é pois em relação à Geografia Urbana uma ciência auxiliar de grande valor. Além de explicar muitos aspectos atuais ligados ao passado a História dá ao geógrafo uma lição de modéstia fazendo-lhe ver que o meio físico-natural não é o princípio essencial da vida urbana e o estudo geográfico das cidades mostra não a vitória do meio físico sobre o homem mas a deste último sobre aquêle.

BIBLIOGRAFIA

Um artigo de Raoul Blanchard — "La Géographie Urbaine", publicado na revista *La Vie Urbaine* em 1925 e reproduzido na *Revue de Géographie Alpine*, 1930.

Lavedan — *L'homme et les villes* — Coleção dirigida por Pierre Defontaine.

P. Arbos — *Clermont Ferrand*.

Levainville — *Rouen*.

Blanchard — *Grenoble*.

Baulig — *Les Etats-Unis (Géographie Universelle)* no que diz respeito às cidades.

Martonne — *Europe Central (Géographie Universelle)* no que diz respeito às cidades.

Geografia Carioca:

O cenário físico no tempo colonial

Ainda da série de contribuições do Prof. Everardo Backheuser, que vem sendo publicada no *Jornal do Brasil* sob o título "Geografia Carioca", transcrevemos neste número a denominada *O Cenário Físico no Tempo Colonial*, cujo texto inicia fazendo uma referência à crônica *Aspectos Geológicos no Tempo Colonial*, publicada no número de novembro do ano findo deste *Boletim*, para dizer que êsses aspectos geológicos do Rio-de-Janeiro ofereciam nos primórdios da colonização apresentação diversa da dos dias atuais. É bem de imaginar que a orografia da nossa *urbs* houvesse sido aqui a ali algo diferente daquela em que hoje se exhibe.

De fato: havia morros que já não existem. O último desmontado foi o do Castelo, em 1922, parte pelo prefeito Carlos Sampaio, durante a presidência Epitácio Pessoa, para festejar o centenário de nossa independência, parte pelo prefeito Alaor Prata no período Artur Bernardes.

As terras frouxas do monte histórico escorregaram, sob jactos d'água, para o salso elemento, provocando mais um avanço superficial da cidade, com aquela linda e nova porção de território, constituída pelo aeroporto Santos-Dumont e todos os terrenos adjacentes entre a Santa-Casa e a baía de Guanabara. O morro do Castelo não foi, porém, o único desaparecido desde que a cidade se fundou no século XVI.

O sesmeiro que galgasse nos albos do século XVII uma das ladeiras do desaparecido morro tradicional, em demanda da "casa do governo", uma choça de pau a pique ou de taipa, e do alto estendesse os olhos aos quatro ventos divisaria outras elevações que já hoje não existem.

Se derramasse para o sul as vistas enxergaria bem perto o morro que se chamou da Mangueira (rua Maranguape atual), banhado no sopé pelas águas da lagoa do Destêrro e separado do do Castelo pela lagoa do Boqueirão. Das terras dêsse morro da Mangueira se serviu o vice-rei Luís de Vasconcelos para construir o Passelo Público soterrando parte do pantanal que circundava essa dita lagoa do Boqueirão e a ela mesmo.

Alargando o olhar ainda para mais longe, rumo ao sul, alcançaria logo depois outra pequena elevação, que se chamou morro do Sisson, contrafor-

te da serra de Santa-Teresa, cortado para abrir caminho, por terra, a salvo das marés altas, entre a Lapa e a Glória, ou seja, mais ou menos, para fazer a ligação entre as ruas dêsses nomes. Entre aquêlo outeirinho e o outeiro da Glória, o sesmeiro em excursão, ao tópo do morro de São-Januário enxergaria um dos braços do rio Carioca, ou seja, aquêlo braço que demandava pela garganta do Catete, o recôncavo da Ermida da Glória, aliás, ao tempo ainda não construída.

Se aquêlo rude homem colonial quisesse continuar a se deleitar com o panorama fluminense e, dando costas ao nascente, encarasse o flanco onde o sol desce à tarde, avistaria o próprio morro de São-Januário bordado de lagoas. Ligada a bem dizer à do Boqueirão, que vinha até onde se eleva hoje o Teatro Municipal, divisaria aquela que teve depois o nome de lagoa de Santo-Antônio, abrangendo grande parte do atual largo da Carioca que ia como que se unir, pelo lado norte, à da Lampadosa ou do Polé, vasto e impreciso, brejal ocupando quase tôda a área hoje limitada pela praça Tiradentes, rua Visconde do Rio-Branco, praça da República e rua Marechal Floriano. O campo de Sant'Ana era também uma espécie de pequeno cômodo, não de areia, mas de restos de um morro, corroído pelas intempéries, morro êsse constituído também de gnaisse, aliás atravessado por veios de pegmatito. Nêle Eschwege encontrou turmalinas negras, aquela variedade que José Bonifácio classificaria mais tarde sob o nome de afrisita.

Por certo, o visitante do platô do morro do Castelo não enxergaria muito mais longe na direção oeste. O panorama nessa direção seria barrado pelo morro chamado do Carmo, por ali se terem estabelecido os Carmelitas. Logo depois o morro perdeu êsse primeiro topônimo (de *morro do Carmo*), para ser conhecido pela designação de morro de Santo-Antônio quando nêle se instalaram os Franciscanos no Convento consagrado ao taumaturgo de Pádua e de Lisboa. Seria, então, como continua a ser hoje, de argila amarela, com manchas vermelhas. Em seu flanco oeste estêve largo tempo em exploração uma grande barreira, com duas saídas perpendiculares entre si, uma para o largo do Rocio (praça Tiradentes) e outra para a rua do Espírito-Santo, hoje Pedro I. Essa travessa em esquadro é a hoje rua Silva Jardim. Se o observador, que imagino instalado no alto do Cas-

telo, olhasse de esgueirha, veria, no quadrante SW, uma ponta do morro de Pedro-Dias (Pedro Dias Pais Leme), depois do Senado. Encostava essa parte alta da topografia local nas águas da lagoa da Sentinela, tornada célebre na história da cidade porque aí estêve Gurgel do Amaral com seu "troço de estudantes" em defesa contra os franceses.

Em 1903, o morro do Senado foi desmontado para fornecer atêrro às obras do Pôrto. Suas raízes de gnaísse melanocrático, aplainadas, formam hoje a esplanada do Senado.

Essas alterações sucessivas no relêvo bizarro da cidade ter-lhe-iam modificado os efeitos climáticos. Permittiram-lhe de fato, maiores comodidades à circulação do ar, isto é, melhor arejamento, mais facilidade, portanto, à penetração da brisa da barra e em consequência melhores condições e habitabilidade. Tudo isso evidencia ser o fator homem poderoso agente geográfico, o qual se não consegue modificar totalmente o clima, ao menos pode atenuar seus efeitos, o que corresponde afinal a alterá-lo em benefício do próprio homem.

Vemos assim que o homem agindo dia a dia e sem interrupção, conseguiu modificar o aspecto geológico, o relêvo, o revestimento florestal e concomitantemente até os efeitos do clima no centro urbano do Rio-de-Janeiro.

Aludindo ainda a alterações da geografia física há a juntar as modificações da linha litorânea. E não são de somenos essas alterações da faixa costeira.

Em quase nada se pareceria o litoral primitivo com o de hoje. Desde Botafogo até São-Cristóvão, a costa segue atualmente em linha continua, em curvas elegantes, sem sombra do que tinha de recortes caprichosos no tempo colonial. As praias entravam então muito mais por dentro das terras. As ondas batiam, por exemplo, de encontro ao outeiro da Glória, junto a tôda a rua desse nome, lambiam as raízes do morro do Castelo, de São-Bento, da Conceição, da Providência. As curvas das praias apresentavam-se, pois, em guirlandas de arrebatadora fantasia. E onde, pela largura das baixadas, era impossível ao mar atingir diretamente os morros, surgiam, como já indicadas, as lagoas e os

boqueirões que afinal nada mais eram senão desenvolvimentos preguiçosos da linha de costa e através dos quais a maré se fazia sentir a longa distância.

O *salgado* (para reproduzir a terminologia da época) ia a bem dizer por tôda parte, em enseadas formosas, em angras aprazíveis, em praias e prainhas de especial beleza pela candura imaculada das areias, aqui movediças, acolá estabilizadas, mercê da rasteira vegetação de gramíneas.

Do Castelo ver-se-ia então ao longe a praia de Sapucaitoba, depois praia do Sapateiro (hoje Flamengo), nascendo no morro de Leripe (morro da Viúva) junto à arqui-histórica Casa-de-Pedra e à Briqueterie, descrita por Thevet, e indo até o morro de Uruçumirim (outeiro da Glória). Nessa praia, o famoso rio da cidade, o rio Carioca, depois rio das Caboclas, desaguava em uma espécie de delta cheio de lagoas. Depois, dessa límpida praia do Sapateiro uma angra forte, que do lugar onde é hoje a praça Paris se aproximaria do morro do Destêrro (Santa-Teresa) pelo saço ou lagoa do Boqueirão. Boqueirão foi o apelido desse lugar, no Passeio Público, mesmo depois de totalmente entupida a lagoa pelo vice-rei Luís de Vasconcelos. E assim ficou até o princípio do século XX, quando Pereira Passos, ao construir a avenida Beira-Mar afastou o *salgado* ainda para mais longe, tirando-o de junto do paredão do famoso terraço do Jardim do Mestre Valentim. Já batiam as ondas junto àquele tradicional bevedere da cidade, ali onde ainda hoje se vê a linfa preciosa correr das mãos de um menino, que proclama "poder ser útil inda brincando". "Boqueirão do Passeio" continua a ser o nome de um clube de regatas.

Do lado norte do Castelo, o observador colonial veria uma praia longa, a *Piaçaba* ou *Apiaçaba* desde o Castelo até São-Bento, a faixa hoje ocupada pelos quarteirões entre ruas da Misericórdia e Primeiro de Março a leste, e Carmo, Candelária e beco das Cancelas a oeste. Mais além, entre São-Bento e Conceição outra praia, esta curta e esguia — a Prainha — conhecida até muito mais tarde por essa mesma designação genérica, sem nome de batismo. Era onde é hoje a praça Mauá. Para a Prainha acorreriam, depois, várias vias públicas: a rua da Prainha, hoje do Acre, ladeiras do morro da Conceição (João-Homem, Pedra-do-Sal) e depois a rua da Saúde, atualmente crismada de Sacadura Cabral. A Prainha

terminava no Valongo, local do famoso mercado de escravos.

Na Piaçaba e um pouco na Prainha e em Santa-Luzia, estariam quase só as poucas habitações, casas de taipa, da futura metrópole brasileira.

Dentro dêsse cenário físico é que vai brotar, mais tarde, a nossa linda capital.

Instalado num pequeno morro, cercado de águas, salgadas e doces, atalaia, portanto, contra o francês e o índio, e, ao mesmo tempo, a cavaleiro dos miasmas palúdicos, o colono logo a seguir começa a alargar o seu domínio. "Conquistar o espaço", é sempre a primeira fase que se segue a qualquer ocupação humana.

Em quatro direções antro-po-geográficas vai êle realizar essa imprescindível e fatal conquista. Arremete contra a mata, contra a montanha, contra o paul, contra o mar. Estes quatro tipos clássicos de *vazios de ecúmeno* vão fornecer os alicerces da futura *urbs*.

Certo, a história da ocupação humana em qualquer parte do mundo, antigo e moderno, apresenta muitíssimos exemplos semelhantes, de uma ou de outra dessas conquistas de ecúmeno. Raramente, porém, tôdas quatro modalidades são simultâneas. Essa simultaneidade é, sem dúvida, um dos aspectos *sui-generis* dessa nossa *sui-generis* cidade.

Houve, pois, concomitante ou sucessivamente, derrubadas das matas que por tôda parte nos altos e nas planuras vicejavam no núcleo mesmo da futura cidade. Houve ocupação de morros, exploração de suas barreiras e pedreiras, fixação de suas terras frouxas e íngremes por muralhas de arrimo; houve, ulteriormente, até o desmonte de alguns dêles. Houve aterramento de charcos, e houve desvio das águas das lagoas, por valas e outras drenagens. Houve retificações de alinhamentos de praias com a conquista de terrenos sôbre o mar. Todos êsses processos de avanço, que ainda ocorrem na presente data, ocorreram logo nos primeiros tempos da colônia, mesmo no século XVI, insofismavelmente no século XVII. E tôdas essas ações provam a enérgica ação do agente geográfico homem na sua incessante luta contra o meio, luta da qual em regra sai victorioso.

Claro que a conquista caminhou, a princípio, com lentidão e dúvida. Indecisamente. Sem plano ou norte.

Já, porém na maturidade do século XVII a cidade do Rio-de-Janeiro alcançaria todo o território situado entre o mar e a rua de Uruguaiana (que a princípio se chamou "da Vala"). Mas, nos albores dêsse mesmo século, não atingiria ainda tão *longinquas* paragens. Como se vê, *marcha au ralenti*.

★

O Brasil e a Geografia

É das mais oportunas a iniciativa do Conselho Nacional de Geografia, ao promover um concurso de monografias geográficas, comento recentemente a *Fôlha da Manhã*, que se publica em São-Paulo. Uma condição fundamental, imposta para êsse concurso, é que os trabalhos apresentados tenham cunho acentuadamente geográfico, a fim de serem evitados os de caráter unicamente histórico, sociológico, etnográfico ou referentes a outras ciências distintas da Geografia.

Num dos seus excelentes estudos de Geografia Humana brasileira, o Sr. Pierre Monbeig, professor francês da Universidade de São-Paulo, focalizou com felicidade êsse mesmo critério agora adotado pelo Conselho de Geografia. "Na Geografia, como de resto nas outras ciências — escreveu aquêle ensaista, que tanto tem concorrido para o desenvolvimento dos estudos geográficos no Brasil — não é mais possível ser enciclopédico e perfeito. Há, pois, geógrafos especializados como existem físicos, filósofos ou lingüistas especializados. Uns se especializam em pesquisas de ordem morfológica, outros de ordem climatológica, outros ainda biogeográficas; pode-se falar de Geografia Humana, Econômica ou Política. Impõe-se enjuntamente, uma *mise-au-point*, uma tal especialização só é aceitável no domínio da pesquisa, em hipótese alguma no ensino secundário nem na formação de geógrafos, professores ou cientistas desinteressados. Sem o que não haveria mais verdadeira Geografia".

Os estudos geográficos estão nascendo no Brasil, a bem dizer, depois que se criaram, na nossa organização universitária, os cursos de Geografia em nível superior. A partir de então é que estamos começando a contar com um grupo mais ou menos homogêneo de estudiosos dos problemas geográficos,

indispensáveis a qualquer país e essenciais ao nosso, tão pobre nesse terreno.

A iniciativa do Conselho Nacional de Geografia representa, portanto, uma oportunidade para esses estudiosos. É um estímulo de que necessitam. E é pena que esse estímulo seja ainda tão pequeno. Embora os prêmios oferecidos no concurso sejam em número avultado, o seu valor é insignificante. A importância de 5 000 cruzeiros conferida ao primeiro prêmio não chega nos nossos dias de moeda desvalorizada, a ser um grande estímulo. Sempre é, porém, um primeiro passo, que merece aplausos.

Nos próximos concursos, entretanto, deve o Conselho Nacional de Geografia ser menos modesto na concessão de seus prêmios. Limitados estes a importâncias reduzidas, dificilmente atrairão alguns estudiosos que, por força de fatores econômicos, têm de dedicar o seu tempo a outras atividades quando seria de todo o interesse que se voltassem para o campo da Geografia. Isso só se consegue quando os prêmios oferecidos representem a compensação pelo trabalho efetivamente realizado. O Conselho Nacional de Geografia está em condições de oferecer essa oportunidade aos estudiosos, e é preciso que o faça nos seus futuros concursos.

★

A questão dos latifúndios

A nossa densidade de população é nula, escreveu recentemente o Sr. Benjamin Lima, em artigo publicado no *Diário*, que circula em Belo-Horizonte.

A existência de capitais, insignificante; a mão de obra, difícil e escassa. Para demonstrar a situação no Brasil, apresentamos a estatística obtida de São-Paulo, o mais rico Estado do Brasil:

Distribuição das propriedades agrícolas do Estado de São-Paulo, pela extensão de suas áreas:

Propriedades:	Total	Porcentagem
Até 10 alqueires	85 287	52,0%
" 25 "	38 841	23,7%
" 50 "	19 714	12,0%
" 100 "	10 316	6,8%
" 250 "	6 179	3,7%
" 500 "	2 077	1,2%
" 1 000 "	890	0,5%
De mais de 1 000	461	0,2%
Frações desprezadas	—	0,5%
TOTAL	163 785	100,0%

É inconcebível que se levante em nosso país a questão secularmente debatida dos *latifúndios*, cuja equação é muita gente e pouca terra, em resumo.

No Brasil o problema básico é povoar. O aspecto é ainda o de conceito de velho cronista *terra imensa e poucas gentes*. As considerações publicadas no grande órgão conservador do país, o *Jornal do Comércio*, que pedimos licença para reeditar, reduzem o problema do latifúndio à sua conceituação exata e revelam o exotismo dêsse problema em nosso país e como sua lembrança é absurda.

"Depois da vitória da Revolução começaram a aparecer ideologias, que nunca tinham de um modo sistemático ultrapassado de livros e opúsculos e de um ou outro manifesto.

Essas ideologias passaram para alguns cidadãos a representar o próprio ideal da Revolução, que venceu, aliás, quando o povo brasileiro vibrava para consagrar nas leis e na prática o programa da Aliança Liberal.

Um dos pontos mais batidos nessa orientação é a da questão dos latifúndios. Ela já tinha sido levantada no Império, sob o influxo das leituras européias e da influência dos estudos esplêndidos de Stuart Mill sobre a democratização da propriedade agrária na Europa. Ela ressurge agora sob a dupla repercussão do socialismo nacionalista e comunismo e das sugestões de Alberto Torres, que combateu o nosso "grosseiro sistema de latifúndios". Em tôdas as vezes que se organizou qualquer movimento nesse sentido, êle desapareceu, por falta de ambiente e de elementos de ação. O problema, no Brasil, era prematuro na Monarquia, como é ainda prematuro na República.

Os que falam a favor de uma divisão de terras neste momento são os mesmos que consideram artificial a Constituição de 1891, não tendo tempo talvez de perceber que o que é artificial e copiado do estrangeiro é a própria criação do problema dos latifúndios.

Essa questão não existe ainda no Brasil. Por que? Porque, antes de tudo, não temos grandes propriedades em relação à densidade da população agrícola... Se fôssemos dividir em lotes as

terras dos grandes proprietários pelos seus moradores, pela extensão territorial de cada lote, passariam a ser latifúndios, sob este ponto de vista, as próprias subdivisões feitas. Por outro lado, pelo valor produtivo das grandes propriedades, por suas rendas e pelo crédito que podem obter, elas são pequenas propriedades. Além disso, pelas dificuldades de transporte, irrigação e adubagem, temos grandes propriedades que são pequenas em relação à extensão da área aproveitável e cultivável. Isso, sob o ponto de vista da terra.

Sob o ponto de vista do homem, é claro que o problema da pequena propriedade só se pode apresentar quando há latifúndios que não atendem aos interesses de seus arrendatários e que estes de fato representam os interesses da população agrícola.

No Brasil, os grandes proprietários não têm capital circulante e o número dos seus moradores não é suficiente para qualquer divisão de terras, pois são em pequena proporção. Se acaso fôssemos dar a propriedade a alguns desses moradores, salarizados, meeiros, etc..., eles não teriam capitais nem elementos para transporte e venda de seus produtos. Não temos entre a classe dos arrendatários a estabilidade econômica que permita a sua imediata transformação em proprietários.

É claro que temos, em certos cultivadores de algodão do norte e entre ex-colonos do sul, o regime de pequena propriedade. Mas, no conjunto do Brasil, o característico da situação é ainda e será durante muito tempo a pequena exploração dentro da grande propriedade, a pequena população em áreas enormes. Além disso, o valor da propriedade é variável, porque as terras virgens atraem os exploradores, sendo mais produtivo o deslocamento do que a adubagem e o tratamento artificial.

Em São-Paulo, em Minas-Gerais, no Paraná, no Espírito-Santo, continua o movimento em busca das terras novas, das terras devolutas. Como fazer então a divisão de terras, cujo valor depende desses êxodos contínuos?

No Velho-Mundo e em algumas zonas dos Estados-Unidos, o problema se tem apresentado com interesse. Mas toda a formação histórica e geográfica é diferente da nossa. A evolução foi

multissecular. Em síntese, a questão se pode resumir no seguinte: os servos passaram a arrendatários, depois a arrendatários privilegiados e a proprietários.

O problema social e político do latifúndio é a detenção da propriedade imerecida por quem goza de seus proventos sem trabalhar para o seu progresso; é o do proprietário que ganha com o povoamento de sua terra ou o impede.

No Brasil, não há nada disso a não ser em casos excepcionais, que não podem constituir matéria para uma legislação de ordem geral.

Na Europa, o grande proprietário representa o conquistador que se apossou das terras já habitadas e cultivadas. A luta girou depois entre as prerrogativas desses conquistadores e as reivindicações dos antigos habitantes.

No Brasil, o processo é diverso, — o proprietário é sob o ponto de vista da formação sociológica, o criador ou o representante do iniciador da exploração, o início do povoamento. É um inventor, e não um conquistador.

Os colaboradores que lhe vão aparecendo, moradores, camaradas, colonos, são salarizados, e relativamente nômades. O deslocamento das populações agrícolas ainda se realiza sob a nossa própria observação em pleno século XX.

Sendo assim, sob o próprio ponto de vista do ideal da pequena propriedade, se ele fosse realizável, sob esse próprio ponto de vista, teremos de começar pela criação da matéria prima — do pequeno proprietário.

Para isso, necessitamos da efetivação de um grande programa de política construtiva, pelo qual nos vimos batendo há mais de vinte anos. Esse programa compreende instrução, saneamento, comunicações, organização de produção e de comércio, a criação, em suma, de outra civilização rural. O Mané Xique-Xique, o Jeca-Tatu e seus companheiros poderão então chegar às responsabilidades da propriedade, sem os perigos do abandono e da dispersão e ruína. A pequena propriedade não se improvisa nem pode surgir de uma legislação apressada. É uma conquista política e econômica, que a lei consagra.

Pela evolução econômica do mundo é possível discutir se há vantagens ou possibilidades da pequena propriedade em certas regiões e em determinados momentos históricos: mas, dentro do ponto de vista dos que consideram a pequena propriedade agrícola como um dos ideais da humanidade, é necessário acentuar que para atingir essa situação não é necessário apenas instruir o homem que vai ser o dono das herdades. É indispensável organizar o aparelhamento de produção, de venda e de transporte para que a pequena propriedade não seja abandonada pelo proprietário que não pode fazer prosperar uma pequena herdade, quando não está ligado a um sistema de coordenação comercial. Tanto maior o seu isolamento quanto menos propício o meio para o progresso das pequenas propriedades. O isolamento exige uma proporção maior de despesas gerais, que a grande propriedade suporta e que aniquila a pequena.

Falamos, em tese, a propósito da reivindicação da redistribuição das terras, de acordo com os programas dos comunistas ou de algumas teorias fascistas. Sob o ponto de vista técnico, prático, esse objetivo seria irrealizável no Brasil, pois para a elaboração de uma simples legislação nos faltam elementos seguros para qualquer estudo. Não temos dados para legislar levando em conta o regime de trabalho agrícola em todas as regiões do Brasil, pois pouco há publicado sobre o assunto, a não ser sobre o sistema do café em São Paulo e o da borracha na Amazônia. Um estudo sobre a questão exigiria a organização de comissões que fôssem examinar o regime e as tradições e os contratos em todas as zonas econômicas do Brasil.

Vê-se, por tudo isso, como seria prematura, inoportuna, inconseqüente qualquer legislação tendente a combater uma coisa que não existe como na Europa os latifúndios e como sem base para qualquer medida séria essa legislação só poderia ser desorganizadora, lesiva e contraproducente".

É precisamente na necessidade de planos diferentes de ação, na justaposição desses planos, na concordância de critérios que parecem excluir-se e que devem atuar harmônica e paralelamente na organização das instituições e dos instrumentos da administração, atuando na ordem econômica é que está a grande dificuldade a ser vencida. Onde deve ter fim a livre ação do in-

divíduo e começar a ação do Estado? O estudo desse problema tem exaurido muitas energias, pôsto em debate engenhosas teorias, fornecido à literatura econômica vários e abundantes temas. Para mim só há progresso econômico quando o indivíduo sente sua atividade livre estimulando a sua liberdade de empreendimento. E esta só poderá expandir-se e existir quando o homem puder colher os frutos do seu esforço sem a açambarcadora intervenção alheia que, limitando a sua liberdade, fere os seus estímulos, limita o seu ardor na luta. O progresso e a cultura se devem principalmente à ação do indivíduo. O fator homem é o preponderante.

Concordamos que o individualismo ou liberalismo econômico, pode e deve sofrer restrições inspiradas no sentimento da fraternidade humana, nas altas inspirações da solidariedade cristã, para que não perdure como uma resultante de egoísmo ou da avareza. Jamais, porém, poderá ser eliminado. E nesse pressuposto os fatores éticos podem inspirar a ação social do Estado e alargar o campo de sua benéfica proteção na função reparadora, das necessidades da pobreza humana!...

Podemos repetir como abalizado observador: o panorama do Brasil econômico é:

- a) a pequena propriedade rural;
- b) a ínfima densidade de população;
- c) capitais diminutos;
- d) renda individual insignificante.

Diante desta realidade, os nossos olhos se voltam para as imensas riquezas inexploradas, para os recursos que jazem inertes à espera do homem e do capital, a fim de se converterem em fatores de prosperidade econômica.

Por tudo isso a iniciativa individual precisa ser estimulada em nosso país pelo amparo do Estado, no qual se resume o grande órgão de cooperação que possuímos. O capital em sua forma genuína só se forma "pelos remanescentes dos rendimentos da produção". Por isso urge estimular a produção. O trabalho só é fecundo pelo estímulo das ambições e do interesse e estes só se realizam com um regime de liberdade econômica que seja assegurada pela estabilidade das condições do esforço humano na luta penosa da vida!

Confecção de diapositivos

A revista *Bausch & Lomb*, em seu número 1, janeiro de 1944, ano II, publicou um interessante artigo sob a epígrafe "Diapositivos — qualquer professor pode fazê-los", no qual se ensina um processo simples de confecção de diapositivos, usando, de diversas maneiras, um vidro plano no tamanho adequado.

Estas placas de vidro, podem ser adquiridas nos vidraceiros; pode-se também aproveitar velhos diapositivos mediante a limpeza da emulsão ou cortar negativos de vidro que não sejam necessários. O vidro de janela comum é, geralmente, muito espesso e não possui as qualidades próprias para esse fim.

Talvez que o modo mais fácil de preparar diapositivos, usando placas de vidro limpas e perfeitas, seja banhá-las com uma substância tipo verniz conhecida como *Ground glass substitute* vendida pelos estabelecimentos fotográficos. Quando esta substância seca deixa uma superfície similar à do vidro despolido de grã extremamente fina; a qual só é solúvel no éter.

A ilustração escolhida pode ser inicialmente desenhada num papel, a lápis, e no mesmo tamanho em que deverá aparecer no diapositivo. A placa de vidro preparada é colocada sobre o desenho e então traçada com tinta *nanquim* à prova de água. O esboço obtido pode ser sombreado com linhas ou pontos, ou, então, pintado a aquarela com um pincel.

Lembre-se de conservar o desenho dentro da área livre deixada pelo chassis. Esta área pode ser traçada no vidro antes de começar o desenho. Nos trabalhos iniciais não tente fazer detalhes pois somente a prática fará com que os traços da pena e as pinceladas sejam nítidos e firmes. Pequenas oscilações serão grandemente aumentadas na tela.

Outro método de preparar a superfície do vidro plano é banhá-lo com uma fina solução de gelatina em água, e quando a mesma estiver seca colocá-lo por um minuto numa solução de 10 % de formaldeído a fim de endurecê-la. Após este banho e uma vez seca, a superfície poderá ser desenhada com lápis ou tinta.

Pedaços de vidro fino, com o tamanho do diapositivo e com a superfície finamente despolida, poderão ser adquiridos nas casas do ramo. Estes lápis habilitam a sombrear uma área com traços regulares, continuando depois,

com um pequeno pincel embebido em água limpa, de modo a obter o mesmo efeito da aquarela. Tais lápis são adquiridos em caixas de 12 cores sortidas e acompanhadas de instruções sobre o uso.

Outras cores intermediárias são feitas pela *Keystone View Company*, consistindo em lápis coloridos e tintas especiais para este fim.

Celofane é um material muito útil na preparação de diapositivos. Sua principal vantagem reside no fato de que pode ser colocado na máquina de escrever. Os diapositivos que consistam somente de palavras, devem ser feitos com este material. O método se resume em cortar um pedaço de papel carbono de tamanho equivalente duas vezes o das folhas de celofane e dobrar o carbono sobre o celofane, de modo que escrevendo sem a fita sobre o carbono, as letras serão impressas em ambos os lados do celofane.

Desenhos com tinta *nanquim* poderão ser feitos pelos processos acima mencionados, caso a superfície do celofane não tenha sido tocada pelos dedos. Em artigo escrito no *The Educational Screen*, em fevereiro de 1939, M. R. Webb e S. O. Wilson recomendam o uso de tintas coloridas japonesas para preencher os esboços de tinta *nanquim*.

As lâminas do celofane devem ser ligadas entre as placas de vidro do diapositivo conforme descreveremos adiante. *Radio-Mat Slide Company* fornece pacotes de folhas de celofane cortadas no tamanho preciso e dobradas entre um papel carbono especial; o conjunto é fornecido num envelope, tendo uma abertura com o tamanho dos diapositivos normais. Estas folhas são extremamente vantajosas, porquanto só é necessário levá-las à máquina para escrever as palavras desejadas e após apertar o celofane entre as duas lâminas de diapositivos.

Receios, infundados, tomaram muito acêrca da confecção de diapositivos fotográficos. Isto parece estranho em vista do fato de que milhões de pessoas que escolheram a fotografia como um passa-tempo foram além dos conhecimentos de simples amadores. É realmente fácil e os materiais são de preço baixo e facilmente obtíveis.

Diapositivos fotográficos podem ser feitos de qualquer negativo bom, de qualquer tamanho e de qualquer câmara. As placas de diapositivos não expostas são impressas do mesmo modo que

as impressões de um negativo são feitas em papel ordinário — por contacto, ampliando ou reduzindo num ampliador fotográfico. São revelados do mesmo modo pelo uso dos tubos MQ, os quais poderão ser adquiridos em qualquer loja de material fotográfico. Será necessário também obter um pacote de revelador, três vasilhas rasas para as soluções e uma lâmpada vermelha. Se o trabalho fôr feito durante o dia, será indispensável um quarto bem escuro.

O precedente foi escrito para demonstrar a simplicidade da operação. Julgamos que as pessoas que tentarão fazer isto já tenham experiência em fotografia, è portanto, informações mais detalhadas não serão descritas. Em todos os estabelecimentos educacionais existem amadores de fotografia, tanto professores como alunos, que alegremente devotarão algum tempo à manufatura de tão úteis diapositivos. Negativos poderão ser selecionados por estudantes, professores e amigos ou poderão ser feitas cópias fotográficas de livros, ilustrações de revistas, etc.

A câmara è também um meio conveniente na produção de diagramas. O diagrama è primeiramente desenhado em tinta *nanquim* sobre um cartão branco de tamanho suficiente afim de que não haja dificuldade em fazer os detalhes bem nítidos. Após, è fixado numa parede e iluminado uniformemente, por ambos os lados com refletores de 100 watts.

Uma câmara, preferencialmente do tipo com placa de focalização de vidro despoilado, è colocada de modo que a parte posterior esteja perfeitamente paralela com o desenho e numa distância tal que a imagem tenha o mesmo tamanho que o desejado para o diapositivo ou então, o maior possível no caso de ser usada uma câmara pequena. O negativo resultante è impresso numa placa de diapositivo de modo usual. A coloração poderá ser adicionada mediante o uso de vários expedientes mencionados nos métodos precedentes.

È possível fazer diapositivos instrutivos de qualquer peça transparente que esteja sendo objeto de estudo em aula, desde que o seu tamanho não exceda ao da placa do diapositivo. Como exemplos citaremos: borboletas, fôlhas e flores impressadas, cortes finos de madeira, etc.

Os diapositivos comuns consistem numa placa de vidro revestida com

emulsões fotográfica, na qual uma imagem foi revelada e fixada.

Após, foi colocado um pedaço de papel preto, no centro do qual foi feita uma abertura do tamanho necessário. A seguir è sobreposta uma laminula de vidro do mesmo tamanho que o diapositivo, porém, mais fina. Esse conjunto è então ligado com fita. Após terminar um diapositivo será conveniente proteger a superfície do mesmo colocando uma laminula, ou, se fôr feito de celofane, apertando-o entre duas laminulas. O papel preto è de fácil aquisição e poderá ser recortado a lâmina comum.

Após o diapositivo pronto, um pequeno disco de papel deverá ser colado num dos cantos afim de servir de orientação para a colocação correta no projetor.

Este artigo foi escrito segundo referências extraídas das seguintes publicações:

Turtor Service Leaflet n.º 45 publicada por General Biological Supply House, 761 East 69th Place, Chicago, Ill.

How to Make Keystone Handmade Lantern Slides, publicado por Keystone View Co., Meadville, Pa.

Lantern Slides of Cellophane, por Mahlon R. Webb and Sterling O. Wilson, publicado no *The Educational Screen*, fevereiro de 1938.

★

A população da Argentina em 1944

A Diretoria Geral de Estatística e Censos da Nação, do Conselho Nacional de Estatística e Censos, subordinada ao Ministério do Interior, da República Argentina, acaba de fornecer um comunicado das cifras provisórias de população daquele país, a 31 de dezembro de 1944. Informa que a população da República Argentina, segundo os cálculos efetuados por aquela Diretoria Geral, alcançava, a 31 de dezembro de 1944, 14 130 871 habitantes. Esclarece que esta cifra è provisória, pois os dados enviados por algumas provincias, não são ainda definitivos.

Adianta que comparando o algarrismo acima com o da população calculada em 31 de dezembro de 1943 (13 909 950 habitantes), este acusa um aumento total de 220 921, o que em cifras relativas representa 15,9 %.. Do referido aumento, 213 515 corresponde

ao crescimento vegetativo e 7 406 ao migratório.

Esclarece o comunicado que da análise das cifras por divisão política, observa-se que o maior crescimento total em valores absolutos teve lugar na província de Buenos-Aires com 43 133, seguindo-se-lhe em ordem de importância a Capital Federal com 27 861; em valores relativos a cifra mais alta, correspondeu a Salto com 26,1 % e a mais baixa à Capital Federal com 11,3 %, seguindo-se-lhe a província de Buenos-Aires com 11,8 %.

Acrescenta ainda que, como se declarou em informes anteriores, os cálculos da população são efetuados acumulando-se anualmente os saldos vegetativos e migratórios tomando-se como ponto de partida as cifras do Terceiro Censo Nacional levantado a 1 de junho de 1914; de outro lado, para se proceder com critério uniforme não se levou em conta os resultados dos censos parciais levantados posteriormente, na Capital Federal, província de Buenos-Aires e territórios nacionais do Chaco e La Pampa.

Explica, ademais, ser evidente que, de acordo com o que a técnica estatística aconselha, cálculos desta natureza devem ser corrigidos periodicamente mediante cifras resultantes de apurações censitárias, de que o país precisa desde o ano de 1914. Os erros que, por tal motivo, inevitavelmente se vêm acumulando através de um lapso de mais de 30 anos, serão reparados com o levantamento do IV Censo Geral da Nação, regulado pelo Decreto-lei n.º 10 783 com data de 6 de outubro de 1943, que atualmente organiza o Conselho Nacional de Estatística e Censos.

Crescimento vegetativo, natalidade e mortalidade

Revela que o crescimento vegetativo total no ano de 1944 foi de 213 515 pessoas representando em valores relativos 14,4 % da população em 31 de dezembro de 1943. Na Capital Federal e províncias o aumento foi de 198 337, correspondendo os primeiros lugares em valores absolutos à província de Buenos-Aires com 40 837 e à Capital Federal com 25 495.

Na Capital Federal e províncias registraram-se 339 794 nascimentos (25,8 %) e 141 457 óbitos (10,7 %). Na província de Buenos-Aires se registrou o maior número de nascimentos, com a parcela de 74 900 e de óbitos com a

de 34 063; ao invés, quanto aos valores relativos os maiores algarismos corresponderam a Jujuy, tanto no que se refere a nascimentos (49,1 %) como a óbitos, (29,2 %).

Nati-mortalidade e mortalidade infantil

Atesta que no ano de 1944 registaram-se na Capital Federal e províncias 10 094 nati-mortos, o que representa, 28,8 % do total de nascimentos animados e inanimados. Os maiores algarismos corresponderam à província de Buenos-Aires em valores absolutos (2 256) e a Jujuy em valores relativos (46,2 %). O total de mortos menores de um ano foi de 27 258, ou seja 80,2 % sobre o total de nascimentos animados e 192,7 % sobre o total de óbitos, registrando-se as cifras mais altas nas províncias de Buenos-Aires (4 655), San Luis (362,4 % sobre o total de seus óbitos e Jujuy (204,4 % sobre o total de seus nascimentos animados).

Matrimônios

Explica que durante o ano de 1944 registaram-se na Capital Federal e províncias 110 140 matrimônios, ou seja 8,4 % da população. O maior número ocorreu na província de Buenos-Aires com 32 765; a taxa mais alta correspondeu à Capital Federal com 10,6 %.

Movimento migratório

O comunicado precisa ainda que no ano de 1944 entraram no país 293 362 pessoas e saíram 285 956, o que significa um saldo favorável de 7 406 (0,5 % sobre a população em 31 de dezembro de 1943).

Notifica que a distribuição do crescimento migratório efetua-se de acordo com o procedimento de cálculo adotado por aquela Diretoria Geral em seu informe n.º 20, Série D, n.º 1, com data de 31 de junho de 1928, a saber: comparado o número de estrangeiros residentes, em cada província e território, segundo os censos de 1895 e 1914, achou-se um coeficiente de aumento correspondente a tal período e para cada unidade geográfica em que se divide a República; supôs-se que esse coeficiente de atração se manteve constante e, em consequência, os saldos migratórios dos anos subsequentes foram distribuídos na proporção dos aludidos coeficientes.

E finalmente, reconhece que com o correr dos anos, é lógico supor que se tenha produzido uma notável *modificação* na forma de distribuição dos imigrantes. Porém, como também se manifestou em informes anteriores, as possibilidades de erro diminuem se, ao

invés de se considerar as províncias e territórios isoladamente, tomam-se por zonas ou regiões.

O quadro que juntamos representa os índices gerais da população da República Argentina em 1944.

A população da República Argentina, a 31 de dezembro nos anos de 1943-1944

CAPITAL FEDERAL, PROVÍNCIAS E TERRITÓRIOS	População a 31 de dezembro de 1943	CRESCIMENTO EM 1944						População a 31 de dezembro de 1944
		Vegetativo		Migratório		Total		
		Absoluto	0/00	Absoluto	0/00	Absoluto	0/00	
Capital Federal.....	2 457 494	25 495	10,3	2 366	1,0	27 861	11,3	2 485 355
Buenos Aires.....	3 634 521	40 837	11,2	2 296	0,6	43 133	11,8	3 677 654
Santa Fé.....	1 613 586	19 987	12,4	818	0,5	20 805	12,9	1 634 391
Entre Ríos.....	795 867	19 499	24,5	47	0,1	19 546	24,6	815 413
Corrientes.....	553 417	10 767	19,5	14	—	10 781	19,5	564 198
Córdoba.....	1 358 838	22 712	16,7	629	0,5	23 341	17,2	1 382 179
San Luís.....	210 940	3 236	15,3	43	0,2	3 279	15,5	214 219
Santiago del Estero..	536 498	12 739	23,7	39	0,1	12 778	23,8	549 276
Tucumán.....	590 338	12 828	21,7	121	0,2	12 949	21,9	603 287
Mendoza.....	53 404	10 822	19,6	396	0,7	11 218	20,3	564 622
San Juan.....	237 929	5 313	22,3	61	0,3	5 374	22,6	243 303
La Rioja.....	116 688	2 302	19,7	4	—	2 306	19,7	118 994
Catamarca.....	162 115	3 254	20,1	7	—	3 261	20,1	165 376
Salta.....	233 592	6 061	25,9	40	0,2	6 101	26,1	239 693
Jujuy.....	124 996	2 485	19,9	68	0,5	2 553	20,4	127 549
TOTAIS.....	13 180 223	198 337	15,1	6 949	0,5	205 286	15,6	13 385 509
Territórios Nacionais	729 727	15 178	20,8	457	0,6	15 635	21,4	745 362
TOTAIS GERAIS	13 909 950	213 515	15,4	7 406	0,5	220 921	15,9	14 130 871

Concorra para que o Brasil seja cartograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Aspectos Gerais da Fisiografia das Regiões Fronteiriças

II

A Bacia do Rio Branco

Prof. F. A. RAJA GABAGLIA

Ex-diretor do Externato do Colégio Pedro
II, atual secretário de Educação e Cultura
da Prefeitura do Distrito Federal

SUMÁRIO — 1. O rio Branco: caracteres gerais, climas e traços geológicos de sua bacia. Os campos gerais. — 2. O curso do rio Branco. — 3. O Uraricoera. — 4. O Tacutu e o Maú.

1 — No paralelo 2.^o, acham-se as nascentes dos rios que correm, uns para as Guianas e outros para a margem esquerda do Amazonas.

A serra Carumá, alta de 1 500 metros, a este do rio Branco, que a acompanha por cerca de 20 quilômetros, depois de Boa-Vista, é o último dos maciços das Guianas. Está no limiar dos campos ou savanas.

A bacia do rio Branco pertence o trecho da fronteira Brasil-Guiana Britânica, que, segundo a linha de limites vigente "parte do marco de trijunção das fronteiras Brasil-Venezuela-Guiana Britânica, no planalto do Roraima, segue pelo divisor de águas Cotingo-Mazaruni, passando pelos montes Uei-acipu, Apocallã, Iacontipu, Marima, Aromatipu, Caburai (onde se encontra o ponto mais setentrional do Brasil), Ulamirtipu e Ulamir quase a 1 700 metros e descendo, até o marco da nascente do rio Maú ou Ireng, vai, pelo talvegue desse rio, até a sua confluência com o Tacutu e, daí, pelo talvegue do Tacutu, até o encontro do Tacutu Sul com o Tacutu Leste e, pelo talvegue do Tacutu Leste, até a sua nascente no monte Wamuriactawa".

A bacia do rio Branco, com a área de mais de 25 000 quilômetros quadrados, estende-se, quase totalmente, no *hemisfério norte* e, assimétrica, mede mais de 500 quilômetros de largura este-oeste e mais de 600 quilômetros na direção sul.

Geologicamente, parte da bacia do rio Branco está compreendida no *escudo guianense* e é constituída de *terrenos arqueanos*, onde afloram *gnaiesses*, *granitos* e *gabros*. Grande porção, porém, é *algonquiana*, (era proterozóica), formando uma série análoga à *série de Minas* e a que Glycon de Paiva chamou *série rio Branco*. Na fazenda do Frechal, conforme G. Paiva, ocorre um quartzito típico dessa série: é rocha de textura cristaloblástica, composta de *quartzito*, *oligisto* e *limonita*. Entre os rios *Sumuru*, *Tacutu* e *Maú* verifica-se a presença de depósitos de *turfa*, *sapropélitos* e *diatomito*, (formado pela acumulação de carapaças de algas diatomáceas, de água doce). Jazida importante deste último, que é *Kieselguhr* dos alemães, foi prospectada, em 1933, por Justino Gomes, em Puraqué. É talvez, um dos achados mais interessantes, no ponto de vista econômico, uma vez que essa terra tem aplicação crescente na indústria, como material filtrante, abrasivo e refratário.

O *baixo rio Branco* apresenta, em suas margens, depósitos recentes e *pleistocenos*; o rio drena uma área cuja parte inferior, próxima a sua foz, no *rio Negro*, é formada de areias, cascalhos e rochas argilo-arenosas.

Geomorfológicamente, a bacia do rio Branco é uma chapada resultante de *pleneplanificação* e apresenta, nestes e naqueles pontos, serras isoladas que atingem a algumas centenas de metros acima da chapada. A parte central dessa *peneplanície* e a faixa da *serrania* no extremo Norte são cobertas de campos naturais; são os *campos gerais*.

Os campos gerais, do rio Branco, região hoje, politicamente, constituindo o Território do Rio-Branco, cobrem uma área de cerca de 35 000 quilômetros quadrados de altitude média uniforme entre 150 e 160 metros, com exceção, da parte norte, onde não se registra cota inferior a 250 metros.

Os campos gerais vêm desde as margens do Uraricoera, Tacutu e Maú e se estendem até uma média de 60 quilômetros da fronteira, onde começa a mata virgem que cobre o divisor e se prolonga para o outro lado, isto é, para a Guiana Britânica e para a Venezuela.

Relativamente ao clima, como bem acentua o comandante Brás de Agular, com a autoridade de exímio conhecedor da região, "ao passar da zona de campos para a da mata, sente-se a mudança brusca de temperatura do ambiente".

A zona dos campos é, geralmente, seca e quente, refrescada pela brisa que sopra do norte. A temperatura média diurna oscila entre 20° e 30° descendo, à noite, até 14°, notando-se ausência de umidade. Em Boa-Vista, o total anual de chuva é de 1 500 milímetros. Na zona da mata, as chuvas são constantes, o céu sempre encoberto, a atmosfera saturada de umidade, a temperatura irregular, variando, durante o dia, de 18 a 25°. À noite, com as fortes rajadas e neblina freqüente, o termômetro tem baixado até 11° C.

A bacia do rio Branco está sujeita, ainda, a uma condição climatológica notável que o distingue dos outros rios amazônicos. É o reinar, durante oito meses do ano, de setembro a abril, fortes ventos de nordeste a sudeste, que não só purificam o ar, como arrastam os mosquitos e outras "pragas", tornando, portanto, as margens do rio isentas da malária. Em virtude da direção dos ventos, as árvores dos campos se inclinam para o mesmo lado, virando a copa para o sul, o que dá a esses campos um aspecto especial.

Os campos gerais do rio Branco, verdadeira clareira aberta na floresta amazônica, são vastos espaços cobertos de gramíneas e xerófilas, apropriadas à criação de gado vacum, introduzido pelos portugueses, na era colonial, e que, aí se multiplicou à solta.

Nas fazendas e retiros dos campos naturais do rio Branco, há *pastos secos* e *pastos úmidos*. O gado encontra, no solo, o sal de que carece, em *barreiros* ou *terra salobra*, que lambe e donde o homem também extrai, pela cocção, o precioso tâmpêro, sob a forma de um resíduo cinzento escuro.

Uma das feições mais curiosas dos campos riobranquenses, é o grande número de lagos e lagoas espalhados através de sua área. São pequenas depressões do solo, geralmente tendo a maior dimensão inferior a 500 metros e a profundidade de várias braças. Uns são temporários, secando no verão, e, outros, permanentes; mantendo durante todo o ano, reserva d'água. Estes lagos provêm, segundo Avelino de Oliveira, da construção original da superfície do solo. Outro fato digno de nota é a existência de grandes termiteiros, de forma cônica, por vèzes, espaçados com singular regularidade, atingindo mesmo a 6 metros de altura.

Os campos gerais do rio Branco, às vèzes, genèricamente denominados "campos de São Marcos", nome de uma de suas grandes fazendas, com o seu vaqueiro típico, de chapéu de palha e perneiras de pele de veado, com as suas 200 000 cabeças de gado bovino, constituem uma interessantíssima região, no extremo setentrional do país. A largueza de seu horizonte é um belo espetáculo e acode ao pensamento do viajor que percorre os campos do rio Branco, disse-o Glycon de Paiva, a mesma impressão que nos vem quando nos achamos em pleno oceano.

2. — O rio Branco é formado da reunião dos rios Uraricoera e Tacutu. Pode-se dividir o seu curso em 3 secções, a saber: a do *Alto-Rio-Branco*, com pouco mais de 170 quilômetros e que vai até às cachoeiras; a *secção encachoeirada*, (24 quilômetros) onde está a cachoeira do *Bem-Querer* e pequenas corredeiras acima e abaixo dela; e o *Baixo-Rio-Branco*, aluvial, com 10 quilômetros de desenvolvimento, fenecendo no rio Negro, onde suas águas esbranquiçadas não se misturam logo com as dêste, formando uma faixa líquida de cor branca que contrasta com as águas escuras, mas transparentes, do Negro.

O álveo do rio Branco não apresenta meandros e, relativamente pouco sinuoso, é rico de ilhas que, no Baixo-Rio-Branco, dificultam a observação do canal.

Outrora, desde os demarcadores portugueses, considerava-se o *Uraricoera*, o formador ocidental do rio Branco, como sendo o *Alto-Rio-Branco* e, assim, o Tacutu, o formador oriental, seria um afluente do *Uraricoera-rio Branco*.

É na confluência do *Uraricoera* com o Tacutu, 3°2' latitude norte e 60°28' longitude W. Gr.), numa magnífica posição estratégica, que os portugueses erigiram, em pleno século XVIII, o forte de *São-Joaquim-do-Rio-Branco*, fato notável, pois conferiu a Portugal a posse efetiva de toda a região por onde corre o *divortium aquarum* entre a bacia do Amazonas e as do Orinoco e Essequibo. Realmente, toda a zona, objeto do litígio anglo-brasileiro, era dominada pelo forte português e *São-Joaquim-do-Rio-Branco* foi o foco donde emergiu importante corrente colonizadora, bastando mencionar as vilas que o rodeavam, já no século XVIII, e ainda hoje existentes: *Carmo*, *Santa-Isabel* e *Santa-Bárbara* (no rio Branco), *São-Filipe* (no Tacutu) e *Santo-Antônio-das-Almas* e *Conceição* (no *Uraricoera*).

3. — O *Uraricoera* tem a direção geral de este para oeste. Desde *Lôbo de Almada* (1787), tem sido viajado por vários exploradores, como, para citar apenas os dos últimos séculos, *R. Schomburgk* (1838-39), *Th. Koch-Grünberg* (1911-12), *Ciro Dantas* (1922); foi também explorado pela Comissão Brasil-Venezuelana, de 1882, chefiada pelo barão de *Parima*.

Em todos os casos, permaneciam "terra incógnita" a origem do rio e o *Parima*, donde o mesmo provém. Mas, em 1924-25, o Dr. *Hamilton Rice* armou uma expedição, cujo objetivo era "demarcar e organizar a carta geográfica do rio Branco e de seu braço ocidental, o *Uraricoera*, seguindo este último até as suas nascentes, na serra *Parima*, e verificar, se, de fato, existia algum caminho ou passagem entre os divisores do mesmo rio e do Orinoco".

A *Expedição Rice*, dispondo de um hidro-avião, de aerofotogrametria, lanchas a motor e canoas, subiu o *Uraricoera* e verificou ser o mesmo oriundo da junção de dois rios: o *Parima* e o *Aracasa*, aquêles vindo do norte e este do sul.

Subindo o rio *Parima*, a *Expedição* atingiu a confluência deste com o *Auaris* e, prosseguindo rio acima, foi até um ponto situado ao sopé da serra do mesmo nome, na altura da *cachoeira Purá*. Daí, chegou ao cimo da *serra Parima* (850 metros).

Dois anos depois, uma turma do nosso Serviço de Inspeção de Fronteiras, chefiada pelo então capitão Polidoro Correia Barbosa, alcançou o mesmo ponto e, dêle, avistou, graças a uma derrubada feita pela *Expedição Rice*, grande extensão da serra de *Parima*, onde se destaca o pico *Lesseps*, no qual, desde 1886, o explorador francês *Chaffanjon* localizou as nascentes do Orinoco.

A verdade é, porém, que ainda não estão rigorosamente determinadas essas nascentes, pois a *Expedição Rice* não conseguiu descobrir a ligação entre a cordilheira *Parima* e as nascentes do grande rio venezuelano, em vão procuradas já por *Humboldt*, *Codazzi*, *Schomburgk*, *Micheline* e *Rojas*. Ultimamente, em 1939, vôos efetuados pela 1.ª Divisão da nossa Comissão Demarcadora de Limites, conseguiram situar a região das nascentes do Orinoco, na posição geográfica aproximada de latitude 2°44' N. e longitude 64°16' W. Gr.

4. — O Tacutu, o formador oriental do rio Branco é, como se sabe, lindeiro das nascentes até a sua confluência com o Maú ou Ireng, nasce, de dois braços inteiramente distintos, diz Brás de Aguiar, o Tacutu sul e o Tacutu leste, este com suas nascentes no monte *Wamuriaktawa*, no divisor de águas Amazonas-Essequibo, assinalado por um marco fronteiriço (1°52'10", 76 latitude N. e 59°39'46", 23 longitude W. Gr. e aquêles com as nascentes ao longo do trecho de fronteiras, onde se ergueram dois marcos. A *fronteira Brasil-Guiana Britânica* encontra as nascentes do *Tacutu Leste* e segue pelo talvegue do mesmo e do *Tacutu* até a confluência do rio Maú, por este subindo até às nascentes.

A este do ponto de confluência dos dois braços do Tacutu está o monte *Vindaua*, a princípio considerado o ponto onde ficavam as nascentes do rio *Tacutu* e, por isso, indicado no *Lauda de Roma* como um ponto do divisor de águas; porém, reconhecimentos posteriores, confirmados pelos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Britânica, retificaram este engano da sentença arbitral.

O *Tacutu* corre quase de sul para norte e, depois, bruscamente, de nordeste para sudoeste; entre seus afluentes, sobressai, como o mais caudaloso, o *Surumu* tributário da margem direita. O *Surumu*, que apresenta belas cachoeiras, é um

dos rios não fronteiriços da bacia do rio Branco levantados e explorados, num propósito de melhor conhecer a geografia amazônica, pela 1.^a *Divisão da Comissão Demarcadora de Limites*, chefiada pelo comandante Brás de Aguiar, a qual também fez o levantamento de rios não fronteiriços na bacia do Trombetas e na do Jari.

O Maú ou Ireg conflui com a margem direita do Tacutu, em ponto cujas coordenadas são: 3°33' latitude N. e 59°52' W. Gr.

O Maú nasce na serra de Pacaraima, em ponto assinalado por um marco fronteiriço, erguido pela *Comissão Mista Brasil-Britânica Demarcadora de Limites*, e cujas coordenadas são: 5°14'55", 35 latitude N. e 60°08'04", 67 longitude W. Gr.

A pouca distância de suas nascentes, o Maú se divide em dois braços, um, oriental, que sai das proximidades do marco acima referido, e outro, *occidental*, que nasce no cimo de uma serra, num local alagadiço e empedrado, escreve Brás de Aguiar, que acrescenta a informação de que o braço oriental é o único que alcança a divisória de águas.

O curso do Maú é de 374 quilômetros obstruído por muitas cachoeiras; a largura máxima do rio é de 400 metros, tem trechos navegáveis por lanchas a vapor, podendo alcançar o afamado lago Amacu, em cujas margens a lenda localizou Manoa, a capital do El-Dorado. Dessa região é que os caribas extraíam os metais preciosos com que fundiam, em liga com o cobre, jóias e ornamentos. O sangradouro do lago Amacu é o Pirara, hoje inglês, pelo Laudo de Roma.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

As indicações bibliográficas são distribuídas em três itens: a) o das obras gerais; b) o de trabalhos de exploradores, viajantes, demarcadores; c) o de monografias, teses, etc.

a) TRABALHOS ANTIGOS

Elisée Reclus, *Geog. Univ.* (tomo XIX); ad. Paris, 1894.

Keane, *Central and South Am.* (vol. II) in "Stanford's compendium" (ed. Edw. Stanford; Londres, 1901).

TRABALHOS RECENTES

Pierre Denis, in *Geog. Univ. de Vidal de la Blache e L. Gallois*, tomo XV (Paris, 1927).

Raja Gabaglia, *As Fronteiras do Brasil*, Rio, 1916.

Lima Figueiredo, *Limites do Brasil*, ad. "A Defesa Nacional", Rio, 1936.

J. S. da Fonseca Hermes e Murilo de Miranda Basto, *Limites do Brasil*, in "An. do IX Congresso Brasileiro de Geografia" (vol. II).

Ainda:

Augusto Otaviano Pinto, *Hidrografia do Amazonas e seus afluentes*; em 2 vols. (um de atlas), ad. Imprensa Nacional, 1930.

Amazônia Brasileira, excerptos da "Rev. Bras. de Geog." ed. por ocasião do X Congresso Brasileiro de Geografia, Rio, 1944.

b) TRABALHOS ANTIGOS

Humboldt escreveu, referindo-se ao trabalho português: "pode-se afirmar que o curso de poucos rios da Europa foi submetido a operações mais minuciosas do que o curso do rio Branco, do Uraricoera, do Tacutu e do Maú". São os resultados das expedições de Pereira Caldas (1777), Silva Pontes e Ricardo Franco (1781-1783). Alexandre Rodrigues Ferreira (1786-1787) e Gama Lôbo (1787) Cf. *Joaquim Nabuco, o Direito do Brasil*, na edição Uniforme, Conf. Ed. Nac. Rio, 1941 (págs. 126-127).

Alexandre de Humboldt, *Voyage aux régions équinoxiales*; Paris, 1816.

Chaffanjon — *Voyages aux sources de l'Orenoque*, in C. R. Soc. Geogr. de Paris, 1887.

TRABALHOS RECENTES

Hamilton Rice — *Explorations en Guyane Brésilienne* (ed. da Soc. d'Édition Geograph.; Maritimes et Coloniales, em Paris, 1937).

Relatórios e documentação fotográfica da inspeção de fronteiras, chefiada pelo general Rondon (1929).

Comandante Brás de Aguiar, *Nas Fronteiras da Venezuela e Guianas Britânica e Neerlandesa*, separata dos "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia" (vol. II).

c) Jacques Ourique, *O vale do rio Branco*, ed. Manaus, 1906.

D. Pedro Eggerath, O.S.B., *O vale e os índios do rio Branco*, Rio, 1924.

Avelino I. de Oliveira, *Bacia do rio Branco*, vol. n.º 37, do Serviço Geológico e Mineralógico, 1929.

Idem, *Recursos minerais da bacia do rio Branco*, avulso n.º 18, do Serv. de Fomento da Prod. Min., Rio, 1937.

Glycon de Paiva, *Alto Rio Branco*, vol. n.º 99 do Serv. Geog. Min., 1939.

Documentação da aula

a) — 1 — *Mapa Geológico do Brasil*, organizado pela Divisão de Geologia e Mineralogia (sob a direção de Anibal Alves Bastos), 1942. Escala 1:5 000 000,

2 — *Mapa Geológico do Alto Rio Branco*, por Avelino de Oliveira e Glycon de Paiva — (Ministério da Agricultura. Serviço Geológico e Mineralógico), 1927. Escala 1:500 000.

3 — *Bacia do Rio Branco*, por Avelino de Oliveira (esboço geológico) in "Recursos Minerais da Bacia do Rio Branco". Escala 1:2 750 000, 1937.

4 — *Mapa do Upper Rio Branco and the Rio Uraricuera and Parima* (by the Hamilton Rice Expedition — 1924 — 1925). Escala 1:750 000).

5 — *Plano Geográfico do Rio Branco*, levantado pelo coronel Manuel da Gama Lôbo d'Almeida, em 1787. In "*Barão de Marajó, as regiões amazônicas*", ed. Lisboa, 1895.

6 — *Plano Geográfico do Rio Branco*, levantado por Silva Pontes e Ricardo Franco (Mapoteca do Itamarati).

7 — *Planta e Perfil e Prospecto do Forte de São Joaquim do Rio Branco*, pelo capitão José Simoens de Carvalho — 1787 (Mapoteca do Itamarati).

8 — *Mapa do Rio Branco*, levantado pela Comissão Bra. l-Venezuela, pelo barão de Parima em 1882 (Mapoteca do Itamarati).

9 — *Mapa dos Limites com as Repúblicas do Peru, Nova Granada, Venezuela e Guiana Inglesa*, pelo coronel Pimenta Bueno em 1887 (Mapoteca do Itamarati).

10 — *Mapa do Rio Branco*, desenhado por P. Gerth (Mapoteca do Itamarati).

b) FOTOGRAFIAS

1 — Campos do N.W. em Boa Vista do Rio Branco (in *Avelino de Oliveira*, *Bacia do Rio Branco*).

2 — Campos Gerais do Alto Rio Branco (in *D. Pedro Eggerath*, *O vale e os índios do rio Branco*).

3 — Buritizal, na bacia do rio Branco (foto da 1.ª Divisão da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites).

4 — A fazenda nacional de São Marcos (Uraricoera), in *Avelino de Oliveira*, op. cit.).

5 — Na fazenda Vera-Cruz: gado bovino rio-branquense (in *Avelino de Oliveira*, op. cit.).

6 — Lago típico dos campos do rio Branco.

7 — Termitreiro gigante, no vale do rio Branco (in *Avelino de Oliveira*, op. cit.).

8 — Cartograma indicando a distribuição da malária e do beribéri no alto rio Branco (Relatório do Dr. Morelli, da Comissão Demarcadora de Limites).

9 — Ilha fluvial no rio Branco (foto de H. Rice).

10 — O Uraricoera: aspecto de sua chapada e campo natural (in *Avelino de Oliveira*, op. cit.).

11 — Vista a leste do baixo rio Parima, do lado norte. A direita, e serra Uaimiti-Tokixime; ao longe, as serras Maiongong, Luimenisga e Uainima (foto de H. Rice).

12 — Meandros encaixados do rio Parima, a montante da cachoeira Pura, não distante das nascentes (foto H. Rice).

13 — Viagem de Casa Branca, no rio Maú, ao monte Roraima (foto da 1.ª Divisão da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites).

14 — Um marco da fronteira Brasil-Venezuela, na serra de Pacaraima (foto da 1.ª Divisão da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites);

15 — Reunião das Comissões Brasileira, Britânica e Venezuelana, vendo-se, ao fundo, o monte *Roraima*.

Programa de Geografia

Ministério da Educação e Saúde*

Geografia geral

Primeira série

Unidade I — O Sistema Solar: 1. Seus elementos e suas leis. 2. A Lua e os eclipses. 3. A Terra; dimensões, movimentos.

Unidade II — A Atmosfera: 1. Composição, pressão e ventos. 2. Temperatura; o fenômeno térmico e suas variações. 3. Umidade e chuvas. 4. Tipos de clima e sua classificação.

Unidade III — Águas correntes: 1. Circulação das águas. 2. Os rios: regimes e feições características. 3. As geleiras. 4. As formações lacustres.

Unidade IV — Oceanos e Mares: 1. Águas do mar, ondas, correntes marinhas. 2. O fenômeno das marés. 3. Relêvo submarino.

Unidade V — O Relêvo: 1. Áreas continentais e marítimas. 2. Estrutura e composição da crosta terrestre; eras geológicas. 3. Fenômenos de erosão e de sedimentação; dobramentos e fraturas. 4. Vulcões e abalos sísmicos. 5. Formas litorâneas; ilhas. 6. Tipos de relêvo.

Unidade VI — A Vida sobre o Globo: 1. Distribuição dos vegetais tipos de vegetação. 2. Distribuição dos animais. 3. Ambientes geográficos: ocupação humana das grandes regiões naturais.

Unidade VII — Práticas de Geografia: Leitura de cartas e representação geográfica.

Segunda série

Unidade I — Estados Unidos da América do Norte: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade II — A República Argentina e a Região Platina: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade III — Estados Sulamericanos do Pacífico e do Norte — O México: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade IV — A Grã-Bretanha e o Império Britânico (Canadá-Austrália-África do Sul e Império das Índias): 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade V — As Repúblicas Russas: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade VI — A Alemanha e a Europa Central: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade VII — A França e suas Colônias: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade VIII — A Península Ibérica: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade IX — A Itália e o Adriático: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade X — O Japão e a Questão do Pacífico: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

* N.R. — Programa de Geografia para o curso ginasial, anexo à Portaria n.º 564, de 21 de novembro de 1945, e publicado no *Diário Oficial*, de 27 de novembro de 1945.

Programa de Geografia

Ministério da Educação e Saúde*

Geografia geral

Primeira série

Unidade I — O Sistema Solar: 1. Seus elementos e suas leis. 2. A Lua e os eclipses. 3. A Terra; dimensões, movimentos.

Unidade II — A Atmosfera: 1. Composição, pressão e ventos. 2. Temperatura; o fenômeno térmico e suas variações. 3. Umidade e chuvas. 4. Tipos de clima e sua classificação.

Unidade III — Águas correntes: 1. Circulação das águas. 2. Os rios: regimes e feições características. 3. As geleiras. 4. As formações lacustres.

Unidade IV — Oceanos e Mares: 1. Águas do mar, ondas, correntes marinhas. 2. O fenômeno das marés. 3. Relêvo submarino.

Unidade V — O Relêvo: 1. Áreas continentais e marítimas. 2. Estrutura e composição da crosta terrestre; eras geológicas. 3. Fenômenos de erosão e de sedimentação; dobramentos e fraturas. 4. Vulcões e abalos sísmicos. 5. Formas litorâneas; ilhas. 6. Tipos de relêvo.

Unidade VI — A Vida sobre o Globo: 1. Distribuição dos vegetais tipos de vegetação. 2. Distribuição dos animais. 3. Ambientes geográficos: ocupação humana das grandes regiões naturais.

Unidade VII — Práticas de Geografia: Leitura de cartas e representação geográfica.

Segunda série

Unidade I — Estados Unidos da América do Norte: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade II — A República Argentina e a Região Platina: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade III — Estados Sulamericanos do Pacífico e do Norte — O México: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade IV — A Grã-Bretanha e o Império Britânico (Canadá-Austrália-África do Sul e Império das Índias): 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade V — As Repúblicas Russas: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade VI — A Alemanha e a Europa Central: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade VII — A França e suas Colônias: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade VIII — A Península Ibérica: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade IX — A Itália e o Adriático: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Unidade X — O Japão e a Questão do Pacífico: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

* N.R. — Programa de Geografia para o curso ginasial, anexo à Portaria n.º 564, de 21 de novembro de 1945, e publicado no *Diário Oficial*, de 27 de novembro de 1945.

Unidade XI — A China e suas Dependências: 1. O meio físico. 2. Os habitantes. 3. As regiões naturais e suas feições econômicas.

Geografia do Brasil

Tercetra série

Unidade I — A Posição Geográfica do Brasil: 1. Conceito de geografia moderna; histórico e utilidade — geografia física e geografia humana. 2. O fator posição astronômica aplicado no Brasil; condições climatológicas e suas conseqüências.

Unidade II — Condições Geográficas de Evolução Brasileira; 1. Papel histórico do litoral, do relêvo, dos rios e dos climas sobre o povoamento do país. 2. A penetração pelo rio São-Francisco. A criação do gado. 3. A penetração paulista — as bandeiras. 4. Importância geográfico-histórica da mineração.

Unidade III — Os Problemas da Colonização: 1. Histórico da imigração — dispositivos atuais sobre colonização. 2. Os elementos étnicos; os contingentes estrangeiros. 3. A marcha para oeste; suas diretrizes. 4. A fundação de cidades.

Unidade IV — Os Problemas da Economia Nacional: 1. As condições básicas: saneamento; mão de obra e técnica; transporte; combustíveis: crédito — a independência econômica. 2. A questão do ferro e a industrialização. 3. A valorização da Amazônia e do Brasil Central. 4. A evolução dos meios de transporte: a interdependência das unidades federadas.

Unidade V — O Brasil no Continente Americano: 1. Os mercados produtores e consumidores: artigos de alimentação, matérias primas, manufaturas. 2. Intercâmbio com a América do Norte. 3. Os mercados p'ntinos e andinos.

Unidade VI — O Brasil no Mundo. 1. O Brasil e a civilização ocidental — mercados europeus. 2. Interesses brasileiros na Ásia e na África.

Instruções metodológicas para execução do programa de Geografia expedido pela Portaria n.º 564, de 21 de novembro de 1945

Estende-se o ensino de geografia por tôdas as séries do curso secundário, o que tanto basta para demonstrar a importância, que se lhe dá, na formação da juventude. A orientação geral é a de programas concêntricos, segundo os quais devem os alunos realizar estudos, quer no ginásio, quer no colégio, sobre geografia geral e do Brasil. Nas séries ginásiais, os programas visam informações de ordem geral, necessariamente descritivas e pouco aprofundadas; no curso colegial pretendem, porém, estudo mais acurado, com especial atenção do contingente que pode oferecer à formação cultural dos adolescentes. Com efeito, nenhuma outra disciplina permite, de modo tão eficiente, a integração de numerosos conhecimentos, quer os relativos ao mundo físico, quer os que se refiram às condições biológicas e sociais. No aproveitamento das oportunidades que o ensino da geografia assim proporciona é que reside todo o seu alcance educativo, no ciclo colegial.

O Ensino na Primeira Série

O programa da primeira série visa reavivar os conhecimentos do "quadro geográfico" da natureza, sumariamente estudado na primeira série ginásial. A apresentação dos elementos naturais, do relêvo e das manifestações da vida sobre o globo, deverá ser conduzida de modo a esclarecer, tanto quanto possível, a interdependência desses elementos e a sua influência conjunta na existência dos grupos humanos. Os conhecimentos geográficos prepararão assim os estudantes para que melhor compreendam a história, e a vida econômica e política dos povos, no passado e, especialmente, na atualidade.

A revisão das técnicas de representação geográfica e de leitura de cartas aparece como conseqüência natural do estudo com essa nova orientação, e

também como subsídio às múltiplas aplicações práticas da geografia física e política.

O Ensino na Segunda Série

O programa da segunda série tem por fim dar ao estudante a visão do mundo contemporâneo, sob o aspecto geográfico. No curso ginásial, conheceu ele cada país do ponto de vista de sua geografia física e humana, em função, porém, do continente a que pertença. No curso colegial, o ponto de vista deve ser mais amplo. Aí caberá o estudo da vida social, econômica e política das principais potências, em seus próprios quadros, e nas inevitáveis repercussões sobre os dos demais países, grandes e pequenos, próximos ou distantes.

Na impossibilidade de estudo acurado sobre todos os países, seleciona o programa aqueles que apresentam problemas característicos de nosso tempo. Para cada um se pede o estudo do meio físico, dos habitantes das regiões naturais e de suas feições econômicas. A revisão das informações da geografia física deverá limitar-se, porém, ao desenvolvimento estritamente necessário para compreensão da geografia econômica e política.

O que se pretende, enfim, é que o aluno adquira uma visão bastante clara das características geográficas que condicionam o mundo contemporâneo, para mais perfeito esclarecimento do "quadro histórico", a ser estudado na mesma série, em disciplina própria.

O Ensino na Terceira Série

A matéria co-signada para esta série tem como objetivo principal rever as noções geográficas sobre o Brasil, segundo critério semelhante ao que preside ao ensino feito na série anterior, em relação ao mundo. O estudo será agora aprofundado, desde a posição geográfica às condições naturais de maior influência na evolução econômica e política do país.

Especial atenção deverá ser dada, por isso mesmo, ao estudo da interdependência econômica entre as unidades da federação, fator de unidade e da prosperidade nacional; e, assim também, ao estudo das novas fontes de produção e das vias de comunicação, fatores de rápidas alterações no quadro geral da vida do país.

Tôda a matéria, tem cunho objetivo e valor prático, mas entende, necessariamente, também, com a formação cultural e com a elevação dos sentimentos de civismo, a serem sempre esclarecidos pelos estudos objetivos da geografia. Assim como o programa da série anterior prepara a boa compreensão do programa de história geral contemporânea, assim também o estudo geográfico desta série deverá facilitar a mais nítida percepção de nossa evolução econômica, social e política.

Técnica do Ensino

Todo o programa está apresentado em "unidades didáticas", que correspondem a níveis de estudo interdependentes. Cada unidade por si mesma se completa, não por simples justaposição dos itens que aí se indique, mas pela assimilação real e compreensão conjunta, que dêles tenham os alunos, ao cabo de seu estudo. O mesmo se deverá dizer das relações que o programa pressupõe, entre umas e outras unidades, em seu desenvolvimento progressivo. Não significam elas simples "pontos", mas indicam objetivos crescentes a serem atingidos.

Claro está que, para isso, o processo de exposição, ou de explicação em monólogo, pelo professor, e a conseqüente memorização pelos alunos, não poderão satisfazer. Os diferentes assuntos tanto exigem exposição e explicação, como pesquisa bibliográfica pelos estudantes, em leituras suplementares fora da aula, e discussão de temas, em presença do professor. Só assim será possível

despertar o gôsto pela indagação objetiva, que a geografia tanto reclama, pela correlação com os conhecimentos adquiridos em outras disciplinas.

Além dos exercícios e problemas cartográficos, próprios à matéria de cada série, deverá o professor estimular a produção de pequenos trabalhos monográficos, individuais ou redigidos em grupo. Tais ensaios, que deverão ser apreciados, quanto à linguagem, também pelo professor de português, servirão a debates sempre interessantes e proveitosos.

Conduza o professor seus alunos ao hábito e ao gôsto da documentação pela coleta de gravuras, notícias de jornais e revistas, fotografias, quadros estatísticos e cartogramas, que passarão a ser comentados, classificados e arquivados na sala de geografia. Com a colaboração da classe, estabeleça um catálogo de leituras relativo a obras geográficas, históricas, econômicas e mesma literárias, que possam servir à elucidação ou confirmação dos fatos, ou de conclusões, a que o estudo logre chegar. Só com essa maior coordenação entre os conhecimentos, a geografia terá a influência cultural de desejar-se no curso colegial.

Noticiário

Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselho de Imigração e Colonização

PROBLEMAS DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO — PALESTRA DO CORONEL JOÃO PUNARO BLEY, DA COMPANHIA VALE DO RIO-DOCE — PROGRAMA DE COLONIZAÇÃO DO I. B. G. E. — Em recente sessão do Conselho de Imigração e Colonização, presidida pelo capitão de mar e guerra Atílio Monteiro Aché, foi apresentado aos conselheiros o coronel João Punaro Bley, diretor comercial da Companhia Vale do Rio-Doce e que fôra especialmente convidado para fazer uma exposição sobre as necessidades dessa companhia em receber mão de obra estrangeira, bem como o interesse da mesma em relação aos problemas de imigração e colonização.

O coronel Bley iniciou sua palestra dizendo que o vale do rio Doce se acha em condições precárias economicamente falando, em virtude da falta de braços que impede sejam exploradas as suas imensas riquezas. Também a malária continua fazendo vítimas entre seus habitantes apesar dos esforços já bastante avançados para o completo saneamento daquela região.

O vale do rio Doce, possui hoje, uma população avallada em quinhentos mil habitantes quando podia perfeitamente comportar um milhão d'almas se não fôsse o impaludismo que ainda serve de espantinho aos imigrantes de origem européa.

Fala em seguida sobre as vantagens para o Estado de fomentar a vinda da imigração italiana para aquela zona, pois, que a experiência já nos dera sobejas provas de que aquêle imigrante não representa apenas um excelente braço na exploração da nossa lavoura como é ainda facilmente assimilável, adaptando-se com perfeição à nossa raça.

Prisa, com muita clareza, que o interessante para nós é trazer imigrantes que se radicuem à terra pelo menos durante duas gerações, mas que para isso é preciso assegurar-lhes assistência técnica, financeira e social evitando, por todos os meios, incorrer em erros de outros tempos quando, para aqui se trazia o imigrante europeu ludibriado com promessas vãs levando-o para o interior e aí abandonando-o à sua própria sorte. Refere-se como um exemplo ao fracasso ocorrido com a colônia de Águia-Branca, onde os interessados em conseguir braços para a lavoura espalhavam no estrangeiro uma propaganda absurda quanto à vantagens que lhes assegurava aquela região e cujas terras eram vendidas por meio de uma companhia particular e a péso do dólar.

Lembra também as vantagens que oferece a imigração alemã, dizendo que não se pode negar que o alemão, despojado de certos defeitos, é, sem dúvida, um trabalhador honesto esforçado e, sobretudo, organizador e se refere aos colonos dessa origem que, localizados nas terras altas do vale do rio Doce, deram bons resultados na exploração da lavoura.

Diz, em seguida, que o imigrante no vale do rio Doce tem a seu favor uma estrada de ferro como não existe em muitos dos demais Estados e da qual se utiliza para transporte de seus produtos cultivados colocando-os no pórtico de Vitória ou no próprio Estado do Rio, percurso êsse coberto em 21 horas. O único defeito dessa estrada de ferro é ser de linha singela e bitola estreita.

Sallenta que o vale do rio Doce tem necessidade de intensificar a sua população e querer fazê-lo apenas com elemento nacional será impossível, embora já se encontrem imigrantes balanos, espiritosantenses e mineiros, o que já representa a devida garantia para impedir a formação de quistos raciais, mesmo em se trazendo grande número de estrangeiros de uma mesma procedência para aquela zona.

Expõe em seguida o programa de saneamento do vale do rio Doce que se acha bastante adiantado, no sentido de atender a todo o pessoal que trabalha nas suas terras, pois a companhia é obrigada a manter um serviço hospitalar e um serviço de combate à malária, que atende ao saneamento ao longo da linha férrea. Antes da instalação desses serviços de saneamento cerca de 200 a 300 famílias que se encontravam no vale do rio Doce foram dizimadas pelo impaludismo. Lembrou ainda que o vale do rio Doce fôra incorporado tardiamente à civilização, pois que em 1915 ainda existiam botocudos naquela região.

O coronel Bley, dando por terminada a sua exposição, transmite aos membros do Conselho o convite do Rotary Clube para que seja designado um dentre eles para realizar, em data oportuna, na sede daquele Clube, uma palestra sobre os planos de imigração e colonização que serão adotados por êste Conselho, em face da nova lei, ora publicada.

Foi aceito com agrado o convite do coronel Bley, prometendo o vice-presidente designar dentro em breve um dos membros do Conselho para realizar aquela exposição.

O conselheiro Artur Hehl Nelva pede então ao coronel Bley alguns esclarecimentos relativos à política de fretes adotada em nosso país, no tocante à construção da estrada de ferro do vale do rio Doce, referindo-se ao mesmo tempo aos inconvenientes da política que consistia na garantia de juros por quilômetro construído e que durante longos anos havia sido prejudicial ao nosso país.

O conselheiro Nelva lembra ainda a vantagem de se admitir imigrantes de famílias bem constituídas, compostas de grande número de mulheres solteiras as quais muito possivelmente aqui se casariam com rapazes brasileiros o que proporcionaria a rápida assimilação dessa gente.

O conselheiro Nelva traz ainda ao conhecimento do Conselho que no I. B. G. E. fôra debatido há dias interessante programa de colonização e que seria de maior proveito para o Conselho entrar em entendimento com os Estados de Minas-Gerais e Espírito-Santo, pro-

vocando uma discussão sobre esses assuntos a fim de elaborar em conjunto um plano relativo a esses trabalhos.

Lembra ainda o conselheiro Neiva que se encontra atualmente entre nós o Sr. Hugo Gotler, representante da U. N. R. E. A. em Londres e cuja estada aqui se prende a estudos com o fim de colocar o maior número de europeus que foram deslocados por efeito da guerra, estando essa organização mesmo inclinada a pagar as despesas com as passagens. Sugere então o conselheiro Neiva que o Conselho convide o Sr. Gotler para realizar uma conferência no Conselho, expondo o assunto em questão.

Dada por encerrada a exposição sobre o vale do rio Doce o vice-presidente agradece a magnífica palestra que todos acabavam de ouvir com a máxima atenção e assegurando o propósito firme de todos os membros do Conselho de colaborar com os trabalhos de colonização dessa importante companhia.

Em seguida o vice-presidente deu posse ao novo membro do Conselho o Sr. cônsul de primeira classe João Luís de Guimarães Gomes que, na qualidade de chefe da Divisão de Passaportes do Ministério das Relações Exteriores vem integrar o número de conselheiros.

★

Conselho Nacional do Petróleo

LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFICO DO RECONCAVO BAIANO E BACIA DO PARANÁ — A falta do levantamento aerofotográfico da região onde o Conselho Nacional do Petróleo está desenvolvendo os seus trabalhos vinha retardando a conclusão das operações de prospecção. A propósito das medidas tomadas pelo Conselho no sentido da resolução desses problemas, o coronel Carlos Barreto, seu presidente, concedeu à imprensa uma entrevista, na qual prestou várias declarações. Disse de início o coronel Carlos Barreto:

— Efetivamente, está sendo feito o levantamento aerofotográfico da região onde este Conselho realiza os seus trabalhos. Trata-se de serviço técnico da mais alta significação e que deveria ter sido adotado antes do início das investigações que se vêm processando há sete anos na Bahia. Quando aqui esteve, em abril do ano passado, o famoso geólogo De Golyer que, como se tem dito, é um dos maiores do mundo na especialidade de petróleo, mais me certifiquei da necessidade da medida considerada, porque assim também opinou esse técnico.

Estamos empregando aeronaves devidamente aparelhadas para vós dessa natureza, com câmaras aerofotográficas de grande precisão. Assim, brevemente os engenheiros poderão dispor, para os seus importantes trabalhos, de fotografias aéreas da larga área que vai de Salvador até Jeremoabo, naquele Estado. A região mede cerca de 30 599 quilômetros quadrados, compreendendo o chamado "reconcavo baiano", que é a zona produtora de petróleo e onde estão sendo feitos detalhados estudos geológicos e sísmicos.

Esclareceu, finalmente, o coronel Carlos Barreto, que o trabalho também tem em vista o aproveitamento dos filmes para a eventual restituição, que é uma operação técnica a que se tem de proceder nas faixas que se revelarem mais interessantes para o estudo acurado dos detalhes. Disse que o geólogo americano Mac Naughton, quando fizera um amplo reconhecimento geológico da bacia do Paraná, saíra, no relatório que teve o ensejo de apresentar, a necessidade de fotografias aéreas para

pesquisas de petróleo, visto proporcionarem "grande auxílio ao geólogo na interpretação das condições geológicas".

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Conselho Nacional de Estatística

ESCOLHA DO REPRESENTANTE JUNTO AO CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO — CONFERENCIA INTER-AMERICANA DE ESTATÍSTICA — Reuniu-se em sessão ordinária a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, sob a presidência do Sr. Heitor Bracet, delegado do Ministério da Justiça, e com a presença do novo conselheiro o Eng.^o Moacir Malheiros Fernandes da Silva, na qualidade de representante do Ministério da Viação.

Foram despachados diversos processos de assuntos administrativos da Secretaria-Geral do I. B. G. E. e dos serviços estatísticos regionais, bem como aplicadas muitas em numerosas firmas, desta capital e de alguns Estados, por infração das leis que as obrigam à prestação de informações para fins de estatística.

A Junta aprovou algumas Resoluções, inclusive de concessão do abono de emergência aos servidores da sede da entidade das Inspetorias Regionais.

Também se destacou do dia uma Resolução declarando a solidariedade do Conselho Nacional de Estatística à idéia da realização de uma Conferência Interamericana de Estatística, lançada pelo Instituto Nacional de Estatística da Universidade de Colômbia.

Convidado a designar um seu representante para integrar o Conselho de Imigração e Colonização, o colégio dirigente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística elegeu, unânimeamente, o tenente-coronel Frederico Rondon que representa no Conselho de Estatística o Ministério da Guerra e é também membro do Conselho Nacional de Geografia.

★

Conselho Nacional de Geografia

DOAÇÃO A BIBLIOTECA DE MANAUS — A campanha que o Conselho Nacional de Geografia vem desenvolvendo entre intelectuais e instituições culturais públicas e privadas, visando a arrecadar o maior número possível de livros para a reconstrução da Biblioteca Pública de Manaus, totalmente destruída por incêndio, tem merecido grande apoio a contar pelo expressivo número de volumes já arrecadado com tal finalidade.

Já foram oferecidos cerca de mil volumes pelas seguintes instituições e intelectuais: Conselho Nacional de Geografia, Observatório Nacional, Sociedade Brasileira de Belas-Artes, Instituto Osvaldo Cruz, Escola Militar de Resende, Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, Serviço de Documentação da Marinha, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Ministério da Educação e Saúde), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Divisão de Educação Física (Ministério da Educação e Saúde), Centro Nacional de Pesquisas Agronômicas (Ministério da Agricultura), Divisão de Cooperação Intelectual (Ministério das Relações Exteriores), Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Departamento Nacional da Produção Mineral (Ministério da Agricultura), Artes Gráficas Indústrias Reunidas S. A. (AGIR), major Dioclécio de Paranhos Antunes, Dr. Virgílio Correia Filho, Cel. Leopoldo Néri da Fonseca.

Todas as obras ofertadas estão sendo discriminadas em livro próprio, com indicação dos seus doadores.

O Conselho Nacional de Geografia reitestando o apêlo feito, está pedindo que todos quantos desejam concorrer para a restauração do patrimônio bibliográfico da Biblioteca Pública de Manaus, enviem suas doações à sua Seção Cultural, Praça Getúlio Vargas, 14, 5.º andar — Edifício Serrador.

O Instituto Nacional do Livro remeteu 500 volumes para a Biblioteca do Amazonas, tendo também o Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, com igual finalidade e destino, enviado 230 volumes de livros de suas próprias edições e outras publicações.

★

NOVO MAPA DO BRASIL — O Conselho Nacional de Geografia acaba de editar um novo mapa do Brasil, que foi desenhado no seu Serviço de Geografia e Cartografia e impresso no Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O mapa está na escala de 1:5 750 000, impresso em dez cores, dentre as quais se sobressaem as colorações hipsométricas que o cobrem, oferece sucintamente as indicações básicas do território pátrio: os limites do País e das suas Unidades Federadas, curvas de nível, rios, estradas e cidades com os nomes atuais.

Elaborado com os melhores elementos geográficos e cartográficos existentes, o mapa apresenta no rodapé cinco valiosos cartogramas esquemáticos dos seguintes aspectos fundamentais da Geografia do Brasil: divisão regional, clima, relevo, geologia e vegetação; de tal maneira que, num relance, se tem uma idéia de conjunto, precisa e concisa, das características básicas do território nacional.

Nessas condições, o mapa do Brasil que acaba de aparecer, além do interesse geral por ser um documento atualizado, oferece particular utilidade aos estudiosos e sobretudo às escolas pelas suas fidedignas e adequadas informações.

Os interessados na obtenção do aludido mapa deverão dirigir-se ao Conselho, que tem sede no 5.º andar do Edifício Serrador.

★

Diretório Central

NOVOS PROGRAMAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA — APARECIMENTO DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS — DIÁRIO DO CONSELHO — REVISÃO DA NOMENCLATURA DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS — Sob a presidência do coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, delegado técnico do Ministério das Relações Exteriores, realizou-se no dia 3 de dezembro último a reunião ordinária do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, relativa à primeira quinzena do mês, na sede do Conselho, com a presença da maioria dos membros.

Inicialmente aprovou-se a ata da reunião anterior e leu-se o expediente de maior importância.

Em seguida foram feitas comunicações que deram margem a pronunciamentos diversos: o presidente da reunião referiu-se ao falecimento

do general Manuel Rabelo, cuja vida de geógrafo enalteceu, tendo sido aprovado um voto de pesar; o professor Carlos Delgado de Carvalho, representante do Ministério da Educação e Saúde, deu ciência da aprovação dos novos programas de Geografia no ensino secundário, tendo o Diretório consignado aplausos ao ministro da Educação e Saúde; o Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho, propôs e foram aprovados votos de pesar pelo falecimento do general Federico Recavarren, adido aeronáutico à Embaixada do Peru que representou o seu país na II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizada no Rio-de-Janeiro em 1944, e do Eng.º Alvaro Astolfo da Silveira, consultor técnico do Conselho que durante muitos anos foi o diretor do Serviço Geográfico de Minas-Gerais, e votos de congratulações ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas-Gerais pelo aparecimento do primeiro número da sua Revista, ao major Guilomard Santos pela sua investitura como governador do Território de Ponta-Porã e ao tenente-coronel Frederico Augusto Rondon, representante do Conselho Nacional de Estatística no Diretório, pela sua escolha para representar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Conselho Nacional de Imigração e Colonização, tendo este agradecido a saudação que lhe fez o secretário-geral.

Ainda com a palavra, o secretário-geral transmitiu a sugestão do Dr. Heitor Bracet, presidente em exercício do Instituto, no sentido de ser dada uma informação técnica em comentário ao novo mapa do Brasil, na escala de 1:5 750 000, a 10 cores, recém-editado pelo Conselho, proposta esta que foi aceita.

Na ordem do dia, foram discutidas e aprovadas três Resoluções: a de n.º 217, instituindo o Diário do Conselho; a de n.º 218, fixando um critério para a escolha de novos nomes das estações ferroviárias, na revisão geral a ser feita ainda este ano para efeito da eliminação dos nomes iguais; a de n.º 219, dispondo sobre a constituição da Comissão de Geografia e da Comissão de Cartografia; ambas funcionando junto ao Serviço de Geografia e Cartografia, repartição central do Conselho.

★

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Comissão Executiva

CONCURSO DE MONOGRAFIAS — HISTÓRIA DE UM ENGENHO DO RECONCAVO — Em sessão do Instituto do Açúcar e do Alcool, realizada em junho do ano findo procedeu-se ao julgamento das monografias apresentadas no concurso aberto por aquêle Instituto. Foram apresentados os seguintes trabalhos: *História de um engenho no reconcavo* do Sr. Vanderlei de Araújo Pinho, *O açúcar no Brasil*, dos Srs. João de Sousa da Fonseca Costa e Luís Autuori, *O tributo e a penhora*, do Sr. Paulo da Fonseca Costa Couto; *O engenho Juçaraí*, do Sr. João Climaco da Rocha. A Comissão julgadora era composta dos Srs. Oliveira Viana, Eugênio de Castro e Barbosa Lima Sobrinho.

Por decisão unânime dos julgadores, o primeiro prêmio, no valor de 10 mil cruzeiros, foi concedido ao trabalho do Sr. Vanderlei de Araújo Pinho.

A Comissão Executiva ratificou a decisão, autorizando o Sr. presidente a tomar as providências adequadas.

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Conselho Nacional de Proteção aos Índios

MENSAGEM DO SR. JOHN COLLIER, EX-COMISSÁRIO DOS NEGÓCIOS INDÍGENAS DOS ESTADOS-UNIDOS SOBRE A OBRA INDIGENISTA DO BRASIL E SOBRE AS ATIVIDADES DO GENERAL CÂNDIDO MARIANO RONDON — O presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, general Cândido Mariano Rondon, recebeu do Sr. John Collier, ex-comissário dos Negócios Indígenas dos Estados-Unidos da América e conhecido etnólogo continental, uma longa mensagem, na qual são enaltecidas as atividades do grande sertanista pátrio e de um modo geral, a obra indigenista do Brasil.

O conhecido cientista assim se expressou: "A sua muito comovente carta de 31 de julho último, contendo as referências feitas a meu respeito a meus colegas, chegou-me às mãos quando me encontrava enfermo com um sério ataque de pneumonia. Depois disso, várias foram as causas que me impediram de responder-lhe. Permita-me dizer que aqueles conceitos, emitidos pelo chefe e líder de todos os trabalhadores, pelos direitos e esperanças dos índios, fizeram-me sentir muito humilde, e que jamais quaisquer expressões por mim recebidas foram mais veneradas e bemvindas.

A minha exoneração, a pedido, da direção no Comissariado de Negócios Indígenas dos Estados-Unidos da América, foi um passo para tarefa mais árdua. Envio-lhe anexo um folheto do Instituto de Negócios Étnicos. Sou também responsável pelo Instituto Nacional Indígena dos Estados-Unidos, e é aí que encontro sérias dificuldades, pois uma sub-comissão de apropriações, negou a concessão de fundos ao Instituto em apêço, sob a alegação de que não devem ser mantidas relações de intercâmbio com instituições indigenistas de outros países; foi por isso que se tornou necessário financiar esta atividade já firmada sob penhor através de contribuições particulares. O Instituto de Estudos Étnicos está assim levantando tais fundos e seguirá, assim sua marcha para a frente. Felizmente, a dotação dos Estados-Unidos em relação às despesas com o Instituto Indigenista Interamericano está assegurada.

Estou escrevendo presentemente um livro sobre os índios do Hemisfério — especialmente a história das relações governamentais com os índios. E meu desejo tratar com desenvoltura da importantíssima obra pioneira do Brasil e embora já possua uma grande quantidade de dados, esperarei ansiosamente quaisquer informações posteriores, que V. Excia. se digna de enviar-me. Envio-lhe saudações, votos cordiais e gratidão em nome de todos os índios. John Collier".

★

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Museu Histórico Nacional

Curso de Museus

DOAÇÃO FEITA PELO PROF. MÁRIO BARATA, DO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS BRASILEIROS DE PARIS, RECENTEMENTE FUNDADO — Foi recentemente fundado em Paris, no Departamento Americano do Museu do Homem, um Instituto de Altos Estudos Brasileiros, com grandes perspectivas para as relações culturais franco-brasileiras. Entre suas

iniciativas próximas consta a publicação de dois documentos inéditos sobre o Brasil: um manuscrito de Thevet sobre a vida do selvagem brasileiro no século XVI e outro manuscrito, de Bouville, com observações etnográficas feitas entre 1833 e 1835.

Ao acervo desse Instituto, o Sr. Mário Barata, professor do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, acaba de fazer doação de algumas peças da cerâmica pré-histórica de Santarém.

Também incluiu o citado professor, na sua oferta, diversos livros sobre a história e a etnografia do Pará, inclusive o diário da viagem de Belém ao Suriname, em 1798, de Francisco José Rodrigues Barata.

Os objetos e livros serão remetidos para a França por intermédio do Sr. Raymond Warrier, adido cultural da Embaixada Francesa.

★

Universidade do Brasil

Faculdade Nacional de Filosofia

PRORROGADO O PRAZO DE INSCRIÇÃO AO CONCURSO DE PROFESSOR CATEDRÁTICO DE MINERALOGIA E PETROGRAFIA —

O professor Djalma Hasselmann, diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, em edital, publicado no Diário Oficial de 3 de dezembro do ano findo, prorrogou até o dia 28 de fevereiro próximo o prazo de inscrição ao concurso de títulos e provas para provimento do cargo de professor catedrático, padrão M, da cadeira de Mineralogia e Petrografia.

As inscrições poderão ser realizadas, diariamente perante o secretário, nas horas normais do expediente da repartição, sendo prestados, na Secretaria, quaisquer esclarecimentos suplementares aos interessados, diariamente entre 14 e 16 horas.

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Conselho Nacional de Minas e Metalurgia

II CONGRESSO PAN-AMERICANO DE MINAS E GEOLOGIA — MEDIDAS TOMADAS PARA SUA REALIZAÇÃO ESTE ANO — Em recente sessão do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, presidida pelo Sr. Ernesto Lopes da Fonseca Costa, o conselheiro Sr. Alves de Sousa ocupou-se do II Congresso Pan-Americano de Minas e Geologia, a realizar-se no ano corrente, nesta capital, e abordou a questão da viagem do engenheiro Aníbal Alves Bastos a diversos países do continente, para estabelecer entendimentos com os órgãos autorizados dos mesmos países, a fim de garantir maior brilho para o grande certame técnico-econômico, lembrando a conveniência de ser também reiterada a designação do referido engenheiro para esses entendimentos, na exposição de motivos que o Sr. ministro-presidente vai dirigir ao chefe do Governo sobre o crédito especial necessário ao custeio das respectivas despesas.

A esse propósito o Sr. presidente informou que a exposição de motivos já foi expedida e nela se alude a essa visita daquele engenheiro.

★

Instituições particulares

CÍRCULO DE TÉCNICOS MILITARES

POSSE DA NOVA DIRETORIA ELEITA — Realizou-se no dia 4 de dezembro do ano findo a cerimônia da posse da nova diretoria do Círculo de Técnicos Militares, eleita, em assembléa geral extraordinária. A nova direção daquela entidade ficou assim constituída: Conselho Diretor: presidente general Franklin Emilio Rodrigues; vice-presidente, coronel Adalberto R. de Albuquerque; tesoureiro tenente-coronel Roberto R. de Oliveira; 1.º secretário, capitão José Alexandre Passos e 2.º dito, capitão Baltasar Bica de Alencastro. Conselho Técnico Aeronáutico: brigadeiro Antônio Guedes Moniz e tenentes-coronéis Joelmir C. de Araripe Macedo e Agemar da Rocha Santos. Armamento: capitão de fragata Otacilio Cunha e majores Edmundo Orlandini e Haroldo Tavares da Gama. Construção: tenentes-coronéis Ariel Leite Barreto e Mirabeau Pontes e major Aristóbulo Codevila Rocha. Eletricidade: coronel Armando Dubois Ferreira, tenente-coronel José Varonil de Albuquerque Lima e major Luis Neves. Geografia e Cartografia: coronel Djalma Polli Coelho, tenente-coronel Aureliano Luis de Farias e major Eugênio de Freitas Abreu. Mecânica: tenente-coronel Altair de Queirós e majores Kleber A. de Lima Araújo e Lisandro Nogueira de Vasconcelos. Metalurgia: coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, tenente-coronel Iberé Matos e major Floriano Faria Amado. Química: tenente-coronel Carlos de Proença Gomes Sobrinho e majores Orlando da Fonseca Rangel Sobrinho e Raimundo Campelo. Transmissões: tenente-coronel James Franco Masson, major Hugo A. Pradal e capitão A. Tovar Bicudo de Castro. Capitão Araripe, tenentes Barreto e Brito, capitão Arnaldo, tenentes Benjamim e Júlio, capitão Hermes, tenentes Carlos Tutman, Salí, Passarinho, capitão Rocha Maia, aspirantes Assunção e Erasmo e tenentes Leri e Bastos.

★

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

A EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU — COMENTÁRIO DO CORONEL DANTON TEIXEIRA SOBRE OS TRABALHOS REALIZADOS — O coronel Danton Teixeira em recente artigo publicado no *Correio do Povo*, de Porto-Alegre, fez um interessante comentário sobre os trabalhos da Expedição Roncador-Xingu, conhecidos através de sua visita àquela região. Inicia o coronel Danton Teixeira: — Com a supervisão do ministro João Alberto a Expedição tem como chefe bandeirante o tenente coronel Flaviano Matos Vanique.

É o homem talhado para a missão. Enérgico, bravo, maneiroso, conhece bem a lida do campo.

Organizada há dois anos a Expedição já cobriu 490 quilômetros.

A base de abastecimento é em Aragarças na confluência do rio das Garças com o rio Araguaia.

Já aí encontramos uma vila moderna: água encanada, esgotos, luz elétrica, serraria, olaria, plantações. Casas de alvenaria; um bom hotel quase pronto.

Eficiente assistência médica e dentária. Uma boa escola pública para a petizada.

De Goiânia a Aragarças, 320 quilômetros levamos duas horas escassas no Teco-teco da Expedição, que nos foi buscar.

De Aragarças para Xavantina, à margem direita do rio das Mortes há 300 quilômetros. Começa aí o sertão bruto, impérvio.

A vegetação é o cerrado, constituído de pequenos arbustos com pastagens nos mananciais. Somente nas margens dos rios principais (rio Claro, Pindaíba) encontramos a floresta tropical, gigantesca.

Há no Brasil 2 000 000 de quilômetros quadrados de cerrado.

O planalto que vai ser palmilhado pela Expedição abrangerá uma área de 800 000 quilômetros quadrados numa altitude de 700 metros.

A temperatura média anual, nessa região, é de 25°. As noites são muito agradáveis.

A variação diurna é de 15°.

Chove de outubro a março. As chuvas são geralmente a partir das 16 horas. Chove de 2 a 4 horas.

No inverno há 5 % das chuvas anuais e no outono 25 %. Este regime afasta o perigo das secas tão comuns no Nordeste.

A Expedição vai atravessar a serra do Roncador, varar o alto Xingu, e pelo divisor de águas entre o Tapajós e o Iriri descerá rumo a Santarém nas barrancas do Amazonas.

São 1 520 quilômetros de itinerário.

O objetivo da Fundação é explorar e colonizar com o braço nacional o planalto central brasileiro.

Reputamos muito saudável a região que percorremos.

Em Xavantina está o coronel Vanique que dirige pessoalmente os trabalhos da picada. Há com ele, na aldeia, uns 30 homens e com a turma dos vanguardeiros mais 30.

O abastecimento é assegurado no lombo de burros. São já 180 quilômetros de picada que foi aberta em 4 meses.

A estrada de Aragarças a Xavantina, de 300 quilômetros foi feita em 7 meses.

Em Xavantina tomamos banho no rio das Mortes que é um belo curso d'água com leito de lajeado e águas cristalinas.

Na véspera de nossa chegada o coronel Vanique havia feito com o conde francês De Mally Nesle, uma pescaria. Passaram a noite no mato, pescando das margens e nas canoas. Conseguiram tirar três jás de 60 quilogramas cada um.

Os peixes comuns no rio das Mortes são: o matrixá, o jaú, o piaú, a piranha e o pacu.

O coronel Vanique dispõe de lancha a motor de gasolina e boas canoas indígenas. Xavantina é uma escola de trabalho.

Vi uma serraria bem montada com motor a gasolina. Ipê, jacarandá, angico, sucupira são as madeiras encontradas nos matos vizinhos. Predomina a sucupira.

Um excelente curtume, em tinas de troncos de angico trata os couros de gado e da caça: cervo, jaguar, anta e tamanduá.

Na olaria uma fornada de 45 000 tijolos esperava o cozimento.

Batata doce, tomate, milho, mandioca já aí são colhidos e tudo de bom porte e sabor.

A zona do Cerrado onde até hoje ninguém vasculhou, e que vai ser atravessada em diagonal pela Expedição comporta em futuro próximo

uma criação de gado de 25 milhões de cabeças. Estimamos a quadra de sesmaria lotada com apenas 30 animais. As pastagens dos mananciais são excelentes. A região tem alguma semelhança com o centro norte do Rio-Grande-do-Sul: Bom-Jesus e Vacaria.

Todos os cursos d'água são de leito de pedra, o que assegura o represamento d'água na época da estiagem.

Há na Expedição o engenheiro Trompowsky encarregado de reduzir as corredeiras do rio Araguaia. Os trabalhos se desenvolvem com grande eficiência.

Xavantina dista 360 quilômetros de Cuiabá e fica quase no paralelo da capital matogrossense.

Aos domingos o coronel Vanique permite que os trabalhadores façam garimpegem. Já foram encontrados diamantes nos cascalhos do rio das Mortes em Xavantina.

O correio aéreo nacional faz uma rota semanal para Xavantina, via Aragarças. A Expedição sempre ansiosa aguarda a chegada do avião pois além da correspondência e algum visitante, o Correio leva dois filmes que são passados gratuitamente para os trabalhadores e habitantes da vizinhança.

Os índios Xavantes corpulentos e bravos têm as suas aldeias na serra do Roncador entre o rio Culuene e o rio das Mortes. São avaliados em 5 000. Ocupam várias aldeias.

Na região que sobrevoamos pudemos ver várias choças d'êles, de caça, abandonadas. Divisamos também, no percurso, enormes queimadas feitas pelos índios para atemorizar o coronel Vanique e seus auxiliares.

Em fins de setembro os exploradores ao descer dum crepúsculo abandonaram o serviço e saíram atrás de uma vara de porcos do mato que cruzara o acampamento. Levaram duas horas lajeado abaixo abatendo os caetetus.

Na volta foram surpreendidos pelo saque do acampamento feito pelos Xavantes.

Na noite do dia seguinte porém eles voltaram dissimuladamente e trouxeram de volta tudo que haviam levado menos as panelas que reputaram excelentes...

Os Xavantes não temem nem os expedicionários nem seus aviões. Quando estes voam baixo pelos seus acampamentos eles desferem flechas e pedras debaixo de uma gritaria infernal...

Os índios de outras tribos têm verdadeiro pavor dos Xavantes.

A civilização brasileira viveu sempre presa ao litoral numa região quase toda de clima rude e terras paludosas.

O sertão, o planalto desmedido e fértil, de clima ameno, águas perenes e puras, aí está convidando as populações deprimidas da costa para uma vida mais saudável e prolongada.

Precisamos conquistar o império territorial brasileiro, explorando-o, colonizando-o.

Chamou-nos a atenção, nessa excursão que fizéramos, o desperdício que sofrem os cobres públicos com a garimpegem.

O diamante atingiu a preços fantásticos.

Os judeus exploram os nossos pobres garimpeiros comprando o diamante bruto e revendendo-o a preços fabulosos.

Porque o Banco do Brasil é semelhante do que faz o de Inglaterra com a produção do Transvaal, não adquire também o diamante que é mercadoria 1 000 vezes mais cara que o ouro?

A economia brasileira precisa ter base sólida na agricultura.

No recenseamento de 1920 verificamos que a safra agrícola teve o mesmo preço da industrial. Já em 1940 o recenseamento acusou uma produção industrial em valor superior 4 e meia vezes a agrícola.

Em tonelagem em 1940 colhemos o mesmo que em 1920 nas nossas plantações.

Precisamos enfrentar essa crise com firmeza e boa orientação.

Os males desse fenômeno são diversos: a) melhor salário nas indústrias; b) êxodo da população rural para o serviço militar; c) falta de um código rural.

Nossa visita a Goiânia e ao planalto central foi para verificar *in loco* o benefício que a nova lei do serviço militar (por certo uma das melhores realizações do ministro Dutra na pasta da Guerra) traz aos homens do interior dispensando-os da incorporação.

Prevê o artigo 7 do Decreto n.º 7 343, de 26 de fevereiro último que o governo pode dispensar de convocação, para a prestação inicial do serviço militar, os que morem em regiões de fraca densidade de população e escassos meios de transporte.

Só em Goiás vamos ter 17 municípios dispensados do serviço militar. É um meio de radicar o homem à terra.

Os outros fatores apontados dependem de legislação que há de vir com a estrutura política e social do Brasil.

★

NÚCLEO PARANAENSE DA ASSOCIAÇÃO DOS GEOGRAFOS BRASILEIROS

A VIDA DOMICILIAR DO PESCADOR NA PRAIA DE LESTE — CONTRIBUIÇÃO AO CONHECIMENTO DO FOLCLORE LITORÂNEO — Em recente reunião do Núcleo Paranaense da Associação dos Geógrafos Brasileiros, com sede em Curitiba, foi lida pela professora Valdez Peixoto de Sousa, uma monografia pertencente à série de trabalhos realizados pelas alunas da Faculdade de Filosofia do Paraná que integraram, em 1944, a excursão que o Museu Paranaense realizou ao nosso litoral. Esses trabalhos são destinados ao primeiro volume da secção de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que breve será dado à publicidade. Salientou o Sr. presidente da sessão o mérito dos referidos trabalhos realizados com pesquisas em campo e não simples compilações bibliográficas. Deu em seguida a palavra à senhora Valdez Peixoto para ler o primeiro desses trabalhos. *A vida domiciliar do pescador na praia de leste — Contribuição ao conhecimento do folclore litorâneo.*

Iniciando a leitura do seu trabalho, a professora Valdez Peixoto salientou que, embora suas pesquisas houvessem seguido roteiro científico, seu principal desejo foi deixar nas suas páginas um registro atual da vida humilde do homem que habita o litoral do Paraná. Estuda inicialmente a organização da família do pescador, individualizando a atuação dos seus diferentes componentes na vida social. A maneira com que a conferencista desenvolveu o interessante tema prendeu agradavelmente a atenção de todos os presentes.

Analisando os aspectos religiosos da região, ocupou-se eruditamente da festa de São-Gonçalo, nota folclórica do mais alto interesse como remanescente da primeira colonização lusa. A festa do Divino foi outro tema também focalizado com habilidade e talento nesses aspectos religiosos do nosso litoral.

Os benzimentos, as crenças e superstições constituem a última parte desse trabalho, que incontestavelmente é uma das mais úteis contribuições para o conhecimento das coletividades pescadoras da costa paranaense. Declarada livre a discussão do tema, usa da palavra o professor Carlos Steinfeld, para dizer da satisfação que tivera de ouvir a leitura de trabalho

de tamanho interesse para o real conhecimento de nossas primitivas populações litorâneas e congratular-se com o Núcleo Paranaense de Geógrafos pela erudita contribuição trazida à sessão pela ilustre consócia. A seguir, o professor Loureiro Fernandes, comentando o trabalho, tece considerações sobre o culto de São-Gonçalo no planalto paranaense e encerra a sessão, felicitando a professora Valdez Peixoto de Sousa pelo brilho e mérito da contribuição que trouxe aos trabalhos do Núcleo.

★

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO-DE-JANEIRO

X SESSÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA E DO CONSELHO DIRETOR — ASSEMBLÉIA GERAL — Realizou-se sob a presidência do Sr. ministro João Severiano da Fonseca Hermes Jr., 1.º vice-presidente no exercício da presidência, a X sessão ordinária da Diretoria e do Conselho Diretor da Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro. Havendo número legal de membros a reunião foi iniciada, sendo procedida a leitura da ata da sessão anterior, que submetida à aprovação do plenário, foi aprovada por unanimidade. Seguiu-se a leitura do expediente, o qual apresentou de importante o ofício dirigido à Sociedade pelo Sr. Cícero de Moraes, sobre a questão dos limites entre o Espírito-Santo e Minas-Gerais. Seguiu-se o ofício do comandante Thiers Fleming no qual agradecia o parecer remetido pela Sociedade a

respeito da aludida questão de limites. Em prosseguimento o presidente, ministro João Severiano da Fonseca Hermes saudou os sócios recipiendários titulares Srs. major Omar Emir Chaves, Manuel de Macedo Soares, João Guimarães Rosa, Ointo Luna Freire do Pilar, Heitor da Fontoura Rangel Filho, João Moreira Padráo, Levi Arruda, cônsul Ramiro Elísio Saraiva Guerreiro, cônsul Meillo Moreira de Melo, cônsul Manuel Emílio Pereira Guilhon e o sócio correspondente Gustavo Lauro Korte (ausente) os quais foram declarados empossados. Os recipiendários responderam à saudação, através de brilhantes e momentosas orações. Foi aprovado o voto de pesar proposto pelo Sr. João Ribeiro Mendes pelo falecimento do sertanista Kurt Nimuendaju. Em continuação o presidente ministro João Severiano da Fonseca Hermes, declarou encerrada a sessão ordinária da Diretoria e do Conselho Diretor e declarou aberta a sessão de Assembléia Geral Ordinária, especialmente convocada, para serem lidos e aprovados os novos Estatutos que regerão os destinos da Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro. O presidente comunicou aos presentes que a Assembléia poderia funcionar com qualquer número, visto ser esta a segunda convocação. Em prosseguimento foram distribuídos pelos presentes os exemplares dos Estatutos afim de acompanharem o texto, durante a leitura, a qual foi procedida pelo recipiendário cônsul Guilhon. A leitura dos Estatutos provocou algumas considerações e emendas, sendo necessário suspender-se a sessão devido ao adiantado da hora.

★

Certames

I CONGRESSO SUL-AMERICANO DE PETRÓLEO

Terá lugar na cidade de Lima, no Peru, em janeiro corrente, o I Congresso Sul-Americano de Petróleo, organizado pelo Instituto Sul-Americano de Petróleo, com sede em Montevideú.

O Instituto que tem por objetivo manter estrita relação de interesse, que através da indústria e do comércio do petróleo, existe entre todos os países do continente americano, enviará convite às entidades públicas privadas que tenham ligação com a indústria, o comércio e o petróleo naqueles países; assim como aos técnicos e demais elementos ligados à indústria e abastecimento de produtos petrolíferos. Estes convites serão distribuídos oportunamente, quando se aproximar a data da realização do Congresso.

Finalmente, o I. S. A. P. acrescenta que não poupará esforços para assegurar o êxito do certame de Lima, o que dará oportunidade para que se intensifiquem os conhecimentos e intercâmbio entre os homens do petróleo das Américas.

O I Congresso Sul-Americano terá as seguintes finalidades principais:

I — Estudar a forma de intensificar a produção de combustíveis líquidos na América do Sul;

II — Estudar as medidas que conviria recomendar para conseguir a máxima economia na produção e utilização dos combustíveis líquidos.

III — Examinar as possibilidades de incentivar o intercâmbio de combustíveis entre as nações sul-americanas.

Neste certame serão consideradas também memórias e trabalhos relativos aos seguintes temas:

a) Geologia, prospecções petrolíferas e produção de petróleo.

b) Química do petróleo;

c) Refinação do petróleo.

d) Transporte e armazenamento de combustíveis derivados do petróleo.

e) Consumo e abastecimento de produtos petrolíferos.

f) A higiene na indústria do petróleo.

g) Legislação e economia da indústria petroléira.

★

Unidades Federadas

MINAS-GERAIS

Instituto Histórico e Geográfico

LANÇADO O PRIMEIRO NÚMERO DA REVISTA DO INSTITUTO — Acaba de ser lan-

çado o primeiro número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas-Gerais atendendo ao programa a que se propôs a atual Diretoria do Instituto. Na secção competente deste Boletim vai publicado o registro de tão auspicioso acontecimento.

Municípios

FLORIANÓPOLIS — (Santa-Catarina)

Instituto de Educação

REGRESSO DOS EE. UU. DO PROF. WILMAR ORLANDO DIAS — Acaba de regressar dos Estados-Unidos, onde fôra realizar um curso de especialização de um año da Universidade de Chicago o Prof. Wilmar Orlando Dias, lente de Geografia e Cosmografia do Instituto de Educação de Florianópolis.

★

ITUMBIRA — (Goias)

GARIMPOS DIAMANTÍFEROS — A indústria extrativa do diamante em Itumbira está atualmente em grande desenvolvimento. Os garimpos do rio Paranaíba, conhecidos em todo o Brasil Central, atraem frequentemente numerosos trabalhadores vindos, em sua maioria, dos Estados de Minas e da Bahia. Esse município goiano, segundo as estatísticas mais

recentes, produz anualmente mais de 3 500 quilates de diamante, no valor de muitos milhares de cruzeiros.

Segundo as informações chegadas ao Ministério da Agricultura, um dos garimpos, o Bracinho, reúne atualmente grande massa populacional que se vem ali dedicando noite e dia ao trabalho da lavagem de cascalhos. Cerca de três mil garimpeiros empregam agora seus esforços contínuos no intuito de se enriquecerem, pois fatos desses repetem-se assiduamente. O local é constantemente visitado pelos capangueiros e representantes de firmas comerciais do Distrito Federal, Belo-Horizonte e São-Paulo que se interessam pela compra imediata do diamante, logo após ser êle encontrado nas bateias dos garimpeiros.

No momento, a exploração de pedras preciosas no rio Paranaíba está sendo feita por processos regulares, utilizando os garimpeiros motores movidos a óleo cru ou acionados a carvão vegetal para a limpeza completa do desvio das águas do Paranaíba a trechos mais acessíveis à lavagem dos cascalhos.

★

Exterior

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

INSTALAÇÃO SOLENE DO CONSELHO SOCIAL ECONÔMICO INTERAMERICANO — DISCURSO DO SR. EURICO PENTEADO, DELEGADO DO BRASIL — Instalou-se solenemente, em novembro do ano findo, na sede da União Pan-Americana, o Conselho Social e Econômico Inter-Americano, do qual fazem parte todas as repúblicas americanas. Foi eleito presidente do Conselho o delegado americano, Sr. Spruille Braden assistente do secretário de Estado, vice-presidente e embaixador Heitor Davi Castro, do Salvador.

Na sessão de instalação do conselho então celebrado, o secretário de Estado, James Byrnes, em nome do Conselho Diretor da União Pan-Americana, saudou os delegados da nova entidade, salientando o papel que à mesma cabe desempenhar. Dada a importância dos problemas a seu cargo o delegado do Brasil, Sr. Eurico Penteado foi unanimemente designado para em nome do Conselho responder a saudação do secretário Byrnes.

O discurso do delegado brasileiro foi muito aplaudido, tendo recebido felicitações dos delegados, inclusive do delegado americano, Sr. Braden. É o seguinte o texto do discurso do delegado brasileiro:

"Senhor secretário de Estado. Senhores embaixadores. Senhor diretor geral da União Pan-Americana. Senhores delegados — Muito agradeço a honra que meus colegas, delegados ao Conselho Econômico Social Interamericano, conferiram ao meu país, ao escolherem o seu delegado para responder ao discurso com que acaba de nos saudar o senhor secretário do Estado, em nome do Conselho Diretor da União Pan-Americana. Sinto que, para desempenhar tão honrosa incumbência não me cabe aqui pronunciar um discurso, na acepção literária do termo. O mundo moderno, o mundo da energia atômica, da penicilina, dos aviões mais rápidos que o som e de outras maravilhas do engenho humano, é na hora em que vivemos tão cheio de problemas trágicos e apreensões

em que se vêem milhões de seres humanos destituídos de lar, de vestuário e de alimentos. O interesse legítimo e as garantias essenciais de segurança de muitos, chocam-se com os de alguns e com as suspeitas e os preconceitos seculares de outros. Tal mundo e tal hora não comportam discursos, porque exigem ação. Não há pois, lugar aqui para os torneios de retórica em que nós, latinos-americanos, adquirimos reputação que, a meu ver, não é invejável, nem de todo imerecida.

Senhores: O eminente secretário de Estado não exagerou quando nos disse há poucos minutos, que "as questões com as quais temos de lidar são do mais profundo interesse para as nações do Hemisfério Ocidental" nem quando acrescentou que "elevar o padrão de vida, aumentar a capacidade produtiva dos povos e aperfeiçoar o nível da saúde pública, são problemas intrincados e difíceis". Eis porque teremos que trabalhar e trabalhar muito.

A meu ver, um problema avulta e sobrepuxa todos os demais, pela sua importância e suas repercussões profundas sobre toda a estrutura política econômica e social da América Latina. É o baixo — digamos a palavra dura — mas apropriada — do miserável nível de vida de grandes massas da população rural latino-americana.

É esse um problema que devemos enfrentar com coragem, e resolver, porquanto tal situação é indigna de perdurar nas Américas. Para que se tenha uma idéia do que é o padrão de vida desumano a que estão sujeitos milhões de irmãos americanos — do norte, do centro e do sul — basta que nos lembremos de que, enquanto nos Estados-Unidos nenhum ser humano pode, legalmente ganhar menos de 40 centavos por hora de trabalho — e já se cogita de elevar êsse mínimo a 65 centavos — em muitos setores rurais da América Latina se trabalha por menos de 40 centavos por dia — por dia e não hora — e não dia de 8 horas, nem semana de 40 horas, mas dias que principiam com o escuro da manhã e terminam com o escuro da noite.

Em vários setores da América Latina a população rural sofre, em sua plenitude, a tortura de viver, segundo a magistral definição do presidente Roosevelt: — "mal vestido, mal nutrido, e mal abrigado", e, se queremos implantar a verdadeira democracia na América Latina, o primeiro passo em tal direção é dar um padrão de vida humana e decente às suas populações, porquanto a história e a experiência humana através dos séculos demonstram que miséria e democracia não vivem juntas e não podem coexistir lado a lado".

Senhor secretário de Estado: Os delegados ao Conselho Econômico Social Interamericano agradecem vossas palavras animadoras e a saudação que lhes dirigistes em nome da junta diretora da União Pan-Americana, e vos asseguram que não pouparão esforços para que os objetivos do conselho sejam plenamente atingidos".

☆

PESQUISAS PETROLÍFERAS DE GEOFÍSICOS NORTE-AMERICANOS NO HEMISFÉRIO OCIDENTAL — Várias equipes de especialistas norte-americanos em petróleo, conhecidos como geofísicos, estão participando de uma vasta pesquisa petrolífera no Hemisfério Ocidental, notadamente na América do Sul.

Referindo-se a esta exposição de amplitude hemisférica, o Wall Street Journal informa que mais de 100 turmas de geofísicos estão auxiliando os países latino-americanos em suas buscas petrolíferas de após-guerra.

A mais ativa área de exploração, diz o referido jornal, é das Antilhas, onde 61 equipes deverão encontrar-se em atividade em fins deste ano. Esta área abrange a Venezuela e a Colômbia países êsses grandes produtores de petróleo.

No México, América Central e Índias Ocidentais 21 turmas acham-se pesquisando campos petrolíferos, enquanto outras doze dirigiram-se para os países sul-americanos.

O Chile, o Brasil e o Paraguai figuram entre as nações da América do Sul que estão empreendendo intensas buscas de fontes de petróleo.

As autoridades em petróleo dos Estados Unidos disse o Wall Street Journal, chegaram à conclusão de que a América do Sul possui reservas de petróleo muito maiores que as já descobertas.

Ao que acreditam muitas dessas autoridades, é possível que a produção petrolífera sul-americana, uma vez devidamente explorados os seus recursos, exceda a dos Estados Unidos, que até o momento tem sido o maior produtor de petróleo do mundo.

Acrescentou aquêle jornal que estas autoridades acreditam haver perspectivas de que o Chile, até então um país não produtor de petróleo, venha em breve a explorar fontes petrolíferas. Durante os últimos anos, turmas de geofísicos norte-americanos vêm trabalhando no Distrito de Magalhães no Chile, extremo sul do continente, com resultados suficientemente promissores para induzir o governo chileno a efetuar sondagens.

Autoridades de Santiago já realizaram contrato com uma firma de sondagens do Texas

achando-se duas sondas a caminho do estreito de Magalhães.

A probabilidade de que a imensa bacia amazônica possa ser um vasto reservatório de petróleo é indicada pela descoberta quase casual do Sr. Robert B. Moran, geólogo de Los Angeles. Sobrevoando o rio Ucaiali, um tributário do Amazonas, no Peru oriental, avistou o Sr. Moran de seu avião o que lhe pareceu uma possível estrutura petrolífera. Isso em 1929. Três fases de atividades geológicas seguiram-se em terreno de apenas 1 100 pés de profundidade.

Hoje, a empresa petrolífera "Ganso Azul" do Sr. Moran conta com um potencial de 4 000 barris diários de sete poços sendo o campo petrolífero por êle descoberto tão grande que seus limites ainda não foram precisamente definidos.

O problema da empresa "Ganso Azul" não consiste em encontrar ou produzir petróleo, mas vendê-lo. Isolada da populosa costa do Peru, no Pacífico, pela cordilheira dos Andes, e por milhares de milhas das grandes cidades do Brasil sequiosas por petróleo, uma pequena fábrica de 500 barris da empresa até então se tem visto apenas em condições de atender às necessidades da região em torno do campo de Agua Caliente e da refinaria de Pucallapan.

O Brasil, com uma área territorial maior que a de qualquer nação da América, praticamente não produz petróleo em escala comercial, estando inteiramente na dependência das importações. Todavia, é bastante possível que possua substanciais reservas em seu subsolo.

☆

PARAGUAI

VISITA DO PRESIDENTE MORINIGO À CIDADE BRASILEIRA DE PONTA-PORÁ — A LIGAÇÃO FERROVIÁRIA DE CONCEPCIÓN AO PORTO DE SANTOS — O general Morinigo, presidente da República do Paraguai esteve recentemente, em visita à cidade brasileira de Ponta-Porá, no Território do mesmo nome, a fim de fazer uma rápida visita e inteirar-se pessoalmente de certas necessidades de interesse dos dois países, sobretudo, no que concerne ao comércio entre a referida cidade brasileira e a de Pedro-Juan-Caballero.

Depois de reafirmar o seu propósito de fidelidade à política de solidariedade e cooperação continentais fez sentir que seu país aguarda como uma alta conquista, no sentido de sua independência econômica, a ligação ferroviária entre Concepción e o porto de Santos.

É, de fato, uma iniciativa da maior utilidade para o Paraguai que terá sua exportação altamente facilitada, em linha reta até o porto paulista, com dois dias de viagem, suas mercadorias procuram atualmente o estrangeiro fazendo o longo percurso do Rio até Buenos Aires ou Montevideu, onde sofrem o transbordo para os navios de alto mar, pagando, além das despesas relativas ao tráfego fluvial, as portuárias e as que correspondem à distância do Prata ao referido porto brasileiro.

➡ O Conselho Nacional de Geografia é constituído pelo "Diretório Central" na Capital Federal, por um "Diretório Regional" em cada capital de Estado e por um "Diretório Municipal" em cada Prefeitura.

Relatórios de instituições de geografia

e ciências afins

Relatórios dos Representantes Estaduais, Apresentados à VI Assembléia Geral do C.N.G.

ESTADO DA PARAÍBA

O Sr. Sisenando Costa, secretário do Diretório Regional de Geografia no Estado da Paraíba, apresentou à VI Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, realizada nesta capital de 3 a 25 de julho do ano findo, o seguinte relatório das atividades geográficas daquele Estado no período de 1942-1944:

1942:

Destaca-se, dentre as ocorrências mais importantes deste Diretório, o preparo do material que figurou na Segunda Exposição Nacional de Cartografia e Estatística, realizada em Goiânia no mês de julho de 1942.

A Paraíba esteve representada neste grande certame por uma contribuição modesta, embora muito expressiva, constante, principalmente, de sínteses cartográficas, mapogramas e vários conjuntos fotográficos sobre aspectos naturais das diversas regiões do Estado e floras de sua vida social.

Como homenagem ao auspicioso acontecimento de inauguração oficial da cidade de Goiânia, a Paraíba fez uma edição especial da "Revista do Ensino" em que figuraram assuntos selecionados principalmente sobre geografia e história.

Consta desta edição especial um resumo histórico da Paraíba, de autoria do ilustre Dr. Manuel Tavares Cavalcante, um dos profundos conhecedores da geografia e da história do Estado.

Nomenclatura das estações ferroviárias — Na conformidade do estabelecido pelo Decreto-lei nacional n.º 3 599, foi constituída no Estado uma comissão especial para estudar a nomenclatura das estações ferroviárias da Paraíba.

Nos trabalhos dessa importante comissão, o Ministério da Viação foi representado pelo Sr. Francisco Cornélio Fonseca Lima Júnior; a Diretoria de Viação e Obras Públicas da Paraíba, pelo Sr. Raulino Pinheiro Cunha; o Diretório Regional de Geografia da Paraíba, pelos senhores João Leomax Falcão e João Henriques da Silva.

A Secretaria Geral desse Conselho foram remetidas as atas de todos os trabalhos realizados, bem como dois grandes quadros referentes à nova nomenclatura das estações das Companhias Rede Viação Cearense e The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd., figurantes na Paraíba, de acordo com os preceitos normativos do citado decreto-lei.

Antiversário do I.B.G.E. — Por motivo da passagem do aniversário do I.B.G.E., realizou-se na Secretaria do Interior e Segurança Pú-

blica uma reunião conjunta dos órgãos regionais filiados.

Compareceram a essa reunião altas autoridades do Estado e todos os membros dos dois colégios.

Presidiu a sessão o Dr. Samuel Duarte, secretário do Interior e Segurança Pública.

Vários oradores exaltaram a grande obra do I.B.G.E. e os serviços prestados ao Brasil por esse importante órgão coordenador das estatísticas e da geografia brasileiras.

Transformação da Carteira de Cartografia em Seção de Geografia — Pelo Decreto n.º 253, de 9 de julho de 1942, o governo da Paraíba transformou a Carteira de Cartografia do D.E.E. em Seção de Geografia.

Com esse ato ficaram ampliadas as atribuições do D.E.E. paraibano no tocante a suas atividades geográficas.

A nova Seção ficou assim constituída:

- a) Administração;
- b) Topografia, registro de propriedade e cadastro;
- c) Cartografia e desenho;
- d) Limites e coordenação geográfica.

Sobre esse ato da interventoria federal da Paraíba se pronunciou em conceitos elogiosos o major Adir Guimarães, então membro proeminente do Destacamento Especial do Serviço Geográfico do Exército, sediado neste Estado.

Concurso de monografias — Em cumprimento ao que estabelece a Resolução n.º 88, de 21 de julho de 1941 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, promovemos em todo o Estado uma larga propaganda desse importante certame.

Pena é confessar que não foram muitos os interessados por essa campanha.

Divisão Regional — Em atenção ao que prescreve a Resolução n.º 77, de 17 de julho de 1941, confiamos ao consultor técnico deste Diretório Regional, Dr. L. F. R. Clerot a missão de estudar e propor uma nova divisão fisiográfica para o Estado.

Aceitando essa incumbência, prestou esse técnico mais um assinalado serviço à Paraíba, notadamente no domínio da mineralogia, pois foi ele, podemos dizer, quem revelou a ocorrência desses minérios estratégicos existentes no subsolo paraibano, que tanto serviram, especialmente aos Estados Unidos, para ajudar os Aliados a vencer a guerra.

Na divisão apresentada, que vai a seguir esquematicamente exposta, tomou-se como fundamento a apreciação do revestimento florístico de cada zona.

Realmente, a vegetação é uma resultante da altitude e de fatores outros ecológicos que caracterizam as diversas zonas fisiográficas.

Devemos adiantar que, na discussão em torno da proposta vitoriosa, do engenheiro Clerot, o Dr. José Gomes Coelho sugeriu fosse considerada no município de Araruna mais uma pequena zona tipicamente de Seridó, com as mesmas características dessa região no Rio-Grande-do-Norte.

Trata-se de uma ligeira mancha anexa ao território do Rio-Grande-do-Norte, que, pela sua extensão diminuta, não pode ser conside-

rada. Há idênticas manchas de Brejo no próprio município de Araruna, em Umbuzeiro e, talvez, em Princesa Isabel.

A nosso ver, essa divisão deveria ser antes estudada e estabelecida nas grandes regiões do Brasil, de baixo de um critério único, afim de que nos Estados participantes de uma mesma zona, tivessem elas, coerentemente, as mesmas denominações.

Seguem-se as zonas em que está dividido o território do Estado, tendo como fundamento o revestimento florístico de cada uma.

Zonas fisiográficas do Estado da Paraíba

ZONAS	Municípios abrangidos	Vegetação predominante
Litoral.....	João Pessoa — Santa Rita — Maguari — Parte de Mamanguape e Sapé.	Nas praias — maçaranduba, sucupira, sapucaia, sapucarana, imbiribeira, pau-brasil. Nos tabuleiros — mangabeira e batiputá.
Brejo.....	Parte de Bananeiras, Serraria, Areia, Campina Grande, Umbuzeiro e Esperança.	Vegetação higrofila característica, predominando nas matas a palmeira naia, nas terras vermelhas e roxas, e a catolé, nas terras brancas.
Caatinga.....	Parte de Mamanguape, Caiçara, Bananeiras, Serraria, Areia, Campina Grande e os municípios de Pilar, Tabaiana, Ingá e todo o norte de Umbuzeiro.	Pau-d'arco, catingueiro, juazeiro, marmeleiro, mari e algumas cactáceas características das zonas de vegetação xerófila.
Curimataú.....	Parte de Bananeiras, Serraria, Areia, Campina Grande, Caiçara, e os municípios de Araruna e Cuité.	Vegetação xerófila característica, predominando o faxeiro, o mandacaru, o xique-xique e a cambeba entre as cactáceas. Marmeleiro, macambira e escassas árvores de grande porte.
Cariri.....	Sabují, Ibiapinópolis, São João do Cariri, Cabaceiras, Monteiro, Batalhão, parte de Campina Grande, Umbuzeiro e Teixeira.	Vegetação puramente xerófila, muito rica em cactáceas, marmeleiro e umbuzeiro — Raras árvores de grande porte.
Sertão.....	Patos, Teixeira (parte), Princesa Isabel, Píancó, Pombal, Brejo do Cruz, Catolé do Rocha, Sousa, Antenor Navarro, Itaporanga, Conceição, Bonito de Santa Fé, Jatobá e Cajazeiras,	Vegetação pobre em cactáceas, predominando o angico, a aroeira, a faveleira, a baraúna, a oiticica, e, em algumas regiões, a carnaubeira.

Conclusão — Bem pouco fizemos, estamos certos disso, mas, nosso desejo, nosso ardente afã, seria ajudar muito o Conselho Nacional de Geografia na sua patriótica tarefa de revelar o Brasil aos brasileiros e ao mundo.

O que, porém, nos sobra em boa-vontade é minguido em cabedal de conhecimentos e meios para realizar.

1943:

Este foi o ano das grandes realizações geográficas. Novas atribuições foram conferidas aos órgãos regionais do I. B. G. E. no sentido de promoverem o preparo do novo quadro territorial a ser adotado.

Chegamos a essa altura, depois da execução inicial do Decreto-lei n.º 311, com um acervo

enorme de pretensões que de todo não puderam ser atendidas.

Cumprir notar que, além dos interesses propriamente territoriais, surgiram agora outros a respeito dos topônimos, uns perfeitamente justificados e outros absurdos e até impertinentes. Assim, o estudo do novo quadro territorial, agora em foco, apresenta-se acrescido de outras indagações, em virtude do dispositivo

de lei que desautoriza a existência no Brasil de denominações iguais para cidades e vilas. A solicitação nossa, por ato do Sr. interventor federal, desde 1943, foi constituída a Comissão Revisora do Quadro Territorial.

Essa Comissão ficou assim constituída:

Sisenando Costa — Diretor do D. E. E.
Clóvis Lima — Professor de Geografia.
L. F. R. Clerot — Consultor Técnico do
D. R. G.

Em sessões regulares, quase tôdas as semanas, fizéramos estudos minuciosos da toponímia das cidades e vilas paraibanas, em cotejo com as demais de todo o Brasil, para fixar aquelas idénticas em denominação a outras dos vários Estados.

Depois desta pesquisa, iniciou-se uma perquirição pormenorizada a respeito das denominações dúplices, afim de fixar a prioridade de cada uma para permanecer.

Paralelamente fomos fazendo consultas aos Estados e Territórios sôbre as denominações interessadas em nossos estudos.

Concluído êsse trabalho, declaramos quais as cidades e vilas do Estado cujas denominações iriam ser substituídas e pedíramos sugestões para a adoção dos novos topônimos.

Essa foi a fase mais penosa dos serviços da C. R. Q. T. — Uns se rebelaram contra a denominação antiga verdadeira que o tupi, outros queriam homenagear homens vivos.

Nesta competição que deveria ser antes uma oportunidade valiosa para evocação do passado e dos fatos notáveis da região, não faltaram os remoques e as objurgatórias na defesa de pontos de vista quase sempre injustificáveis.

O coroamento dêsse trabalho foi feito com a assinatura do Decreto n.º 520, de 31 de dezembro de 1944.

No que concerne à toponímia fêz a C. R. 63 modificações para evitar duplicidades e mais uma centena de correções na descrição de limites.

Foram criadas onze vilas e feito um levantamento rigoroso do extinto município de Cabedelo que, na última hora, por motivos superiores deixou de ser restaurado.

Esse distrito é o nosso melhor ancoradouro, com serviço confortável de embarque e desembarque. Está para a capital do Estado como Santos está para São-Paulo. Entretanto, no seu conjunto urbanístico é de uma decadência lamentável.

Servido por estrada de ferro e boa estrada de rodagem, está ligado a tôdas as capitais da região Nordeste, exceto Fortaleza, das quais está mais ou menos equidistante. Para ser ligado à capital do Estado do Ceará, resta, apenas, que seja construído o trecho de estrada de ferro, aliás já estudado, de Campina-Grande a Patos.

Os portos bem abrigados e de fundos regulares, como o de Cabedelo, onde ancoram vapôres vindos de tôdas as partes do mundo, são servidores de interesse nacional, e, por isso, pela sua importância turística, econômica e mesmo social, não devem estar encravados em burgos mal apresentáveis, que deixam impressão desoladora ao viajante.

Assim, desejamos lembrar a êsse Conselho, que, seja sugerido aos poderes centrais da República uma lei que, automaticamente, considere elevado à categoria de município os núcleos populacionais de mais de 6 000 habitantes onde haja um porto de mar ou fluvial com todos os serviços modernos de carga e descarga, armazéns, etc., e que disponha na baixa-mar, de fundos, no mínimo de 18 pés.

Uma providência dêsse molde tornaria o Brasil mais atraente pelo arranjo de suas salas-de-visita que são os seus portos.

Para tanto será necessário que as localidades nas condições aqui indicadas tenham administração própria e disponham de recursos para promover constantes melhoramentos urbanísticos.

Cabedelo, constituído em município, poderia viver com os seus próprios recursos.

Aniversário do I. B. G. E. — Como nos anos anteriores festejamos condignamente mais um aniversário do Instituto.

Assim é que, em sessão conjunta sob a presidência do Dr. Samuel Duarte, secretário do Interior, realizou-se uma reunião dos órgãos colegiais para comemorar êsse acontecimento sobretudo grato aos estatísticos e aos geógrafos brasileiros.

Convidado especialmente, o Dr. Sousa Barros, diretor do Serviço de Estatística, Propaganda e Turismo do Recife, conferiu uma palestra repleta de conceitos elevados sôbre as atividades do I. B. G. E.

Esse trabalho foi muito aplaudido pela justeza e oportunidade dos seus conceitos.

Outras realizações do D. R. G. — As reuniões do Diretório Regional de Geografia, durante êste ano, foram quase tôdas absorvidas pela questão dos topônimos.

Êste órgão, diversas vêzes, se pronunciou a respeito da propriedade ou impropriedade, sôbre o ponto de vista histórico, de várias denominações propostas. Em todo êsse movimento, não nos faltou também a cooperação valiosa dos estudiosos de todos os recantos do Brasil.

No tocante à divisão territorial, sôbre um grande mapa do Estado, fomos anotando e corrigindo o que foi possível, na descrição de limites entre municípios e distritos.

Dêste gráfico enorme, onde os traçados se alteraram a miúdo, de acordo com as recomendações do governo, tiramos todos os elementos para a constituição do Decreto n.º 520.

Tudo fizemos para que a descrição de limites inter-estaduais da Paraíba, fôsse perfeitamente coincidente com a dos Estados vizinhos. Para tanto, começando pela fronteira mais controversa, distribuímos com os prefeitos dos municípios paraibanos, limitrofes com o Rio-Grande-do-Norte, um questionário acompanhado de um gráfico em que figuraram as linhas dos dois Estados, segundo a legislação vigorante de cada um. Além disso, juntamos também, lado a lado, para maior comodidade no cotejo, a descrição sistematizada, conforme o quadro territorial dêsses Estados.

Com êsses elementos pedíramos aos prefeitos dos municípios paraibanos para se entenderem com os seus colegas do Rio-Grande-do-Norte afim de propor uma descrição única para os dois Estados, tendo em consideração tanto quanto possível, os preceitos constitucionais, mas, sem desprezar acidentes naturais e pontos outros fixos, de modo a estabelecer uma linha de fácil identificação.

Tínhamos em mente, com êsse processo, muito amistoso, resolver essa tão debatida questão de limites, sem qualquer interesse de tomar ou dar terras de um para outro Estado brasileiro.

Nos dois Estados encontramos homens que compreenderam os nossos elevados propósitos, mas, não foram todos.

Quiséramos que outros, ao menos os que estão fora das influências regionais, procurassem compreender a elevação de vistas com que temos agido.

1944:

O novo quadro territorial — Prósseguiram ainda neste ano os trabalhos de Comissão Revisora.

No decorrer da publicação do anexo n.º 1 ao Decreto n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, vários foram os retoques que tivemos de fazer.

O encerramento dessa tarefa, sobremodo afanosa, nos deixou a grata compreensão de que, bem ou mal, cumprimos com o nosso dever.

X Congresso Brasileiro de Geografia — Os constantes adiamentos desse certame, por motivos decorrentes da guerra, determinaram várias interrupções na sua propaganda.

E quando foi deliberada definitivamente a sua realização, em seguida à Conferência Pan-Americana de Consultas sobre Cartografia, não estávamos devidamente aparelhados para tomar parte nesse movimento.

Nossa designação para representar o Estado no X Congresso Brasileiro de Geografia e organizar a Exposição Nacional de Cartografia inerente à Paraíba, só nos permitiu modestamente preparar o mostruário do Estado.

Esse contingente, em exposição prévia, foi inaugurado solenemente pelo Sr. interventor federal numa das dependências do Palácio da Redenção.

Essa exibição antecipada do mostruário da Paraíba foi visitada por quantos se dedicam ao estudo da história e da geografia paraibanas.

Dez foram os quadros em que sintetizamos toda a evolução da Paraíba desde a sua era pré-histórica.

Damos a seguir a relação desses quadros com os seus títulos principais:

- 1 — Mapa Geológico.
- 2 — Mapa Fisiográfico.
- 3 — Mapa Etnográfico.
- 4 — Mapa Mineralógico.
- 5 — A Colonização.
- 6 — A Colonização.
- 7 — Transportes e Comunicações.
- 8 — Desenvolvimento Industrial.
- 9 — Cartograma Agro-Pecuário.
- 10 — Ensino Primário Geral.

Um apêlo da Paraíba por intermédio do X Congresso Brasileiro de Geografia — O Diretor Regional, com o apoio irrestrito do governo pelo seu representante, dirigiu, por intermédio do X Congresso, um caloroso apêlo ao Sr. Presidente da República e ao chefe do Serviço Geográfico do Exército, afim de que façam cessar de vez todas as questões de limites entre Estados do Brasil.

E, particularizando a questão de limites da Paraíba com o Rio-Grande-do-Norte, juntou um volumoso documentário pelo qual se verifica que a Paraíba tem sempre tomado a iniciativa para resolver essa secular questão, amistosamente, por meio de acordos.

Com isso não quisemos ventilar questões de limites no seio do Congresso, mas, tão somente, nos valer, patrioticamente, do prestígio desse conclave, da interferência de uma prestimosa reunião de geógrafos junto às principais autoridades com poderes para, de vez, porem termo a essas questões que vêm separando brasileiros.

E, afinal de contas, as questões de limites são genuinamente questões geográficas.

Além do mais, não se justifica que, depois da segunda revisão do quadro territorial do Brasil, quando os municípios e as menores circunscrições de um mesmo Estado, os distritos, tenham entre si uma sistematização de limites perfeitamente coincidente, os Estados apresentem cada um, a respeito das suas divisões com

os outros, descrições incoerentes, que se não ajustam.

O nosso grande interesse por essa obra monumental e, infelizmente, ainda mal compreendida do I. B. G. E., de dotar o Brasil de quadro territorial racional, perfeitamente sistematizado, nos impõe o dever de agitar essa questão.

É dever do I. B. G. E. dar ao Brasil, além do muito que tem feito, na terceira revisão do seu quadro territorial, de 1948, um trabalho perfeitamente ajustado, coerente entre distritos, municípios e Estados.

Não sabemos se chegaremos até lá, isto é, se teremos o prazer de ainda prestar esse serviço ao Brasil. Contudo, de qualquer forma, está lançado o cartel aos geógrafos do I. B. G. E.

Aniversário do I.B.G.E. — Com o mesmo interesse dos anos anteriores, comemorou-se mais um aniversário dessa instituição de elevado objetivo, à qual deve o Brasil assinalados serviços.

Nessa solenidade muito singela, numa reunião conjunta dos órgãos filiados, os oradores voltaram-se esperançosos para o I. B. G. E., ressaltando o papel importante que lhe cabe no trabalho de todos os brasileiros afim de cooperar na reconstrução do mundo quando tivermos a paz. Isso porque nenhuma planificação de interesse econômico será viável sem estar baseada nas possibilidades da terra e do homem. E essas pesquisas estão a cargo do I. B. G. E.

Conclusão — Com o relato das ocorrências do X Congresso Brasileiro de Geografia, ficaram encerradas as atividades do D.R.G. em 1944.

Resta-nos somente encarecer a benevolência do V. V. Excias. a bondade de suas desculpas pelo desarrazoado dessas linhas, talvez deselegantes, mas, cheias de sinceridade e muito amor no interesse do Brasil.

ESTADO DO PARANÁ

O presidente do Diretor Regional de Geografia no Estado do Paraná, Sr. Agnelo Lopes, apresentou à VI Assembléia Geral do C. N. G. o seguinte relatório das atividades daquele Estado no setor geográfico, durante o período de 1 de julho de 1944 a 30 de junho de 1945:

Adstrito ao cumprimento de um dever decorrente de determinação consubstanciada em prescrição regulamentar, tenho a honra de apresentar a V. Excia. um breve relato acerca das atividades desenvolvidas por este colégio regional, no que concerne às atribuições que lhe são outorgadas em função dos dispositivos legais determinantes de sua criação, no âmbito abrangido pelo setor geográfico, durante o ciclo de tempo que decorre de 1 de julho de 1944 a 30 de junho de 1945.

Muito embora se ressinta esse período de atividades de fase intensa de trabalho, nem por isso deixaram de ser colimados os objetivos oriundos de suas funções, quer seja na coletânea de elementos históricos e geográficos, dados topográficos, divulgação de obras de interesse para o estudo da geografia em função do Homem e da Terra, trabalho paciente e moroso que depois de tornado efetivo, pouco representa do esforço despendido em sua aparência e textura.

Procurando objetivar o propósito visado, de apresentar a esse egrégio Conselho, que orienta e supervisiona as atividades geográficas no País, através um trabalho de coordenação subordinado a um plano prévio de interesse coletivo e de ordem geral, oriundo de acurados estudos, as que se relacionam com este Diretor Regional que lhe está assessorado, passo a enumerá-las, começando pela

Campanha das Coordenadas Geográficas — Segundo referi no relatório anterior, como resultante das diligências promovidas por este Diretório Regional junto ao governo do Estado, foi baixado o Decreto n.º 12 179, de 14 de novembro de 1941, colocando à disposição do Conselho Nacional de Geografia o engenheiro civil Alceu Trevisani Beltrão, ato ratificado pelo título de nomeação expedido em data de 19 de dezembro daquele mesmo ano, pelo Exmo Sr. presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, circunstância que determinou sua frequência ao curso especializado instituído, constante de práticas orientadas pelo eminente e abalizado professor Alirio de Matos, cujo ciclo letivo foi de janeiro a junho de 1942, frequentando por aquele profissional.

Nestas condições, veio convenientemente preparado e aparelhado para emprestar o seu concurso na efetivação da feliz, oportuna e patriótica campanha de coordenadas geográficas, instituída por louvável e meritória iniciativa do Conselho Nacional de Geografia, empregando-se no exercício de suas atividades especializadas relacionadas com os trabalhos de levantamento de coordenadas geográficas de sedes municipais, objetivando a determinação de dezoto localidades distintas.

Infelizmente tais trabalhos sofreram solução de continuidade em virtude de ter o referido profissional cessado o exercício de suas atividades na aludida campanha, em razão dos motivos expostos no ofício que, nesse sentido, dirigiu ao Conselho Nacional de Geografia.

Tal fato determinou a este órgão regional a efetivação das necessárias diligências junto ao governo do Estado, no sentido de ser indicado um novo profissional à frequência do citado curso de especialização, imprescindível à formação de técnicos capacitados para a execução de tais serviços, de inestimável valia e resultados positivos no que concerne ao problema da precisão topográfica.

Forém baldos têm sido até aqui os esforços despendidos com o propósito de tornar possível essa indicação, resultante da exiguidade de técnicos no quadro do atual funcionalismo público do Estado.

No entanto, o engenheiro civil Alceu Trevisani Beltrão, exercendo as funções de engenheiro chefe da Divisão de Geografia, Terras e Colonização, do respectivo Departamento, em fins de 1944, determinou a coordenada geográfica da cidade da Lapa, a fim de poder precisar a sua posição exata na carta progressiva do Estado, em elaboração naquela dependência administrativa, deixando de fazê-lo com referência à cidade de Guarapuava em razão das condições pouco favoráveis do tempo, que impediram sua efetivação, pretendendo aquele profissional executar novas tentativas com possibilidade de êxito na estação invernal deste ano.

Com relação à campanha de coordenadas geográficas, este Diretório entrou em entendimento com o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, empenhado na execução dos serviços de colonização oficial na região Norte do Estado, a fim de que fosse aproveitado aquele profissional na determinação da coordenada geográfica das respectivas sedes coloniais, entre as quais, Paranavaí, Jaguapitã e Içara, além de outras duas a serem localizadas em glebas que estão sendo objeto dos serviços preliminares de medição e demarcação, nos municípios de Sertãoópolis e Apucarana.

Estas as razões que determinaram a quase paralisação da execução de tão importante serviço, apesar do empenho deste órgão regional

em sua efetivação, em parte conseguido mediante colaboração daquela dependência administrativa onde presta serviços o único profissional especializado existente.

Publicações — Fiel ao programa traçado de trazer ao conhecimento público fatos relativos à gente e terra do Paraná, como cabedal histórico-geográfico, este Diretório Regional não se tem descurado da publicação de obras que colimem aqueles objetivos, empenhando-se vivamente na sua divulgação.

Assim é que já foram publicadas várias obras de autoria de ilustres cientistas e historiadores patrióticos, as quais a título de esclarecimento, me vou referir indicando o título e autor:

N.º 1 — *Esboço da História do Oeste do Paraná* — Dr. Eurico Branco Ribeiro.

N.º 2 — *Quem somos e quantos somos* — Romário Martins.

N.º 3 — *Livro das Árvores do Paraná* — Romário Martins.

No ano de 1944 veio a lume a publicação n.º 4, intitulada *Terra e Gente do Paraná*, de autoria do brilhante historiador patriótico, Romário Martins.

Ainda se encontra no prelo para impressão a seguinte obra: — *Memória histórica, cronológica, topográfica e descritiva da vila de Morretes e do Pôrto Real, vulgarmente Pôrto de Cima*, de autoria de Antônio Vieira dos Santos e por ele oferecida à Câmara Municipal de Morretes, cuja cópia do respectivo original é constituída de 830 páginas de papel almaço manuscritas.

A outra publicação a ser impressa é de autoria do historiador, Romário Martins, intitulada *Rumos do Paraná*.

Inferese do exposto que, o Diretório Regional de Geografia desta Unidade Federada, não tem poupado esforços no que concerne às atividades de divulgação de obras pertinentes ao estudo da terra paranaense, em função da moderna ciência geográfica.

Divisão Territorial — Muito embora a fixação do novo quadro territorial do Estado, a vigorar no quinquênio 1944-1948, em função da Lei Orgânica Nacional n.º 311, de 2 de março de 1938, tivesse sido determinada pelo Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943 e matéria constante de referência consignada no relatório deste órgão regional, apresentado ao Conselho Nacional de Geografia a 30 de junho de 1944, se torna interessante e deveras oportuno trazer alguns dados e elementos que serviram de fundamento aos estudos relativos à elaboração do respectivo anteprojeto, no qual se fez sentir a influência desta dependência assessorada àquele egrégio Conselho.

De fato, a Comissão prevista pelo artigo 2.º, da Resolução n.º 118, de 6 de julho de 1942, foi integrada por dois membros do Diretório Regional de Geografia que, em harmonia de vistas e em colaboração com o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, colaborou junto àquela Comissão, no que diz respeito ao fornecimento de elementos cadastrais e dados históricos, bem como, na orientação e aplicação das normas sistematizadoras codificadas nas perspectivas emanadas do Conselho Nacional de Geografia.

Dentre estes por sua natureza de trabalho paciente e de afanosas pesquisas, circunstância determinante de sua referência neste breve

e sintético relato, destaca-se o estudo relativo à origem e desmembramento dos municípios do Estado do Paraná, oriundo da verificação da respectiva legislação e que serviu de base para a toponímia a ser adotada, em função da prioridade assegurada pelas instruções expedidas e relativas à data das respectivas denominações em confronto com as idénticas existentes.

Não será supérfluo ao ensejo e valendo-me da oportunidade, referir que, como decorrência de tais estudos e na conformidade do Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, o Quadro da Divisão Territorial Administrativa e Judiciária, a vigorar no quinquênio de 1944-1948, compreende 38 comarcas, 46 termos, 53 municípios e 160 distritos, segundo refere a discriminação constante do quadro incluso, onde se acham consignadas as áreas respectivas por distritos, anexando, também, um mapa do Estado com a divisão territorial administrativa.

Tendo em vista as alterações havidas na divisão territorial administrativa, acha-se este Diretório Regional empenhado atualmente na elaboração das novas cartas municipais, cuja execução está a cargo do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, como decorrência das demarques nesse sentido entabuladas com o governo do Estado.

Carta Progressiva do Estado — As referências feitas no relatório anterior acerca de elaboração da nova carta progressiva do Estado não inibe que sobre a mesma torne a me referir, para esclarecer estar na fase de ultimção, na dependência, apenas, do conhecimento de dados topográficos de uma pequena região, suscetíveis de correção.

Reorganização do Departamento de Geografia, Terras e Colonização — Este órgão regional tem a grata satisfação de poder levar ao conhecimento do egrégio Conselho Nacional de Geografia que, mediante proposta da Secretaria de Viação e Obras Públicas, cogita o governo do Estado da organização do atual Departamento de Geografia, Terras e Colonização, objetivando sua sub-divisão em três Diretorias, assim discriminadas: Diretoria de Geografia, Diretoria de Terras e Diretoria de Colonização.

No que se relaciona com as atividades geográficas, não padece dúvida alguma de que

se trata de uma iniciativa meritória e de grande alcance, em função dos objetivos oriundos do programa de ação traçado pelo Conselho de Geografia nesse setor especializado e de superior finalidade patriótica.

De fato assim é, porquanto convenientemente aparelhada essa Diretoria e com relativa autonomia, possuindo, igualmente, dotação orçamentária condizente com sua função e finalidade, o serviço geográfico será de muito beneficiado e de maior eficiência.

Não será temeridade a afirmativa de que será possível, desde que seja tornada efetiva a criação da Diretoria de Geografia, como consequência do plano proposto de reorganização do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, o início do serviço de estabelecimento das bases de triangulação do Estado, de alta valia e grande significação no terreno da precisão topográfica.

Além desses, outros que lhe são correlatos serão executados, como sejam, os de levantamento dos limites municipais, os de coordenação de dados, documentos sobre geografia do Estado, com o objetivo de seu melhor conhecimento físico, de coletânea e sistematização de dados e subsídios descritivos e técnicos destinados à elaboração do cadastro territorial do Estado e da sua estatística imobiliária, executando trabalhos geodésicos e topográficos, os de elaboração de uma carta geral e de folhas topográficas de municípios ou regiões.

Nestas condições, constitui motivo de justificado orgulho para este colégio eleitoral tal iniciativa, razão por que se congratula com esse egrégio Conselho pela sua oportuna e necessária efetivação.

Resumem-se na relato apresentada as atividades desenvolvidas por este Diretório Regional de Geografia, no período que decorre de 1 de julho de 1944 a 30 de junho de 1945, de restrita significação no âmbito das possibilidades que lhe são asseguradas, em parte supridas pelo desejo que sempre o animou de emprestar seu decidido apoio e irrestrita colaboração no exame da matéria submetida à sua apreciação e no debate das questões de caráter geográfico em que foi chamado a manifestar-se, objetivando satisfazer os propósitos oriundos de suas próprias funções, submetendo-o à elevada apreciação e superior julgamento desse egrégio Conselho.

Bibliografia

Apontamentos bio-bibliográficos

Rodolfo Garcia

Expressão das mais representativas da cultura nacional, nasceu o professor Rodolfo Augusto do Amorim Garcia aos 25 de maio de 1873, em Ceará-Mirim, Estado do Rio-Grande-do-Norte, sendo seus progenitores o Dr. Augusto Carlos do Amorim Garcia e D. Maria Augusta do Amorim Garcia. Coursou as Escolas Militares do Ceará e Rio-de-Janeiro, bem como a Faculdade de Direito do Recife, por onde, se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1908. Em Pernambuco, durante os anos de 1895-1912, exerceu o jornalismo e o magistério. Vindo para o Distrito-Federal, onde se acha radicado desde 1914, foi sub-secretário da Faculdade de Direito (do Rio-de-Janeiro), funcionário do Instituto Histórico e Geográfico, diretor do Museu Histórico e da Biblioteca Nacional, tendo se aposentado recentemente no exercício desta última função.

Convém assinalar ser o professor Rodolfo Garcia, consultor técnico sobre assuntos de bibliografia geográfica do Conselho Nacional de Geografia.

Bibliófilo, historiador e possuidor de cultura geral, deve-se a êle a seleção, prefácios e anotações de inúmeras obras clássicas em nosso patrimônio geográfico e histórico, obras que se tornaram preciosas raridades nas edições primitivas e cujas mais recentes e oportunas reedições constituem beneficio inestimável à cultura pátria. Estão no caso, para o exemplo as de: frei Vicente do Salvador, Kotzebue, padre Fernão Cardim e Varnhagem sobre quem escreveu um ensaio bio-bibliográfico. São de sua autoria as notas e a introdução da nova edição da notável obra *Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão.

Etnógrafo de nomeada, seduziu-o também o tema que constituiu a predileção e foi glória de Batista Caetano

e Teodoro Sampaio — a tupinologia. Neste terreno é de grande valia a contribuição legada pela sua erudição às letras científicas do país, merecendo especial menção os seguintes trabalhos: *Nomes de aves em lingua tupi*, *Etnografia indígena*, *Exotismos franceses originários da lingua tupi*. De sua autoria é ainda um substancioso *Dicionário de Brasileirismos*, editado em 1915.

O professor Rodolfo Garcia pertence à Academia Brasileira de Letras, Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro, de Pernambuco, Ceará e Alagoas, bem como à Sociedade Capistrano de Abreu da qual foi um dos fundadores.

Da sua bibliografia selecionam-se, pelo caráter geográfico, histórico e etnográfico que encerram os seguintes trabalhos:

I — *Dicionário de Brasileirismos*, Rio, 1915.

II — *Nomes de aves em lingua tupi*. (2.^a ed.) Rio, 1929.

III — *Glossário das palavras e frases da lingua tupi* in "Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan", par le R. P. Claude d'Abbeville, Paris, 1922.

IV — *Ensaio bio-bibliográfico sobre Francisco Adolfo de Varnhagem, visconde de Porto-Seguro*, 1928.

V — *Tratados da Terra e da Gente do Brasil*, do padre Fernão Cardim (introdução e notas). Rio, 1925. 2.^a ed., 1939.

VI — *Cartas do Brasil*, do padre Manuel da Nóbrega (notas). Rio, 1929.

VII — *Diálogos das Grandezas do Brasil* (notas) Rio, 1930.

VIII — *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, 3.^a edição (notas).

IX — *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil* (introdução e notas) — São-Paulo, 1929.

X — *História Geral do Brasil*, do visconde de Pôrto Seguro, 3.^a ed. (notas e comentários), 5 vols.

XI — *O Rio-de-Janeiro em 1823*, conforme a descrição de Otto Kotzebue, 1916.

XII — *O diário do padre Samuel Fritz* (introdução e notas).

XIII — *A Capitania de Pernambuco no governo de José César de Menezes* (1774-1787).

XIV — *Nomes geográficos peculiares ao Brasil* (in "Revista de Língua Portuguesa").

XV — *Etnografia indígena* (in "Dic. Hist. e Geogr." do Inst. Hist.).

XVI — *História das explorações científicas* (ibidem).

XVII — *Discurso de recepção, na Academia Brasileira de Letras*.

XVIII — *Os judeus no Brasil colonial*, in "Os judeus na História do Brasil", Rio, 1936.

XIX — *História do Colégio da Capitania de Pernambuco* (notas) in "Anais da Biblioteca Nacional", volume XLIX.

XX — *O Santo Ofício na Bahia em 1618* (introdução), ibidem.

XXI — *Documentos sobre o Tratado de 1750*, introdução e notas, ibidem.

XXII — *Cartas familiares de Luis Joaquim dos Santos Marrocos*, introdução e notas, ibidem, vol. LVI.

XXIII — *Maria Graham no Brasil*, introdução e notas, ibidem, vol. LX.

XXIV — *Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio-de-Janeiro e Minas-Gerais* (1833-1835) introdução e notas, ibidem, vol. LXII, 1942.

XXV — *História da República Jesuítica do Paraguai*, pelo cônego João Pedro Gay, 2.^a edição. Notícia bibliográfica e notas, 1942.

XXVI — *Catecismo da Doutrina Cristã na Língua Brasileira da Nação Kĩriri*, do padre Luís Vincêncio Mamlani (Edição fac-similar) introdução, 1942.

XXVII — *Exotismos franceses originários da língua tupi*, Rio, 1943.

R. S.

Registos e
comentários bibliográficos

LIVROS

GABRIEL SOARES DE SOUSA — *Notícia do Brasil* — Livraria Martins Editora — São-Paulo.

Não precisaríamos lembrar aqui o que representam os famosos trabalhos de Gabriel Soares, como fontes de estudo do Brasil.

Com o pitoresco dos velhos textos quinhentistas, onde os capítulos têm títulos saborosos — “Em que se declara que cousa é a mandioca”, por exemplo — as páginas dêste cronista são espelhos de paisagem física e social do Brasil do século XVI.

Sobre “Roteiro Geral do Brasil” e “Grandezas da Bahia”, as duas partes que compõem o trabalho de que estamos tratando, várias doutas opiniões têm sido enunciadas através do tempo.

Varnhagem falou dêste modo: “O Tratado Descritivo do Brasil (trata-se do nome sob o qual aparecem várias edições do trabalho de G. S. G.) por si constitui um monumento levantado pelo colono Gabriel Soares, à civilização, colonização, letras e ciências do Brasil de 1587”.

Foi a seguinte a opinião de Oliveira Lima: “O tratado de Gabriel Soares pode, pois, considerar-se um perfeito manual de propaganda da colônia, para uso dos governantes; e, de fato, encerra o inventário cuidadoso, circunstanciado, relativamente cabal das nossas riquezas”.

Fr. José Mariano da Concelção Velloso, monge brasileiro, foi o responsável pela primeira edição do Roteiro. Publicou-o sob o título: *Descrição Geográfica da América Portuguesa*.

Segundo Pôrto Seguro, Gabriel Soares nasceu em meados do século XVI, chegando ao Brasil no terceiro decênio da sua existência. Era irmão do bandeirante João Coelho de Sousa, desbravador audacioso.

Ele próprio, Gabriel Soares, seria bandeirante, além de senhor de engenho. Como tal palmilharia longamente o sertão baiano — até morrer perto do chamado Morro-do-Chapéu.

Das suas longas viagens, da observação atenta da vida brasileira, condensou as impressões nestas páginas agora reeditadas sob o título de *Notícia do Brasil*.

Os dois volumes da presente edição, com um total de quase 700 páginas, apresentam eruditas anotações, além de uma introdução, do Sr. Pirajá da Silva. Contêm, igualmente, magníficas ilustrações fotográficas.

Trata-se de um denso repositário de informes sobre o Brasil, tão úteis a nós outros, estudiosos de hoje, como o foram outrora aos simples curiosos da terra, emigrantes do Reino.

A. M.

★

DONALD PIERSON — *Teoria e Pesquisa em Sociologia* — Edições Melhoramentos — São-Paulo — 1945.

Já é bem conhecido nos centros culturais do nosso país, o nome dêste professor norte-americano que desenvolve atividades, há algum tempo, na Escola Livre de Sociologia e Política de São-Paulo.

Simple e dinâmico, duas qualidades aliás que apanagiam os compatriotas de Washington, o Sr. Donald Pierson trouxe aos estudos sociais no Brasil, a extraordinária contribuição da sua experiência.

Chegou em 1935, enviado pela Universidade de Chicago para empreender pesquisas sociais na Bahia. Permanecerá 22 meses no Salvador, decorrendo dos labôres então empreendidos, um trabalho intitulado *Negros in Brazil: A Study of Race Contact at Bahia*.

Esse trabalho foi publicado pela Universidade de Chicago, em 1942, fazendo jus ao prêmio Anisfield destinado ao “melhor trabalho sobre relações raciais”.

Contratado posteriormente para a E.L.S.P. de São-Paulo, o Sr. Pierson encontrou ali o ambiente propício a

um grande movimento de pesquisas sociais hoje estendido a quase todo o Brasil, sob sua inspiração direta.

"A Sociologia" — acha o professor Pierson — "trata dos processos pelos quais os indivíduos humanos, separados no espaço, capazes de existirem biologicamente apartados uns dos outros, combinam-se em unidade maiores, capazes de ação conjugada, isto é, em sociedades; e trata dos processos pelos quais essas unidades maiores se desintegram em suas partes isoladas originárias".

Frisa o professor Lourenço Filho, no prefácio que, como Cooley, o Sr. Pierson admite que a natureza original do homem é a mesma em toda parte, e que assim, o processo de socialização obedece às mesmas linhas essenciais, onde quer que existam agrupamentos humanos. Como Ralph Linton, confia também em que, na compreensão dos processos sociais pelo homem, terá este a sua maior conquista.

O presente volume reúne artigos publicados em jornais e revistas do Brasil e da América. Artigos, porém, que integram uma perfeita unidade, representando — como diz o autor — "uma modesta introdução à Ciência da Sociologia".

Repisa o Sr. Pierson que em ciência não pode haver *escolas*. A ciência nunca é nacional: ela é sempre universal. A medida que os sociólogos se voltam para a verificação das suas teorias e concentram a atenção sobre "coisas" mais que sobre "idéias", torna-se menos possível a existência de uma sociologia francesa, italiana, inglesa ou norte-americana...

Com 464 páginas, *Teoria e Pesquisa em Sociologia* é o trigésimo volume da "Biblioteca de Educação" da Cia. de Melhoramentos, coleção dirigida pelo Sr. Lourenço Filho.

A. M.

★

A. RONGEL — *Marés* — Diretoria de Navegação — Ministério da Marinha — Rio-de-Janeiro, 1945.

Estudo completo e geral do fenômeno das marés pelo especialista, capitão de fragata A. Rongel. O trabalho está dividido nos seguintes capítulos: "generalidades; previsão da maré semi-diurna — método não harmônico; análise harmônica da maré; relação entre

os constantes não harmônicos e os elementos da análise e harmônica; observação da maré; corrente de maré; marés fluviais; Tábuas". Na determinação de cada um aspecto ou modalidade considerada, o autor discrimina longamente as operações, as fórmulas e as combinações dos elementos dados que servem de base e instrumento para a obtenção dos resultados positivos.

★

BASÍLIO DE MAGALHÃES — *Teófilo Otôni* — Livraria Agir Editôra — Rio — 1945.

Na série de conferências promovida pelo Ministério da Educação em 1936, o Sr. Basílio de Magalhães teve oportunidade de estudar a personalidade de Teófilo Benedito Otôni. Esse, o trabalho agora divulgado.

Brasileiro dos mais flustres, misto de agitador e homem de gabinete, tendo legado copiosa bibliografia, o homem de quem trata o livro que temos sobre a mesa — bem merece um pouco de atenção das gerações modernas.

Combativo e nunca descuidado de sua Pátria, ele é um exemplo que a pena do seu biógrafo soube fixar magistralmente:

"Deputado provincial em 1835" — diz o autor — "Não só envidou Teófilo Otôni contribuir, com as luzes do seu aprimorado talento, para a solução de muitos dos problemas vitais de Minas; ensino público, estradas de rodagem e navegação dos rios de intercâmbio mercantil com a Bahia e o Espírito-Santo, como ainda prestou particular atenção aos motivos que acenderam a conflagração gaúcha e fizeram tremular ao sópro do minuano o pendão tricolor da República de Piratinim e da efêmera República Juliana".

As pátrias têm grandes dívidas com os seus filhos ilustres. Que eles sejam lembrados, sempre. Esta a única espécie de pagamento que se pode fazer aos mortos.

A. M.

★

CARNEIRO DE MENDONÇA, MARCOS — *O Intendente Câmara* — Livraria Agir Editôra — Rio — 1945.

Integrando a série "Nossos Grandes Mortos" da editora acima, o presente trabalho ocupa-se — nas suas 80 páginas — desse extraordinário Manuel

Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, "... único brasileiro, que pelo seu talento, enorme cultura, magníficas aptidões para o trabalho e grande ardor patriótico, chegou a ocupar a elevadíssima função de intendente geral das Minas e dos Diamantes do distrito Diamantido e comarca do Sêrro-do-Frio, da Capitania de Minas-Gerais..."

Biografia minuciosa, acompanhando todos os passos do herói, estas páginas não se limitam, porém, à cronologia monótona, ao relatório inexpressivo. É uma interpretação. Do homem, da época e das coisas.

Através dêle, a gente enxerga um pouco dêsse Período Colonial, que devemos conhecer bem, justamente para compreendermos o Brasil contemporâneo.

A. M.

★

RICARDO LUNA VEGAS — *Metodos de los censos de poblacion de las naciones americanas* — Estudio preliminar para el proyectado Censo Continental de 1950 — Inter American Statistical Institute — Project Series N.º 1. March, 1945. Washington.

Esta monografia é um sinal auspicioso de que a idéia lançada pelo Peru da realização em 1950 de levantamentos censitários de população simultâneos em todos os países do continente americano, com a utilização de métodos e padrões comuns, já é uma idéia vito-

riosa. Enquadrando-se nos trabalhos preparatórios previstos nas recomendações do autor da proposta, representa a presente pesquisa sôbre as condições em que se processaram os últimos censos em cada uma nação americana, uma contribuição valiosa no sentido do êxito da tão gigantesca tarefa.

J. M. C. L.

★

Etnografia e Língua Tupi-Guarani n.º 7 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São-Paulo, 1945.

Prosseguindo em seu esplêndido dinamismo a F. F. de São-Paulo deu-nos, com o presente boletim, um pequeno e erudito trabalho da Dra. Maria de Lourdes de Paula Martins, sob o título: *Nota sôbre relações verificadas entre o Dicionário Brasileiro e o Vocabulário na língua Brasileira*.

"A Nota" — a observação é do prof. Elínio Airoso, catedrático — "desloca completamente o rumo das pesquisas até agora levados a efeito relativamente à autoria do Dicionário Brasileiro.

Dispondo de elementos de que não dispúnhamos em 1934, é provável que a Dra. Paula Martins arrole uma série valiosa de provas para demonstrar que o *Vocabulário na Língua Brasileira* e a 2.ª parte do *Dicionário Brasileiro* são de autoria de Anchieta".

Interessa assim a todos os estudiosos brasilófilos.

A. M.

Periódicos

REVISTA GEOGRÁFICA AMERICANA
— Año XIII — Vol. XXIV — N.º
146 — Buenos-Aires, 1945.

Difundindo aspectos etnológicos, usos e costumes, especialmente dos povos d'êste continente a *Revista Geográfica Americana* constitui uma fonte de informações sôbre a atualidade dos tipos culturais que se encontram em fases diferentes de adiantamento, nesta parte do ecúmeno.

Eis o Sumário dos principais artigos contidos neste número:

Pergamino, progresista ciudad de la pampa bonaerense;

Catamarqueños;

Una visita a la pampa del Tamarugal;

Tupac Amará I.º y su refugio entre los manaries;

Una excursión a Santa Cruz de la Sierra (Bolivia).

J. M. C. L.

★

REVISTA DE ECONOMIA ARGENTINA — del Instituto Alejandro E. Bunge de Investigaciones Económicas y Sociales. Año XXVII — N.º 327 — Tomo XLIV. Setiembre, 1945 — Buenos-Aires.

Esta excelente revista especializada argentina nos oferece sempre através de suas páginas uma admirável variedade de estudos originais, comentários, informações, e interpretações críticas sôbre dados estatísticos referentes aos fatos econômicos e sociais daquele país bem como às condições que a êles se relacionam.

No número em referência merecem relêvo especial "La distribución de la población argentina, por zonas", resumo estatístico na forma de representações gráficas, e mais as colaborações seguintes: "La natalidad y la fecundidad en el campo y en las ciudades", por Carlos Correa Avila — no qual o autor com fundamento nos últimos censos deduz a tendência da fertilidade e da natalidade, globalmente e nas diferentes regiões da Argentina, dentro da classificação de população urbana, semi-urbana e rural — e "El problema

fundamental del país: aumentar su población", por Bernardino C. Horne — onde o autor faz um ligeiro exame do problema do desequilíbrio entre a economia e a população que já vem assumindo uma feição inquietadora na Argentina, achando que a solução para o caso só pode ser encontrada na imigração.

J. M. C. L.

★

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO e GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE-DO-SUL — Pôrto-Alegre — III Trimestre de 1945.

Este número insere vários trabalhos a propósito da comemoração do 25.º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul, transcorrido a 5 de agosto último, nos quais, reportando-se à sua história, os articulistas põem em relêvo as realizações que, ontem como hoje, honram aquela instituição cultural.

São partes salientes na matéria d'êste volume o artigo "Arquitetura e estatuária das missões"; por Carlos Galvão Krebs e a extensa compilação "Documentos sôbre a Colônia do Sacramento". A êste junta-se uma Bibliografia.

J. M. C. L.

★

CANADIAN GEOGRAPHICAL — Journal. Vol. XXXI. N.º 4. Montreal, 1945.

Publica vários artigos sôbre assuntos geográficos que, portanto, se inscrevem no seu programa que é de difundir aspectos e interpretações geográficas, no mais amplo sentido, especialmente do Canadá e do "Commonwealth" britânico. Eis o Sumário: "Canada's trade with the british dominions" — by Arthur L. Neal; "Malaya, land of perpetual afternoons" — by Ashley Gibson; "A story of canadian banking — With regard to foreign trade" — by C. M. Short; "DDT in Ontario's forests" — by A. P. Leslie; "The discovery of Manitoba" — by Lawrence J. Burpee; Editor's note-book.

J. M. C. L.

BOLETIN DE MINAS Y PETROLEO — Dirección General de Minas y Petróleo (Secretaría de la Economía Nacional). Mexico, 1945.

Publicação especializada contendo notas oficiais relativas à Mineração e ao Petróleo, Movimento de Concessões Mineiras e Revista de Revistas petrolíferas em junho de 1945.

★

ESTADISTICA — Journal of the Inter-American Statistical Institute. March, 1945 — Mexico.

Este número de *Estadística* contém, como matéria principal, o artigo do Sr. Ricardo Luna Vegas — Métodos de los Censos de Población de las Naciones Americanas — também impresso, separadamente, numa publicação especial do Instituto, que registamos noutro lugar desta secção. Inclui, ainda, informações sobre as atividades do Instituto, tópicos estatísticos e notas sobre publicações.

J. M. C. L.

★

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Ano VI — Janeiro-março de 1945 — N.º 21.

Novo número deste órgão do I. B. G. E. contando com a colaboração de conhecidos especialistas no ramo de conhecimentos a que a publicação está vinculada.

Os trabalhos apresentados no presente número compreendem temas de ordem geral e particular, como discrimina o Sumário que, a seguir, transcrevemos: *Nota sobre uma expressão geral das médias* — Milton da Silva Rodrigues; *A Estatística Didática no Brasil* — Paulo Pimentel; *Sobre um novo método de ajustamento pelos mínimos quadrados* — Jorge Kingston; *Funções de frequência e os momentos* — Luís de Freitas Bueno; *Estatísticas necessárias ao estudo e orientação da economia brasileira* — M. A. Teixeira de Freitas e João de Mesquita Lara; *A psicologia na estatística* — Alberto A. C. de Gusmão; *Guilherme de Sousa Pinto*; *Valores relativos de distribuição e de coordenação* — Alexander de Mo-

rais; *A lei do grande número, lei básica de estatística* — H. Franke; *Enganos em tabelas estatísticas* — Lauro Sodré Viveiros de Castro; *Esclarecimentos devidos* — O. A. M.; *Martim Francisco*; *Estudos de demografia interamericana* — Giorgio Mortara; *Aplicações do trabalho estatístico nos governos estaduais e municipais* — David M. Schneider. *Estatística da produção agropecuária*; *Informações gerais*; *Bibliografia*; *Legislação*; *Resenha*.

J. M. C. L.

★

AMERICA INDIGENA — organo trimestral del instituto indigenista interamericano. Vol. V — N.º 4. Mexico.

Órgão do Instituto Indigenista Inter-Americano, que fomenta estudos e pesquisas sobre a vida das populações indígenas americanas, esta publicação, graças à colaboração de destacados especialistas neste campo de estudos, realiza a finalidade de amplificar os conhecimentos existentes a respeito, despertando interesse pelos problemas econômicos e sociológicos, de cuja solução dependem o bem-estar e o progresso futuro destes núcleos remanescentes das raças autóctones. Inclui este tomo os seguintes artigos: "Dia de la Roza?" (Editorial); "El problema Yacui", por Edward H. Spicer; "El Indio Ecuatoriano y la Coca", por V. Gabriel Garcés; "Significado y valor practico del Folklore", por Alfonso Villa Rojas; "La producción agrícola y la industrialización de los Ejidatarios", por Manuel Gamio; "Indios do Brasil", I, por Amílcar A. Botelho de Magalhães; "El Maestro y el Médico en el mejoramiento", por Juan Comas.

J. M. C. L.

★

EL TRIMESTRE ECONOMICO — Fondo de cultura economica. Vol. XII — N.º 3 — Mexico, 1945.

Divulga trabalhos, de ordem geral e particular, dentro da esfera da sua especialidade, alguns focalizando importantes temas econômicos e financeiros, como se vê do sumário que, para aqui, trasladamos: "Factores que influyen en la balanza de pagos de Mé-

xico" — Agustin Luna Olmedo; "Bases de reajuste del orden cooperativo" — Antonio Garcia; "Producto nacional e ingreso nacional" — Raul Ortiz Mena; "El uso racional de los combustibles mexicanos" — Luis Toron; "Las aguas internacionales del norte de México y el Tratado de 1944" — Jorge L. Tamoyo; Documentos; Comentarios: Libertad,

planeación y Márquez, (crítica do artigo "Libertad planeación y Haik", assinado por J. Márquez, saído em um número anterior desta revista) — Victor L. Urquidi; Réplica; — J. Marquez; Notas Bibliográficas; Revista de Revisitas; Libros Recientes.

J. M. C. L.

Contribuição

bibliográfica especializada

Guatemala

Relação de mapas apresentados na exposição anexa à II Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia e Cartografia

Croquis de la Red de triangulación de
Primer orden.

1:300 000.

Sección de Ingeniería de la Secretaría
de Relaciones Exteriores.

Fotocópia.

0,228 x 0,722.

Mostra.

Frontera Internacional entre las repú-
blicas de Guatemala y Honduras.

Hoja n.º 1 — 1936.

1:25 000.

Comisión Técnica de Demarcación.

Côres das convenções cartográficas.

1,970 x 0,795.

Obs.: Mapa elaborado de acôrdo com
o art. IX da Convenção adicional
ao Tratado de Arbitragem cele-
brado em Washington, D.C., EE.UU.,
em 16 de julho de 1930.

Frontera Internacional entre las repú-
blicas de Guatemala y Honduras.

Hoja-A — 1936.

1:200 000.

Comisión Técnica de Demarcación.

Côres das convenções cartográficas.

0,887 x 0,870.

Obs.: idem.

Frontera Internacional entre las repú-
blicas de Guatemala y Honduras.

Hoja-B — 1936.

1:200 000.

Comisión Técnica de Demarcación.

Côres das convenções cartográficas.

0,887 x 0,870.

Obs.: idem.

Frontera Internacional entre las repú-
blicas de Guatemala y Honduras.

Hoja-C — 1936.

1:25 000.

Comisión Técnica de Demarcación.

Côres das convenções cartográficas.

0,799 x 1,100.

Obs.: idem.

Frontera Internacional entre las repú-
blicas de El Salvador y Guatemala.

Hoja-C — 1940.

1:200 000.

Comisión Mixta de Limites.

El Salvador — Guatemala, C. A.

0,490 x 0,541.

Obs.: Levantamento fotogramétrico
apoiado em rédes de triangulação
de primeira, segunda e tercelra or-
dens e poligonais taquimétricas.

Índice del proyecto, mostrando la loca-
lización y numero de cada una de
las 197 hojas que compondrán el
mapa general aerofotogramétrico
— Escala 1 por 40 000 — de 1940.

La República de Guatemala.

Sección de Ingeniería de la Secretaría
de las Relaciones Exteriores.

Fotocópia.

0,500 x 0,484.

Mapa índice de la zona fronteriza entre
El Salvador y Guatemala.

Hoja-A.

1:200 000.

Comisión Mixta de Limites.

El Salvador — Guatemala.

1 cór.

0,574 x 0,639.

Mapa preliminar de Guatemala.

Hoja n.º 9.

1:200 000.

Sección de Ingeniería de la Secretaría
de las Relaciones Exteriores.

Fotocópia.

0,924 x 0,626.

Mapa preliminar de Guatemala.

Hoja n.º 10 — 1943.

1:200 000.

Sección de Ingeniería de la Secretaría
de las Relaciones Exteriores.

Fotocópia.

0,923 x 0,626.

- Red de triangulación de primer orden, levantada sobre la zona fronteriza El Salvador — Guatemala.
1:200 000.
Cuerpo de Ingenieros de la Comisión Mixta de Límites, em 1937.
Fotocópia.
0,326 x 0,738.
- Red de triangulación de primero, segundo y tercera ordens, levantada sobre la zona fronteriza en los años de 1937-1939.
Hoja-B — 1 cór.
1:300 000.
Comisión Mixta de Límites.
El Salvador — Guatemala.
0,472 x 0,707.
- Sistema de control, por médio de poligonales topograficas, enlazadas a las principales redes de triangulación y estaciones astronomicas, para restituir las fotografias aéreas del território de la República de Guatemala.
1941.
1:1 000 000.
Sección de Ingenieria de Relaciones Exteriores.
República de Guatemala.
Fotocópia.
0,545 x 0,484.
- Situación de los principales arcos de triangulación entre Estados-Unidos y Panamá.
Escala aproximada em latitude 15°.
1:9 000 000.
Sección de Ingenieria de Relaciones Exteriores.
República Argentina.
Fotocópia.
0,352 x 0,563.
- Triangulación sobre picos y estribaciones de la Sierra Madre.
1944.
1:200 000.
Sección de Ingenieria de la Secretaria de Relaciones Exteriores.
Fotocópia.
0,626 x 0,785.
- Triangulación de primer orden en la República de Guatemala.
1944.
1:1 000 000.
Sección de Ingenieria de la Secretaria de Relaciones Exteriores.
Fotocópia.
0,545 x 0,434.
- Triangulación de primer orden en la República de Guatemala.
Hoja n.º 1.
1:1 000 000.
Sección de Ingenieria de la Secretaria de Relaciones Exteriores.
Fotocópia.
0,443 x 0,647.
Sección de Montecriste a la Quebrada Precipitada.

Retrospecto geográfico

e cartográfico

Revista Brasileira de Geografia

Índice dos trabalhos publicados nos números correspondentes
aos anos I a V — [1939-1943]

IX

- Quarta Assembléa do Instituto Pan-americano de Geografia e História*, matéria redacional, n.º 4, pág. 894, ano IV.
- Quarta Assembléa do Instituto Pan-americano de Geografia e História*, matéria redacional, n.º 4, pág. 687, ano V.
- Quarta reunião de geólogos e geofísicos argentinos*, matéria redacional, n.º 4, pág. 896, ano IV.
- Quarta sessão ordinária das A. Gerais dos CC.NN. de Geografia e de Estatística*, matéria redacional, n.º 3, pág. 671, ano III.
- Quarto aniversário do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica*, matéria redacional, n.º 1, pág. 149, ano V.
- Quarto centenário da morte de Copérnico*, matéria redacional, n.º 4, pág. 672, ano V.
- Quarto centenário do descobrimento do rio Amazonas*, matéria redacional, n.º 3, pág. 712, ano III.
- Quinta sessão ordinária das Ass. Gerais dos CC.NN. de Estatística e de Geografia*, matéria redacional, n.º 3, pág. 634, ano IV.
- Quinto Congresso da União Postal das Américas e Espanha*, matéria redacional, n.º 2, pág. 449, ano III.
- Radiação cósmica*, matéria redacional, n.º 3, pág. 688, ano III.
- Ratmundo de Moraes*, matéria redacional, n.º 4, pág. 902, ano III.
- Ratmundo Proença*, matéria redacional, n.º 3, pág. 672, ano IV.
- Recenseamento geral da República em 1940*, matéria redacional n.º 3, pág. 471, ano II.
- Recepção pelo I.B.G.E. aos Srs. governadores e interventores federais*, matéria redacional, n.º 1, pág. 93, ano II.
- Reconhecimento geográfico do vale do São-Francisco*, matéria redacional, n.º 3, pág. 511, ano V.
- Reforma dos serviços geográficos dos Estados do Paraná e da Bahia*, matéria redacional, n.º 4, pág. 894, ano IV.
- Regresso da expedição científica que esteve nas regiões limítrofes de vários Estados*, matéria redacional, n.º 4, pág. 891, ano IV.
- Relatório da Pres. do I.B.G.E., referente ao ano de 1941, apresentado ao chefe do Governo*, matéria redacional, n.º 2, pág. 390, ano IV.

- Relatório do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e Ementário das Resoluções aprovadas*, matéria redacional, n.º 1, pág. 109, ano II.
- Representação do Ministério da Guerra no D.C. do C.N.G.*, matéria redacional, n.º 1, pág. 155, ano III.
- Representação do Ministério da Aeronáutica no I.B.G.E.*, matéria redacional, n.º 3, pág. 692, ano III.
- Resenha do quarto trimestre de 1940 e primeiro de 1941*, matéria redacional, n.º 1, pág. 175, ano III.
- Resenha do ano de 1940*, matéria redacional, n.º 3, pág. 492; n.º 4, pág. 663, ano II.
- Resenha do 1.º semestre de 1941*, matéria redacional, n.º 2, pág. 457, ano III.
- Resenha do 2.º semestre de 1941*, matéria redacional, n.º 4, pág. 909, ano III.
- Resenha Geográfica*, matéria redacional, n.º 1, pág. 203, ano IV.
- Resolução n.º 18, de 12 de julho de 1938, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia*, que "provê à publicação da Revista Brasileira de Geografia", matéria redacional, n.º 1, pág. 7, ano I.
- Resoluções da 3.ª Sessão Ordinária da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia*, matéria redacional, n.º 1, pág. 117, ano II.
- Resoluções da 2.ª Sessão da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia*, matéria redacional, n.º 3, pág. 136, ano I.
- Resoluções da 4.ª Sessão Ordinária da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, de n.º 65 a 84*, matéria redacional, n.º 1, pág. 213, ano IV.
- Resoluções do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, da de n.º 1 à de n.º 19*, matéria redacional, n.º 94, pág. 675, ano II.
- Resoluções do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, da de n.º 20 à de n.º 39*, matéria redacional, n.º 1, pág. 195, ano III.
- Resoluções do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, da de n.º 51 à de n.º 60, n.º 4*, pág. 927, ano III.
- Resoluções do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, da de n.º 40 à de n.º 50*, matéria redacional, n.º 3, pág. 749, ano III.
- Restabelecimento do ensino da Geografia e da Corografia do Brasil como cadeira autônoma*, matéria redacional, n.º 1, pág. 149, ano III.
- Resultados preliminares do censo de 1940*, matéria redacional, n.º 1, pág. 157, ano IV.
- Reunião de geógrafos e professores brasileiros presidida pelo embaixador Macedo Soares*, matéria redacional, n.º 4, pág. 875, ano IV.
- Revista Brasileira de Estatística*, matéria redacional, n.º 3, pág. 482, ano II.
- Revista do Instituto Pan-Americano de Geografia e História*, matéria redacional, n.º 2, pág. 450, ano III.
- Sampaio Correia, (Prof.)*, matéria redacional, n.º 4, pág. 902, ano IV.
- Segunda Conferência Interamericana de Agricultura*, matéria redacional, n.º 4, pág. 896, ano IV.
- Segundo Congresso Interamericano de Municipalidades*, matéria redacional, n.º 2, pág. 448, ano III.
- Segundo Congresso Interamericano de Municípios*, matéria redacional, n.º 3, pág. 707, e n.º 4, pág. 895, ano III.
- Sexto aniversário do I.B.G.E. — Comemorado pela primeira vez o "Dia do Estatístico"*, matéria redacional, n.º 2, pág. 402, ano IV.

- Silogeu Brasileiro, Palácio da Cultura*, matéria redacional, n.º 3, pág. 490, ano II.
- Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*, matéria redacional, n.º 3, pág. 711, ano III.
- Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia*, matéria redacional, n.º 3, pág. 516, ano V.
- Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro, comemorou o seu 60.º aniversário, (A)* — matéria redacional, com ilustrações, n.º 3, pág. 504, ano V.
- Solenidades comemorativas do IV centenário do descobrimento do rio Amazonas*, matéria redacional, n.º 2, pág. 370, ano IV.
- Suplemento do indicador do ano I, 1939. Índice de assuntos*, n.º 1, pág. 148, ano II.
- Tenente coronel Lima Figueiredo no comando do 2.º Batalhão de Engenharia, (O)* — matéria redacional, n.º 3, pág. 490, ano II.
- Terceira Convenção Nacional de Engenheiros*, matéria redacional, n.º 3, pág. 659, ano IV.
- Terceiro aniversário da criação do Conselho Nacional de Geografia*, matéria redacional, n.º 2, pág. 271, ano II.
- Terceiro aniversário do S.G.E.F.*, matéria redacional, n.º 2, pág. 410, ano IV.
- Terceiro Congresso do Instituto Pan-Americano de Geografia e História*, matéria redacional, n.º 2, pág. 446, ano III.
- Terceiro Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*, matéria redacional, n.º 1, pág. 158, ano III.
- Terminologia geográfica*, matéria redacional, n.º 1, pág. 124; n.º 2, pág. 278; n.º 3, pág. 482; n.º 4, pág. 655, ano V.
- Tertúlias geográficas semanais*, matéria redacional, n.º 1, pág. 162, ano V.
- Trecho do rio Amazonas*, com ilustração, matéria redacional, n.º 4, pág. 121, ano I.
- Universitários visitam o C.N.G.*, matéria redacional, n.º 2, pág. 445, ano III.
- Variação da estimativa oficial da área do Brasil durante o período republicano* — com ilustração, n.º 1, pág. 83, ano II.
- Viagem de estudos a Fernando-de-Noronha*, matéria redacional, n.º 1, pág. 168, ano III.
- Viagem do secretário-geral do C.N.G., à Bahia*, matéria redacional, n.º 1, pág. 172, ano IV.
- Vigésima Terceira Reunião da American Geographical Union*, matéria redacional, n.º 4, pág. 693, ano V.
- Virgílio Várzea*, matéria redacional, n.º 1, pág. 199, ano IV.
- Visitas ao C.N.G.* — matéria redacional, n.º 4, pág. 661, ano II.
- Waldimir Köppen*, matéria redacional, n.º 2, pág. 452, ano III.
- William Bowie*, matéria redacional, n.º 2, pág. 450, ano III.

Boletim Geográfico*

Índice dos trabalhos publicados nos ns. 1 a 33

(AUTORES)

- ABREU, Capistrano de — *A Geografia do Brasil no início do século* — Ano I, n.º 4 — julho de 1943.
Uma apreção sobre o livro "Geografia do Brasil", de A. W. Sellin — Ano II — n.º 24 — março, 1945.
- ABREU, Luci Guimarães de — *Aspectos locais da Geografia do Estado do Rio* — (43.ª tertúlia realizada em 23 de novembro de 1943) ano I — n.º 10 — janeiro de 1944. *Excursão ao vale do rio Doce* — *Visita à cidade de Itabira e excursão à fazenda do Jirau* (71.ª tert. realizada a 4-7-1944) ano II — n.º 18 — set. 1944. *Complementos da comunicação sobre o Jirau* (76.ª tert. realizada a 8-8-1944) ano II — n.º 19 — out. 1944. Apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa-Catarina — *Viagem Laranjeiras* — Foz do Iguaçu (101.ª tert. realizada em 13-3-945) ano III — n.º 25 — abril, 1945.
- ALMEIDA, Laudemiro — *Introdução à Geografia Econômica e Humana do Nordeste* — ano II — n.º 22 — jan. 1945.
- ALMEIDA, Néelson Abel de — *Rio Doce* — ano I — n.º 7 — outubro, 1943.
- ALVES, Joaquim — *Adjunto ou mutirão* — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
- ALVES DE LIMA, Miguel — *Excursão de Belo-Horizonte a Nova Lima* (60.ª tert. realizada em 11 de abril de 1944) ano II — n.º 15 — junho, 1944. Apresentação do último relatório geral da excursão ao vale do rio Doce: a viagem Vitória — Cachoeira do Itapemirim (85.ª tert. realizada a 14-11-944) ano II — n.º 21 — dez. 1944.
- ALVES DE SOUSA, Antônia José — *Febre de mineração* — ano II — n.º 23 — fev. 1945.
- AMARANTE ROMARIZ, Dora de — *A peneplanície* — *O vale da Ribeira* — *A direção dos afluentes do rio da Ribeira. Visita a Curitiba e o desenvolvimento da cidade* (97.ª tert. realizada em 6-2-945) ano II — n.º 24 — março, 1945.
- ANDRADE PINTO, Prof.ª Gilda — *Região Norte* — ano I — n.º 11 — fev., 1944.
- ARBOS, Prof. P. — *A colonização* — ano II — n.º 28 — julho, 1945.
- ASFORA, Ferminio — *Revista Brasileira de Geografia* — Ano 4 — n.º 4 — julho, 1943.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS — *Uniformização da Terminologia Técnica Brasileira* — Ano I, n.º 2, maio, 1943.
- AZEVEDO, Prof. Aroldo — *Monografias Regionais* — (Planos sumários para pesquisas) ano I, n.º 9 — dez. 1943. *A imigração no Brasil de após-guerra* — ano I — fev. 1944 — n.º 11. *O ensino de Geografia europeia nos cursos secundários* — ano III — n.º 32 — nov. 1945.
- AZEVEDO, Prof. Portela de — *Por que naturologia?* — Ano I, n.º 5, agosto, 1943.
- BACKHEUSER, Prof. Everardo — *Tertúlias geográficas* — Ano I, n.º 2, maio, 1943.
Hipóteses de trabalho nas pesquisas geográficas (5.ª tertúlia realizada em 9-2-943). Ano I — n.º 3 — junho, 1943.
Religião em Antropogeografia. I — ano II — n.º 14 — maio, 1944.
Idem (II) — ano II — n.º 15 — junho, 1944.
Os fatos fundamentais da Geografia — ano II — n.º 16 — julho, 1944.

* A Redação insere no presente número o índice dos trabalhos publicados neste Boletim, por autor, correspondentes aos ns. 1 a 33. Como complemento, são publicadas, também, atendendo à ordem alfabética de títulos, as resenhas transcritas de outras publicações, bem como trabalhos redacionais. Oportunamente, será divulgado um índice por assunto.

- Novos fatos geográficos e sua repercussão no Brasil* — ano II — n.º 21 — dez., 1944.
- Engenheiros geógrafos* — Ano II — n.º 21 — Dez. — 1944.
- A planta atormentada da cidade* — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
- Crescimento da cidade do Rio-de-Janeiro* — ano III — n.º 29 — agosto, 1945.
- Os sambaquis do Distrito Federal* — ano III — n.º 32 — novembro, 1945.
- Geografia carioca: aspectos geológicos no tempo colonial* — ano III — n.º 32 — nov., 1945.
- Geografia carioca: Densidade demográfica* — ano III — n.º 31 — outubro de 1945. —
- BARBOSA**, Prof. Domingos — *A grafia de Itapecuru* — ano II — n.º 16 — julho, 1944.
- O que significa "carioca"?* — ano II — n.º 21 — dez., 1944.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO** — *Colonos e lavradores* — ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
- BARRETO**, M. — *O guriri. uma curiosidade regional* — ano I — n.º 11 — fev., 1944.
- BARROS BARRETO**, J., (Vêde Costa, Osvaldo) — *Índices sanitários do Brasil* — ano III — n.º 29 — agosto, 1945.
- BARROS LINS**, Min. João Alberto — *Cruzando o Brasil em tôdas as direções* — ano II — n.º 16 — julho, 1944.
- Problemas do Brasil Central* — ano II — n.º 24 — março, 1945.
- BASTIDE**, Roger — *O elemento negro* — ano II — n.º 22 — jan., 1945.
- BATISTA**, Djalma — *Araújo Lima e a Amazônia* — ano III — n.º 32 — nov., 1945.
- BECKE**, Dr. Alejandro Von Der — *A Ecologia* — ano I — n.º 11 — fev., 1944.
- BEHRE JÚNIOR**, Prof. Charles — *Geologia mineira em 1942* — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- BENNIGSEN**, Conde Emanuel — *Problemas demográficos* — ano III — n.º 28 — julho, 1945.
- BERLE**, JR., Adolf A. — *A evolução industrial dos Estados-Unidos* — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
- BERREDO**, Eng. Vinicius — *Atividades da Inspeção de O. contra as Sêcas com relação ao rio São-Francisco* — (28.ª tert. realizada em 27-7-943) ano I — n.º 28 — nov., 1943.
- BEZERRA DOS SANTOS**, Prof. Lindalvo — *Aspecto geral da vegetação do Brasil* — Ano I — n.º 5 — agosto, 1943.
- Campos do Sul* — ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
- Mapas da distribuição demográfica* (31.ª tert. realizada 17-8-943) ano I — n.º 9 — dez., 1943.
- Região Nordeste* — ano I — n.º 12 — março, 1944.
- Região Sul* — ano II — n.º 13 — abril, 1944.
- BITTENCOURT**, Prof. Agnelo — *O lastro conveniente de um programa de ensino rural na Amazônia* — ano III — n.º 33 — dezembro, 1945.
- BRANDT**, Dr. B. — *Geografia Cultural do Brasil* (I) — ano II — n.º 16 — julho, 1944.
- Idem (II) — ano II — n.º 17 — agosto., 1944.
- Idem (III) — ano II — n.º 18 — set., 1944.
- Idem (IV) — ano II — n.º 19 — out., 1944.
- Idem (V) — ano II — n.º 20 — nov., 1944.
- Idem (VI) — ano II — n.º 21 — dez., 1944.
- Idem (VII) — ano II — n.º 22 — jan., 1945.
- Idem (VIII) — ano II — n.º 23 — fev., 1945.
- BRANNER**, John Casper — *Caráter geográfico da zona dos lagos no Estado de Alagoas* — ano I — n.º 7 outubro, 1943.
- BRASIL**, Sousa — *Estudos geográficos* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- BRIQUET JÚNIOR**, Raul — *Conceito de ecologia* — ano I — n.º 7 — outubro, 1943.
- BRITO CONDE**, Dr. Hermínio de — *Fatores geográficos adjuvantes das endemias oculares no Norte do Paraná e nos Estados do Nordeste brasileiro* (104.ª tert. realizada em 3-4-945) ano III — n.º 26 — maio, 1945.
- CALÓGERAS**, João Pandiá — *Transportes arcaicos do Brasil* — ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.

- CÂMARA CASCUDO**, Luís da — *Vital de Oliveira e o Rio-Grande-do-Norte* — ano II — n.º 22 — Janeiro, 1945.
- CAMARGO MENDES**, Prof. Josué — *Professor Luciano Jaques de Morais* — ano I n.º 9 — dezembro, 1943. *Súmula da evolução geológica do Brasil* — ano III — n.º 30 — setembro, 1945.
- CAMPOS**, Gonzaga de — *Mapa florestal do Brasil (I)* — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
Idem (II) ano II — n.º 16 — julho, 1944.
Idem (III) ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
- CAPPER DE SOUSA**, Henrique — *Comunicação sobre uma viagem ao Araguaia — O Baixo curso até a confluência Tocantins - Araguaia* (72.ª tert. realizada em 11 de julho de 1944) ano II — n.º 18 — setembro, 1944.
- CARDOSO DE ABREU**, Eng. Artur — *A revisão toponímica* — ano I — n.º 9 — dezembro de 1943. *A nova divisão administrativa e judiciária do Brasil* — ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
- CARLI**, Gileno — *A indústria açucareira no Nordeste, no Estado do Rio e em São-Paulo* (45.ª tertúlia realizada a 7 de dez. de 1943) ano I — n.º 11 — fevereiro, 1944.
- CARNEIRO**, Orlando — *Toponímia tupi do polígono carioca* — ano I — n.º 7 — outubro, 1943.
- CARVALHO**, Daniel — *Ouro do Brasil* — n.º 21 — ano II — dezembro, 1944.
- CARVALHO**, Prof.ª Eloísa de — *Apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa-Catarina* — Trecho: Guarapuava - Laranjeiras (99.ª tertúlia realizada em 27-2-945) ano II — n.º 24 — março, 1945.
- CARVALHO**, Orlando M. de — *O rio São-Francisco* — Ano III — n.º 31 — outubro de 1945.
- CASTELO BRANCO**, Dr. José M. B. — *Importância dos rios acreanos na História e Geografia do Acre* (91.ª tert. realizada em 26-12-1944) ano II — n.º 22 — janeiro, 1945.
Afluentes do rio Juruá; o rio Purus e seus afluentes; o rio Abunã e o Javari; (93.ª tert. realizada em 9-1-945 — ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
Comunicação sobre o Território do Acre — Tentativas de desbravamento da região do Acre (113.ª tert. realizada em 12-6-945) ano III — n.º 28 — julho, 1945.
- CASTELO BRANCO**, R. P. — *Distribuição geográfica da carnaúba* — ano I — n.º 2 — maio de 1943.
- CASTRO BARRETO**, Prof. — *Imigração de após-guerra* — ano I n.º 5 — agosto, 1943.
- CASTRO**, Rui — *Os fenícios no Brasil* — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- CASTRO SOARES**, Prof. Lúcio — *Posição geográfica do Brasil* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
O vale do rio Doce: sua conquista e colonização — ano I — n.º 5 — agosto, 1945.
Hidrografia — ano I, n.º 6 — setembro, 1943.
A excursão ao Itatiaia (17.ª tertúlia realizada em 11-5-943) ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
Um ano de tertúlias geográficas — ano I — n.º 10 — janeiro, 1944.
A Geografia nos cursos de férias da A. B. E. — ano II — n.º 14 — maio, 1944.
Território do Amapá — ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
Território de Fernando-de-Noronha — ano II — n.º 19 — outubro, 1944.
- CAVALCANTE**, Eng. Brandão — *O problema do São-Francisco* (27.ª tert. realizada a 20-7-943) ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- CAVALCANTE**, Lísia — *Relatório geral de uma excursão a Macaé* (42.ª tertúlia realizada em 16-11-1943) ano I — n.º 10 — janeiro, 1944.
A viagem Belo-Horizonte - Sabará (62.ª tertúlia realizada a 25-4-1944) ano II — n.º 16 — julho, 1944.
Relatório geral da excursão ao pico da Conceição e à fazenda de Betânia (76.ª tert. realizada a 8-8-944) ano II — n.º 19 — outubro, 1944.
Relatório geral da excursão ao Paraná e Santa-Catarina — Viagem Rio- São-Paulo (96.ª tert. realizada em 30-1-945) ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
Excursão ao Paraná e Santa-Catarina: Londrina e a zona pioneira do N. W. do Paraná (114.ª tert. realizada em 19-6-945) ano III — n.º 28 — julho, 1945.

- CAVALCANTE, Valdemar — *Uma publicação útil* — ano II — n.º 16 — julho, 1944.
- CHEVELON, Padre Hipólito — *A região do Araguaia e rio das Mortes* — ano I — n.º 8 — novembro, 1943 (23.ª tert. realizada em 22-8-943).
- COELHO FILHO, Prof. Tomás — *Geograma geral* (Coluna geológica) ano III — n.º 32 — novembro, 1945.
- COMISSÃO DE ESTUDOS DAS QUEDAS D'ÁGUA — *Aproveitamento das quedas d'água* — ano I — n.º 2 maio, 1943.
- COOK, Robert — *O eucalipto — Navarro de Andrade, o seu incentivador* — ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
- COSTA, Osvaldo (Vêde Barros Barreto, J) —
- CORREIA FILHO, Eng. Virgílio — *Expedições científicas* — ano I — n.º 3 — junho, 1943.
- Assembléias gerais do I.B.G.E.* — ano I — n.º 11 — fevereiro, 1944.
- Dicionário Geográfico Brasileiro* — ano II — n.º 16 — julho, 1944.
- Cooperação cultural* — ano II — n.º 19 — outubro, 1944.
- Exposições de Geografia* — ano III — n.º 26 — maio, 1945.
- A propósito da Geografia* — ano III — n.º 29 — agosto, 1945.
- A propósito de imigração* — ano III — n.º 31 — outubro, de 1945.
- CORREIA NETO, Pedro — *Êxodo dos trabalhadores rurais* — ano II — n.º 20 — novembro, 1944.
- CORTESÃO, Jaime — *Comunicação sobre a orientação dada ao curso de História da Cartografia e Fronteiras do Brasil promovido pelo Itamarati* (59.ª tert. realizada a 4-4-1944) — ano II — n.º 15 — junho, 1944.
- COSTA, Angioni — *O povoamento do Brasil* — ano I — n.º 1 — abril, 1945.
- COSTA PEREIRA, Prof. José Veríssimo da — *Concursos de monografias de Aspectos Municipais* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- Reflexões à margem de quatro excursões geográficas* — ano I — n.º 5 — agosto, 1943.
- Pontos básicos para a organização de uma monografia geográfica regional* — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- Introdução ao estudo do vale médio do Paraíba* (29.ª tert. realizada em 3-8-943) — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- (30.ª tert. realizada em 10-8-943) — idem, idem.
- A Geografia na Universidade do Ar* — ano II — n.º 14 — maio, 1944.
- Evolução, conceito e método da Geografia* — ano II — n.º 22 — janeiro, 1945.
- A viagem Belo-Horizonte - Sabará* (62.ª tert. realizada a 25-4-944) — ano II — n.º 16 — julho, 1944.
- Traços essenciais da paisagem espiritosantense* (81.ª tert. realizada a 17-10-944) — ano II — n.º 20 — novembro, 1944.
- Apresentação do relatório geral da excursão ao vale do rio Doce — Vitória, a cidade e o porto* (82.ª tert. realizada a 24-10-944) — ano II — n.º 20 — novembro, 1944.
- Idem: *o porto de Vitória* (83.ª tert. realizada a 31-10-944) — ano II — n.º 20 — novembro, 1944.
- COSTA, Renato — *O transporte fluvial e lacustre na economia do Rio-Grande* — ano III — n.º 32 — novembro, 1945.
- CRETTON (Prof.) — *Campos e seus arredores — Topografia e Geologia* (54.ª tertúlia realizada a 15-2-1944) — ano II — n.º 14 — maio, 1944.
- CRETTON, Décio Ferreira — *Prof. Alberto José Sampaio* — ano I — n.º 5 — agosto, 1943. — *Engenheiro Alberto Ribeiro Lamego* — ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
- CROWTHER, E. M. — *Constituição dos solos* — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- DAGENAIS, Pierre — *Estudo do meio, base do ensino da Geografia* — ano II — n.º 18 — setembro, 1944.
- DAVIS, W. M. — *O espírito explicativo na Geografia moderna* — ano II — n.º 24 — março, 1945.
- DAVIS, Artur Raymond — *Crepúsculo dos Impérios coloniais* — ano I — n.º 3 — junho 1943.
- DEFFONTAINES, Pierre — *O que é a Geografia Humana* — ano I — n.º 3 — junho, 1943.
- Pequeno guia do viajante ativo* — ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
- Como se constituiu no Brasil a rede das cidades* (I) ano II — n.º 14 — maio, 1944.

- Idem (II) — ano II — n.º 15 — junho, 1944.
- Ensaio de divisões regionais e estudo de uma civilização pioneira — O Estado do Espírito-Santo* — ano II — n.º 19 — outubro, 1944.
- Observações geográficas durante uma viagem em avião de Buenos-Aires ao Chile sobre os Andes* — ano II — n.º 21 — dezembro, 1944.
- Regiões e paisagens do Estado de São-Paulo* — (1) — ano II — n.º 24 — março, 1945.
- Regiões e paisagens do Estado de São-Paulo* — (II) — ano III — n.º 25 — abril, 1945.
- Evolução dos transportes no Brasil para a aviação* — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
- A floresta a serviço do homem no Brasil* — ano II — n.º 28 — julho, 1945.
- O Paraíba, estudo de rio no Brasil* — ano III — n.º 30 — setembro, 1945.
- A população branca no Brasil* — ano III — n.º 32 — novembro, 1945.
- Visita ao atol das Rocas* — ano III — n.º 33 — dezembro, 1945.
- DELGADO DE CARVALHO, Prof. C. M. — *Geografia e Estatística* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- São-Paulo — A cidade das indústrias* — ano I — n.º 3 — junho, 1943.
- Geografia das línguas* — ano I — n.º 4 — julho, 1943.
- O Ensino da Geografia no curso de humanidade* — I e II — ano I — n.º 10 — janeiro, 1944.
- A orientação moderna* — ano I — n.º 12 — março, 1944.
- As regiões naturais máximas* — ano II — n.º 13 — abril, 1944.
- Uma concepção fundamental da Geografia moderna: "A Região Natural"* — ano II — n.º 13 — abril, 1944.
- A exposição geográfica* — ano II — n.º 19 — outubro, 1944.
- As três características do ensino geográfico* — ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
- O sentido geográfico* — ano III — n.º 25 — abril, 1945.
- Os dados morfológicos preliminares* — ano III — n.º 27 — maio, 1945.
- Compêndios e ilustrações* — ano III — n.º 30 — setembro, 1945.
- O estudo da paisagem* — ano III — n.º 32 — novembro, 1945.
- A evolução da Geografia Humana* — ano III — n.º 33 — dezembro, 1945.
- DIAS DA SILVEIRA, João — *Formação do geógrafo moderno* — ano III — n.º 29 — agosto, 1945.
- DOMINGUES, Otávio — *Nota preliminar sobre as regiões pastoris do Brasil* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- Problemas de zootecnia no Nordeste — O gado no sertão e no litoral* (53.ª tertúlia realizada em 8-2-944) — ano II — n.º 14 — maio, 1944.
- DUARTE, Eustáquio — *Problemas brasileiros de nosografia e Geografia Médica* — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- O problema da dispersão da esquistozomose no Brasil* (51.ª tertúlia realizada em 25-1-944) ano II — n.º 13 — abril, 1944.
- DUARTE SILVA, Carlos (tradução) — *O ensino da Geologia nos Estados Unidos* — ano I — n.º 9 — novembro, 1943.
- EDDINGTON, M. A., Arthur — *A recessão das galaxias* — ano I — n.º 3 — junho, 1943.
- EICHORN, Dr. Franz — *Uma expedição ao rio Araguari — A pororoca* — ano II — n.º 24 — março, 1945.
- ESPINDOLA, Regina Pinheiro Guimarães — *Apresentação do relatório geral de uma excursão a Cabo-Frio* (41.ª tertúlia realizada em 9-11-943) — ano I — n.º 10 — janeiro, 1944.
- Apresentação do relatório geral da excursão ao vale do rio Doce — Viagem Vitória - Linhares* (84.ª tert. realizada a 7-11-944) — ano II — n.º 21 — dezembro, 1944.
- Excursão ao Paraná e Santa-Catarina — Trecho Blumenau - Florianópolis - São-Francisco - Joinville* (109.ª tert. realizada em 11-5-1945).
- ESCRITÓRIO DE EXPANSÃO COMERCIAL DO BRASIL EM NEW YORK — *Principais repartições americanas* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA — *Programa de Geografia* — ano I — n.º 3 — junho, 1943.
- FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO-PAULO — *Programas de Geografia* — ano I — n.º 1 — Abril, 1943.

- FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO BRASIL** — *Programas de Geografia* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- FERNANDES, I. Xavier** — *Onomatologia toponímica (nomes geográficos em ia)* — ano III — n.º 31 —
- FERREIRA REIS, Artur César** — *Geografia amazônica* — ano I — n.º 10 — janeiro, 1944.
O fundamento político da autonomia amazonense — ano II — n.º 19 — outubro, 1944.
- FIGUEIREDO FILHO, J.** — *Mutirão ou adjunto* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- FONSECA, Sílvio da** — *Uma viagem realizada a Minas e Goiás — Uberlândia e seu rápido desenvolvimento* (65.^a tertúlia realizada em 16-5-944) — ano II — n.º 16 — julho, 1944.
- FRAGOSO, Eng. Marcolino** — *Expedição ao Veredão* — (10.^a tert. realizada em 23-3-943) — ano I — n.º 4 — julho, 1943.
- FRANÇA, Prof. Ari** — *O clima da cidade de São-Paulo — Situação da cidade, topografia* — (100.^a tert. realizada em 6-3-945) ano III — n.º 25 — abril, 1945.
- FRÓIS ABREU, Sílvio** — *Nordeste do Brasil* (I) — ano I, n.º 4 — julho, 1943.
Nordeste do Brasil (II) — ano I — n.º 5 — agosto, 1943.
II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
Carvão — ano II — n.º 16 — julho, 1944.
Petróleo — ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
Enxofre — ano II — n.º 18 — setembro, 1944.
Sal-gema — ano II — n.º 19 — outubro, 1944.
O problema dos sambaquis (I) — ano II — n.º 20 — novembro, 1944.
Idem (II) — ano II — n.º 21 — dezembro, 1944.
Viagem aos Estados- Unidos via Belém e Miami (46.^a tertúlia realizada em 14-12-1943) — ano I — n.º 11 — fevereiro, 1944.
Fisiografia do Paraná — A Bacia quaternária e os Planaltos Arqueano, Paleozóico e Mesozóico (87.^a tert. realizada em 28-11-944) — ano II — n.º 21 — dezembro, 1944.
- FRÓIS DA FONSECA, Alvaro** — *A raça Tupi Guarani, tronco comum de brasileiros e paraguaios* — ano I — n.º 3 — junho, 1943.
- G. A., J.** — *II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia* — ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
- GAIMER, Sir Donald St. Clair** — *A monarquia britânica* (I) — ano II — n.º 22 — janeiro, 1945.
- GALVÃO, Hélio** — *Mutirão e adjunto* — ano III — n.º 29 — agosto, 1945.
- GALVÃO, Mário Belfort** — *Professor Alvaro Astolfo da Silveira* — n.º 22 — ano II — janeiro, 1945.
Professor Agnelo Bittencourt — ano III — n.º 23 — julho, 1945.
- GARNER, Clement L.** — *Elementos e "data" geodésicos de referência no hemisfério ocidental* — ano I — n.º 12 — março, 1944.
- GEIGER, Prof. Pedro** — *Aspectos da Geomorfologia e Geografia Humana da região do Jalapão* (48.^a tertúlia realizada a 4 de janeiro de 1944) — ano I — n.º 12 — março, 1944.
Idem (48.^a tertúlia realizada em 11-1-944) — ano I — n.º 12 — março, 1944.
Idem (49.^a tertúlia realizada em 11-1-944) — ano I — n.º 12 — março, 1944.
A bacia do rio Preto — As veredas — A exploração econômica da região: os veredeiros (56.^a tertúlia realizada a 7-3-1944) ano II — n.º 14 — maio, 1944.
Estudo do trecho entre Rio e Mangaratiba — Angra-dos-Reis e Barra (95.^a tert. realizada em 23-1-945) ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
Apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa-Catarina — Trecho: Curitiba - Guarapuava (98.^a tert. realizada em 20-2-945) — ano II — n.º 24 — março, 1945.
Apresentação do último relatório geral da excursão ao Paraná e Santa-Catarina: a viagem Londrina - São-Paulo (115.^a tert. realizada em 26-6-945) — ano III — n.º 28 — julho, 1945.
- GOMES, Antônio Osmar** — *Mudança de nomes geográficos* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- GOMES, Pimentel** — *As chuvas e a densidade demográfica* — ano III — n.º 33 — dezembro, 1945.

- O nordeste do Brasil* — ano II — n.º 21 — dezembro, 1944.
- Problemas de Mato-Grosso* — ano III — n.º 31 — outubro, 1945.
- GONÇALVES, Alberto G. — *As zonas de pesca no Estado da Bahia* — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
- A guisa de programa para a Oceanografia* — ano III — n.º 30 — setembro, 1945.
- GONÇALVES, Eng. Alfeu Diniz — *Principais recursos naturais do Brasil e sua distribuição* (89.ª tert. realizada em 12-12-1944) — ano II — n.º 22 — janeiro, 1945.
- GUDIN, Eugênio — *Aproveitamento econômico da bacia Tocantins — Araguaia* — ano III — n.º 33 — dezembro, 1945.
- GUIMARAES, Cel. Adir — *A Carta do Brasil ao Milionésimo* — ano I — n.º 4 — julho, 1943.
- Fisiografia, hidrografia e zonas climáticas do Paraná* (90.ª tert. realizada em 19-12-1944) — ano II — n.º 22 — janeiro, 1945.
- Formação do povo paranaense e colonização do Paraná* — (92.ª tert. realizada em 2-1-1945) — ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
- GUSMÃO, Clóvis — *Documentação bibliográfica do Conselho Nacional de Geografia* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- HORNE, Bernardino C. — *O infra-consumo de produtos alimentícios na América* — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- INSTITUTO LA-FAYETTE — *Programas de Geografia* — ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
- INSTITUTO SANTA ÚRSULA — *Programas de Geografia* — ano I — n.º 5 — agosto, 1943.
- JAMES, Preston — *As terras cafeeiras do Brasil Sudeste* — ano III — n.º 29 — agosto, 1945.
- KAHLEROVA, A. — *Situação econômica do Brasil no pós-guerra* — ano II — n.º 24 — março, 1945.
- KEEN, B. A. — *As raízes procuram a água* — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- KLEEREKOPER, Herm — *Limnologia e biologia das lagoas e seus afluentes no litoral sul-riograndense* — ano II — n.º 21 — dezembro, 1944.
- KNOCHE, Walter — *Influência do homem sobre o clima* — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- KOIFFMAN, Prof.ª Fanny — *Excursão ao vale do Rio-Doce — a viagem Rio - Belo-Horizonte* (57.ª tert. realizada a 21 de março de 1944) ano II — n.º 15 — junho, 1944.
- Apresentação do relatório geral de um trecho da excursão ao vale do rio Doce: a viagem Monlevade - Nova-Era* (70.ª tert. realizada a 27-6-1944) ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
- LA BLACHE, P. Vidal de — *A Geografia na escola primária* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- Sentido e objeto de Geografia Humana* — ano II — n.º 13 — abril, 1944.
- LAUNAY, Louis de — *A Terra — sua estrutura e seu passado* (cap. I-II-III) — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- A Terra — sua estrutura e seu passado* (cap. IV-V-VI) — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- LEFÈVRE, Waldemar — *A origem dos congressos brasileiros de Geografia* — ano I — n.º 3 — junho, 1943.
- LEFÈVRE FILHO, Maurílio — *Sinopse geográfica* — ano I — n.º 5 — agosto, 1943.
- LEITÃO, Evaristo — *A reunião Hot Spring e o problema alimentar de após-guerra* — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- LEITE DE CASTRO, Eng. Christovam — *A nova divisão territorial do país* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- Boletim Geográfico* — ano I — n.º 4 — julho, 1943.
- Esquema estrutural do Museu Geográfico do Brasil* (12.ª tert. realizada a 6-4-1943) ano I — n.º 5 — agosto, 1945.
- Goiânia — a mais nova capital brasileira* — ano I — n.º 12 — março, 1944.
- Um ano de divulgação geográfica* — ano II — n.º 13 — abril, 1944.
- A criação do Serviço de Geografia e Cartografia* — ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
- Intercâmbio cultural internacional* — ano II — n.º 20 — novembro, 1944.
- Limites interestaduais* — ano II — n.º 21 — dezembro, 1944.
- A volta do Brasil ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História* — ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
- Perspectivas de 1945* — ano II — n.º 22 — janeiro, 1945.

- A sistemática da divisão territorial do País* — ano II — n.º 24 — março, 1945.
- Feliz coincidência* — ano III — n.º 25 — abril, 1945.
- Nono aniversário da instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* — ano III — n.º 26 — maio, 1945.
- Expedição científica ao sudoeste do Estado da Bahia* — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
- Biblioteca geográfica brasileira* — ano III — n.º 28 — julho, 1945.
- A 6.ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral* — ano III — n.º 29 — agosto, 1945.
- Aperfeiçoamento de professores de Geografia* — ano III — n.º 30 — setembro, 1945.
- Comunicação sobre a viagem aos Estados Unidos — Motivos da viagem (75.ª tert. realizada a 1-8-1944)* ano II — n.º 18 — set., 1944.
- Uniformização da Cartografia brasileira* — ano III — n.º 31 — outubro, 1945.
- IV Assembleia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História* — ano III — n.º 32 — novembro, 1945.
- A Biblioteca Pública de Manaus* — ano III — n.º 33 — dezembro, 1945.
- LEITE, Maria Ieda** — *Excursão ao vale do rio-Doce* — O trecho: "A cidade e a usina de Monlevade" (64.ª tert. realizada a 9-5-1944) — ano II — n.º 16 — julho, 1944.
- LEITE RIBEIRO, Min. Orlando** — *Brás Dias de Aguiar* — ano II — n.º 19 — outubro, 1944.
- LENZ CÉSAR, Hédio** — *Apresentação do relatório geral da excursão ao vale do rio-Doce — A Viagem Itabira - Governador-Valadares (77.ª tert. realizada a 5-9-1944)* — ano II — n.º 19 — outubro, 1944.
- LEONARDOS, Othon H.** — *Roderic Crandall, decano de nossos geólogos* — ano III — n.º 29 — agosto, 1945.
- LERNER, Prof.ª Léia** — *Excursão ao vale do rio-Doce: a excursão ao pico-do-Cauê (74.ª tert. realizada a 25-7-1944)* — ano II — n.º 18 — setembro, 1944.
- Apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa-Catarina: Viagem Curitiba - Joinville - Blumenau (106.ª tert. realizada em 17-4-1945)* — ano III — n.º 26 — maio, 1945.
- LICÍNIO CARDOSO, Vicente** — *Da Geografia como fator de unificação nacional (do livro Pensamentos Brasileiros)* ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
- LIMA FIGUEIREDO, Cel. José de** — *A geopolítica das nossas fronteiras* — ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
- Terras caídas* — ano III — n.º 26 — maio, 1945.
- Stradelli, um enamorado das selvas* — ano III — n.º 28 — julho, 1945.
- Selvícolas de Guaporé* — ano III — n.º 29 — agosto, 1945.
- LOBO, Hélio A.** — *Um obreiro anônimo da Geografia* — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- LÖFGREN, Axel** — *O clima através dos tempos* — ano III — n.º 31 — outubro, 1945.
- LOPES, Valdemar** — *Inquéritos rurais* — ano II — n.º 15 — junho, 1944.
- LUÍS, Pedro** — *Elogio do chimarrão* — ano I — n.º 3 — junho, 1943.
- MACEDO SOARES, Embaixador José Carlos de** — *Apresentação* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- MACEDO SOARES GUIMARÃES, Eng. Fábio** — *Esbôço geológico do Brasil* — ano I — n.º 3 — junho, 1943.
- O vale do Paraíba* — ano I — n.º 4 — julho, 1943.
- Relêvo do Brasil* — ano I — n.º 4 — julho, 1943.
- Problema do povoamento do Brasil (32.ª tert. realizada em 20-8-1943)* — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- Regiões naturais do Brasil* — ano I — n.º 11 — fevereiro, 1944.
- Região Leste* — ano I — n.º 12 — março, 1944.
- Região Centro-Oeste* — ano II — n.º 13 — abril, 1944.
- Território do Guaporé* — ano II — n.º 18 — setembro, 1944.
- Noções gerais de Climatologia (I)* — ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
- O estudo da Geografia e as regiões naturais* — ano I — n.º 24 — março, 1945.
- Noções gerais de Climatologia (II)* — ano III — n.º 26 — maio, 1945.
- Clima do Brasil* — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
- MACIEIRA, Anselmo** — *Ministro Francisco José de Oliveira Viana* — ano I — n.º 4 — julho, 1945.

- Henri Gorceix:** *passou despercebido o centenário do seu nascimento* — ano I — n.º 5 — agosto, 1943.
- Escoadouro para a lagoa Feia* — ano I — n.º 5 — agosto, 1943.
- Um animador* — ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
- A morte do africanista brasileiro monsenhor José Severino* — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- Auxílio aos "Fundos Universitários de Pesquisas"* — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- A Escola Nacional de Música e as pesquisas de folclore musical no Brasil* — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- Raça e demografia* — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- MAGALHÃES, Basílio** — *Os novos Territórios* — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- MARQUES, J. Quintiliano de A.** — *Conservação dos solos* — ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
- MARTINS NAPOLEÃO** — *O Piauí e o Nordeste* — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- MARTONNE, Emm. de** — *Humboldt e Ritter* — ano II — n.º 21 — dezembro, 1944.
- MATOS, Prof. Alírio Hungueney** — *I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia* — ano I — n.º 7 — outubro, 1943.
- Assuntos abordados na I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia: Cartas aeronáutica, "datum", mapas topográficos (44.ª tertúlia realizada a 30-11-1943)* ano I — n.º 11 — fevereiro, 1944.
- Comunicação sobre o emprêgo e funcionamento do Trimetragon — Cartas de reconhecimento de zonas não cartografadas (73.ª tert. realizada em 18-7-1944)* — ano II — n.º 18 — setembro, 1944.
- MAYRAND, Leon** — *O Canadá (34.ª tert. realizada em 14-9-1943)* — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- MELBY, John F.** — *Rio da borracha* — ano I — n.º 4 — julho, 1943.
- MELO, Segismundo** — *A próxima revisão do quadro territorial do Brasil* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- MENDES, Prof.ª Maria da Penha** — *Aspectos locais da Geografia do Estado do Rio (43.ª tertúlia realizada em 23-11-1943)* — ano I — n.º 10 — janeiro, 1944.
- MENNUCI, Sud** — *Demografia brasileira* — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
- MIBIELLI DE CARVALHO, Fernando** — *Mobilização da mão de obra* — ano I — n.º 7 — outubro, 1943.
- MIERES DE BOTTO, Prof.ª Blanca** — *Novos fatos geográficos* — ano III — n.º 20 — novembro, 1944.
- MIRANDA JORDÃO, Dr. Roberto** — *A mudança da capital do Brasil, sob o ponto de vista climático, estratégico e econômico (94.ª tert. realizada em 16-1-1945)*.
- MONITOR MERCANTIL** — *Aproveitamento das terras nos municípios paulistas* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- MONBEIG, Prof. Pierre** — *O estudo geográfico das cidades* — ano I — n.º 7 — outubro, 1943.
- Mapas de densidade da população do Estado de São-Paulo — Problemas sobre densidade demográfica (24.ª tertúlia realizada em 29-6-1943)* ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- O Homem e a Terra (Problemas de população no Brasil de após-guerra)* ano I — n.º 10 — janeiro, 1944.
- Estudos geográficos* — ano I — n.º 11 — fevereiro, 1944.
- Notas relativas à evolução das paisagens rurais no Estado de São-Paulo* — ano II — n.º 16 — julho, 1944.
- Os problemas geográficos do cacau no sul do Estado da Bahia* — ano II — n.º 24 — março, 1945.
- A zona pioneira do Norte — Paraná* — ano III — n.º 25 — abril, 1945.
- A Geografia no ensino secundário* — ano III — n.º 26 — maio, 1945.
- Questões demográficas francesas* — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
- A indústria e a Geografia* — ano III — n.º 28 — julho, 1945.
- A região do Cabo-Frio* — ano III — n.º 28 — julho, 1945.
- Pesquisas geográficas* — ano III — n.º 31 — outubro, 1945.
- MONTHLY SCIENCES NEWS** — *Galileu, Newton, Pascal e Halley* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.

- Como preparar um diagrama e perspectiva* — ano I — n.º 3 — junho, 1943.
- MOOJEN (Prof.) — *Bacia do São-Francisco* — (25.ª tertúlia realizada em 6-7-943) — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- MORAIS, Luciano Jaques de — *Minerais estratégicos* — ano I — n.º 11 — fevereiro, 1944.
- MORAIS RÊGO, Luís Flores de — *Geologia (I)* — ano II — n.º 14 — maio, 1944.
Considerações preliminares sobre a gênese e a distribuição dos solos do Estado de São-Paulo — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
- MORAIS, Cap. M. — *Características do relevo nordestino (região litorânea)* — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
Alguns aspectos climatológicos do Nordeste — ano III — n.º 28 — julho, 1945.
- MORAIS, Rubens Borba de — *Contribuição para a história do povoamento em São-Paulo até fins do século XVIII* — ano III — n.º 30 — setembro, 1945.
- MORTARA, Giorgio — *Os Territórios Federais recém-criados e seus novos limites* — ano II — n.º 16 — julho, 1944.
Problemas demográficos — ano II — n.º 19 — outubro, 1944.
- MOURA PESSOA, Prof.ª Maria Alice de — *Estudo sobre algumas tribos indígenas de Mato-Grosso* (38.ª tertúlia realizada em 12-10-943) — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- MOWRER, Ernest R. — *Estudo ecológico da cidade* — ano I — n.º 5 — agosto, 1943.
- MUSSO, Antônio José de Matos — *Matias Gonçalves de Oliveira Roxo* — ano II — n.º 16 — julho, 1944.
- NICHOLAS, William H. — *Levantamento cartográfico de um mundo em guerra* — ano III — n.º 30 — agosto, 1945.
- NOGUEIRA DE MATOS — *Os congressos brasileiros de Geografia* — ano II — n.º 20 — novembro, 1944.
Tertúlia — ano II — n.º 24 — março, 1945.
História serena e equilibrada — ano III — n.º 28 — julho, 1945.
Congresso brasileiro de Geografia — ano II — n.º 19 — outubro, 1944.
- NUNES PEREIRA — *A utilização da carne de jacaré na Amazônia* — ano II — n.º 14 — maio, 1944.
- OLIVEIRA, Alípio Leme de — *Um esclarecimento do diretor do Observatório de São-Paulo* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- OLIVEIRA, Beneval — *A ciência geográfica e as realidades nacionais* — ano I — n.º 4 — julho, 1943.
Problema demográfico brasileiro (33.ª tert. realizada em 30-8-943) — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
A zona litorânea do norte catarinense (67.ª tert. realizada a 6 e 8 de junho, 1944) — ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
Reconhecimento geográfico no vale do Iguçu e no rio-Negro (79.ª tert. realizada a 26-9-1944) ano II — n.º 19 — outubro, 1944.
Comunicação sobre uma excursão a Corupá e arredores, no Estado de Santa-Catarina (107.ª tert. realizada em 24-4-1945) — ano III — n.º 26 — maio, 1945.
Apresentação das observações da excursão de Corupá a Serra-Alta, Mafra e Itaiópolis (110.ª tert. realizada em 15-5-1945) — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
- OLIVEIRA, Eusébio Paulo de — *Fontes de energia do Brasil* — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
Geologia estratigráfica do Brasil — ano II — n.º 13 — setembro, 1944.
Geologia — ano II — n.º 24 — março, 1945.
A Marinha de Guerra e os recursos minerais do Brasil — ano III — n.º 26 — maio, 1945.
- OLIVEIRA, Leônidas P. de — *Localizado o nascedouro do Orinoco* — ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
- OLIVEIRA ROXO, Matias de — *O vale do Amazonas (I)* — ano II — n.º 22 — janeiro, 1945.
A Paleontologia, seu objetivo, divisão e utilidade. Coluna geológica — ano III — n.º 28 — julho, 1945.
Introdução à Geologia e à Paleontologia — ano III — n.º 29 — agosto, 1945.
- PÁDUA, Ciro T. de — *Arrendamento de terras na agricultura* — ano III — n.º 32 — novembro, 1945.
- PAIS LEME, Alberto Betim — *Os fatores geográficos na economia do Brasil* — ano III — n.º 26 — maio, 1945.
- PARAIM, Orlando — *O mestiço brasileiro* — ano III — n.º 30 — setembro, 1945.

- PARR, A. E. — *A Geografia em casa* — ano I — n.º 4 — jul. 1943.
- PAULA, José Maria de — “*Ofens de paz*” junto aos Xavantes! — II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
- PEDROSA, Carlos — *A divisãõ administrativa e judiciária a nível quinquênio 1944-1948* — I — n.º 1 — abril, 1943.
- Os engenheiros e a obra cultural do Conselho Nacional de Geografia* — ano I — n.º 2 — abril, 1943.
- Nossas riquezas minerais e a guerra* — ano I — n.º 4 — maio, 1943.
- Professor Everardo Backhuser* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- Professor Américo Furtado de Simas* — ano I — n.º 7 — outubro, 1945.
- Ministro Bernardino José de Sousa* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- Avelino Inácio de Oliveira* — ano I — n.º 3 — junho, 1943.
- Comentário sobre o livro “O Ciclo do Carro de Bois no Brasil”* — ano II — n.º 13 — abril, 1944.
- Professor Carlos Delgado de Carvalho* — ano II — n.º 13 — abril, 1944.
- PELUSO JÚNIOR, Vitor A. — *O estudo geográfico dos limites municipais* — ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
- PEREIRA DA SILVA, Luciano — *O futuro Código Rural* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- PIERSON, Donald — *A teoria de Maltus* — ano I — n.º 4 — julho, 1943.
- Um animador* — ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
- Estudo das cidades* — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- PIMENTEL GOMES — *O Nordeste no Brasil* — ano II — N.º 21 — dezembro, 1944.
- PINA, Com. Armando — *Estudo sobre a plataforma continental do Brasil e a pesca* (37.ª tert. realizada a 5-10-943) — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- PINI NETO, Luis — *Expedição ao rio das Mortes: Barra do Garças, etc.* (88.ª tert. realizada a 5-12-944) — ano II — n.º 22 — janeiro, 1945.
- PINZÓN, Cap. Eng. Rafael Convers — *De Puerto Alfonso Lopez (Rio - Meta - Colômbia) a Buenos-Aires (Argentina)* — ano III — n.º 29 — agosto, 1945.
- POMFRET, John E. — *A Geografia Humana e a Cultura* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- POMPEU SOBRINHO, Tomás — *A nova toponímia cearense* — ano II — n.º 13 — abril, 1944.
- POOLE, Ten. Cel. Sideman — *Geografia de após-guerra* — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- PÓRTO DOMINGUES, Prof. Alfredo José — *A baixada — As meias laranjas — A serra — O vale do Paraíba — Bacias terciárias de Resende, Taubaté e São-Paulo, etc...* (96.ª tert. realizada em 30-1-945) — ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
- Apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa-Catarina: Trecho São-Paulo - Curitiba* — (97.ª tert. realizada em 6-2-945) — ano II — n.º 24 — março, 1945.
- Apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa-Catarina: Curitiba - Paranaguá* (103.ª tert. realizada em 27-3-1945) — ano III — n.º 25 — abril, 1945.
- PRADO JÚNIOR, Caio — *Problemas de povoamento e a pequena propriedade* — ano I — n.º 12 — março, 1944.
- Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São-Paulo* — ano III — n.º 29 — agosto, 1945.
- O fator geográfico na formação e no desenvolvimento do Estado de São-Paulo* — ano III — n.º 31 — outubro, 1945.
- PRAZERES, Oto — *As terras da fronteira* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- Organização dos Territórios* — ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
- PROENÇA, M. Cavalcante — *Página sobre o cavalo do Nordeste* — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- PRUNES, Prof. Lourenço Mário — *Plano de estudo de uma excursão geográfica* — ano I — n.º 5 — agosto, 1943.
- RABELO, Clarindo de Queirós — *Geólogos e engenheiros de minas* — ano III — n.º 26 — maio, 1945.
- RAJA GABAGLIA, Prof. F. A. — *A propósito de Aires do Casal* — ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
- A propósito da Geografia Urbana* — ano I — n.º 10 — janeiro, 1943.
- Em torno da divisão territorial do Brasil* — ano II — n.º 18 — setembro, 1944.

- Concepção de Suess e de Wegener acerca do relevo terrestre* — ano III — n.º 26 — maio, 1945.
- Ratzel* — ano III — n.º 30 — setembro, 1945.
- Aspectos gerais da fisiografia das regiões fronteiriças* — (I) — *A região das Guianas* — ano III — n.º 33 — dezembro, 1945.
- RAJA GABAGLIA, Prof. J. C. — *Da observação dos afloramentos* — ano I — n.º 7 — outubro, 1943.
- RAMOS, Walny — “*Voçoroca*” — ano II — n.º 22 — janeiro, 1945.
- RANDALL, Robert H. — *Normas de precisão de mapas topográficos* — ano III — n.º 30 — setembro, 1945.
- II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia* — ano III — n.º 31 — outubro, 1945.
- RANGEL, Alberto — *A cordilheira marítima* — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- RETISBONNA, Leandro — *Vêde SERRA*, Adalberto
- REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO (n.º 1, ano III) — *População estrangeira em quatro Estados brasileiros* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- RIBEIRO, Antônio João — *Sambaquis* — n.º 15 — ano II — junho, 1944.
- RIVINGTON, S. H. — *Padrão de vida no Brasil* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- R. NETO, Américo — *Viajar no espaço — Viajar no tempo* — ano I — n.º 5 — agosto, 1943.
- ROBLES, Prof. Humberto A. — *Brasil, expoente da ciência geográfica* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- ROBLEDO, Dr. Emílio — *A febre amarela na América-do-Sul* — ano I — n.º 7 — outubro, 1943.
- RODRIGUES, Cel. Lísias — *Aspectos do Brasil Central, o Paraná - Tocantins* (68.ª tert. realizada a 14-6-944) — ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
- A Transbrasiliana* — ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
- Território do Tocantins* — ano I — n.º 9 — dezembro de 1943.
- RODRIGUES PEREIRA, Renato — *Formador principal de um rio* (4.ª tertúlia realizada a 2-2-943) — ano I — n.º 3 — junho, 1943.
- RODRIGUES DE SOUSA, Eng. Dalmi — *Novos levantamentos de coordenadas geográficas* — (50.ª tertúlia realizada em 18-1-944) — ano II — n.º 13 — abril, 1944.
- RUPELLAN, Prof. Francis — 3.ª tertúlia (realizada a 19-1-943) — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- Rios franceses* (9.ª tertúlia realizada a 16-3-943) — ano I — n.º 4 — julho, 1943.
- A região da cachoeira de Itaparica* (13.ª tertúlia realizada a 13-4-943) — ano I — n.º 5 — agosto, 1945.
- Região meridional de Minas-Gerais e a evolução do vale do Paraíba* (21.ª tertúlia realizada em 8-6-943) — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- Problemas a serem estudados na bacia do São-Francisco* (26.ª tert. realizada a 15-7-943) — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- Excursão ao vale do rio Doce — A organização e itinerário* (57.ª tert. realizada a 21-3-944) — ano II — n.º 15 — junho, 1944.
- O litoral — A serra — o vale do Paraíba. Debates dos problemas geomorfológicos e o futuro de Angra-dos-Reis* (95.ª tert. realizada a 23-1-945) — ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
- Comparação das três bacias terciárias* (96.ª tert. realizada em 30-1-945) — ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
- SALES, Franklin — *Uma tarefa patriótica* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- SAMPAIO, A. J. de — *A criação do Museu Geográfico do C.N.G.* — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- A Fitogeografia na escola primária* — ano I — n.º 9 — dez., 1943.
- Iniciação de geógrafos nos princípios da arte e na sua filosofia* — ano II — n.º 15 — junho, 1944.
- SANCHEZ, Eng. Pedro C. — *Evolução da Geografia* — ano I — n.º 5 — agosto, 1943.
- A Geodésia através da História* — ano III — n.º 31 — outubro, 1945.
- SANTOS, Graziela de Azevedo — *O algodão* — ano II — n.º 24 — março, 1945.
- SCHMIDT, Prof. J. C. Junqueira — *Regime de chuvas e enchentes no Rio-Grande-do-Sul* (1.ª tertúlia semanal realizada em 4-11-942) — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- 2.ª tertúlia realizada em 12-1-943 — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- Observações meteorológicas* (8.ª tertúlia realizada a 2-3-943) — ano I — n.º 4 — julho, 1943.
- A Região de Belo-Horizonte, Lagoa-Santa, Lapinha* (61.ª tert. realizada a 18-4-944) — ano II — n.º 16 — julho, 1944.

- SCHUCHERT, Charles — *A hipótese do deslocamento continental* — I — ano I — n.º 10 — janeiro, 1944.
Idem — II — ano I — n.º 11 — fevereiro, 1944.
- SECÇÃO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS DO C. N. G. — *Divisão regional do Brasil* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- SEGADAS VIANA, Maria Teresinha de — *Apresentação do relatório geral da excursão ao vale do rio Doce — O trecho Governador-Valadares - Vitória* (80.^a tert. realizada a 3-10-1944) — ano II — n.º 20 — novembro, 1944.
- SEKELJ, Tibor — *Comunicação sobre duas ascensões ao Aconcágua. Histórico das primeiras ascensões* (108.^a tert. realizada em 4-5-1945) — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
- SELLA, Conde de La Vega del — *Teoria da glaciação quaternária pelos deslocamentos polares* — ano III — n.º 26 — maio, 1945.
- SELLIN, A. W. — *A pororoca* — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
Vegetação do Brasil — ano III — n.º 29 — agosto, 1945.
- SEREBRENICK, Salomão — *As variedades dos solos brasileiros* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
O clima do Brasil — Elementos e tipos climáticos — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
- SERRA, Dr. Adalberto — *A circulação geral atmosférica da América-do-Sul* (102.^a tert. realizada em 20-3-1945) — ano III — n.º 25 — abril, 1945.
- SERRA, Adalberto (Vêde RATISBONNA, Leandro) — *As ondas de frio da bacia Amazônica* — ano III — n.º 26 — maio, 1945.
O clima do Rio-de-Janeiro — ano III — n.º 28 — julho, 1945.
- SETZER, José (tradução de) — *As plantas da borracha na Rússia* — ano II — n.º 15 — junho, 1944.
Noções gerais de Pedologia — ano II — n.º 24 — março, 1945.
Comunicação sobre a terra roxa no Estado de São-Paulo (63.^a tert. realizada a 3-5-1944) — ano II — n.º 16 — julho, 1944.
O clima do Estado de São-Paulo (78.^a tert. realizada a 19-9-1944) — ano II — n.º 19 — outubro, 1944.
- SILVA, Eng. Moacir M. F. — *Toponímia ferroviária* — ano I — n.º 5 — agosto, 1943.
Os gentílicos dos novos Territórios — ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
Os Territórios Federais — ano I — n.º 10 — janeiro, 1944.
A Geografia e a Estética — ano I — n.º 12 — março, 1944.
O grande censo brasileiro de 1940 — ano II — n.º 15 — junho, 1944.
A rodovia Transbrasiliana — ano II — n.º 24 — março, 1945.
- SILVA, Moacir Paixão — *Cidade e hinterlândia — Zoneamento de povoadores da Amazônia* — ano II — n.º 18 — setembro, 1944.
- SILVA, Raimundo Demócrito da — *A pesca no Brasil* — ano II — n.º 20 — novembro, 1944.
- SILVA, Romão da — *Francisco Rädler de Aquino* — ano III — n.º 25 — abril, 1945.
Basílio de Magalhães — ano III — n.º 31 — outubro, 1945.
Breve história de um rio: o Parnaíba — ano III — n.º 25 — abril, 1945.
- SILVEIRA BUENO — *Impressões de Santa-Catarina* — ano III — n.º 30 — setembro, 1945.
- SILVEIRA, Prof. Luís da — *Impressões de uma viagem realizada em 1920 à Abissínia* (39.^a tert. realizada a 19-10-1943) — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- SIMAS PEREIRA, Gilvandro — *Expedição à região do Jalapão* (6.^a tertúlia realizada a 16-2-1943) e (7.^a tert. realizada a 23-2-1943) — ano I — n.º 3 — junho, 1943.
As expedições científicas e o conhecimento do Brasil — ano I — n.º 8 — novembro, 1943.
As divisas entre os Estados de Goiás e Bahia — ano II — n.º 18 — setembro, 1944.
A expedição do Jalapão e vale do rio Prêto (47.^a tert. realizada em 28-12-1943) — ano I — n.º 12 — março, 1944.
Comunicação sobre o Planalto Ocidental da Bahia. Formações geológicas. O clima. Tipos de vegetação (111.^a tert. realizada em 22-5-1945) — ano III — n.º 27 — junho, 1945.
- SIMONPIETRI, André — *Atividades cartográficas nos Estados- Unidos* (58.^a tert. realizada a 28-3-1944) — ano II — n.º 15 — junho, 1944.

- SOBROSA NUNES, Joaquim** — *Ventos predominantes em Vitória* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- SPINDEN, Prof. Herbert H.** — *Antigas civilizações americanas* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- SOUSA, Prof. Colombo de** — *A seca, sua incidência e medidas para minorar seus efeitos* (55.ª tert. realizada a 29-2-944) — ano II — n.º 14 — maio, 1944.
- SWING, Raymond Gram** — *A contribuição dos engenheiros para a invasão da Europa* — ano III — n.º 31 — outubro, 1945.
- TATE, G. H. H.** — *Notas sobre a região do Monte Roraima* — ano III — n.º 33 — dezembro, 1945.
- TAUNAY, Afonso de E.** — *Engenharia colonial paulista* — ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
Contribuição do Museu Paulista à cultura nacional — ano III — n.º 32 — novembro, 1945.
- TEIXEIRA DE FREITAS, M. A.** — *A celebração do "Dia do Município"* — ano I — n.º 3 — junho, 1943.
- TEIXEIRA LEITE, Edgar** — *Vazios demográficos e ocupação econômica* — ano I — n.º 4 — julho, 1943.
- TESTA, J.** — *Os fenômenos meteorológicos e a lavoura cafeeira* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- THE ADVANCEMENT OF SCIENCE** (vol. II, n.º 5, Londres, 1942) — *Declaração de princípios científicos em face da guerra* — ano I — n.º 2 — maio, 1943.
- THÖRNDIKE JR., Joseph J.** — *Geopolítica* — ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
- TIOMNO, Prof.ª Mariam** — *Apresentação do relatório geral da excursão ao vale do rio Doce* — *A excursão de Monlevade a São-Domingos-do-Prata e fazenda São-Julião* (69.ª tert. realizada a 20-6-944) — ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
Apresentação do relatório geral da excursão a Guaratinguetá, Cunha e Parati (86.ª tert. realizada a 21-11-944) — ano II — n.º 21 — dezembro, 1944.
O relevo litorâneo de Parati — Angra-dos-Reis — Mangaratiba e a ocupação humana (95.ª tert. realizada em 23-1-945) — ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
- Apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa-Catarina. Trecho: Curitiba - Londrina e visita à fazenda de Monte-Alegre* (112.ª tertúlla realizada em 5-6-945) — ano III — n.º 28 — julho, 1945.
- UCHOA, Prof. Júlio Benevides** — *A tendência urbanista da população do país* — ano I — n.º 1 — abril, 1943.
- VALLAUX, Camille** — *A Geografia* — ano II — n.º 20 — novembro, 1944.
- VALVERDE, Orlando** — *O porto de Santos* — ano I — n.º 7 — outubro, 1943.
Impressões da viagem ao São-Francisco — Regiões naturais do vale (40.ª tertúlla realizada a 26-10-943) — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
Como organizar a bibliografia de um trabalho científico — ano II — n.º 20 — novembro, 1944.
- VASCONCELOS, Salomão de** — *Por que "Juiz-de-Fora"?* — ano II — n.º 23 — fevereiro, 1945.
- VASCONCELOS TORRES (Prof)** — *Alimentação e outros aspectos da Geografia Humana das zonas canavieiras* (52.ª tertúlla realizada em 1-2-944) — ano II — n.º 17 — agosto, 1944.
- VENANCIO FILHO, Prof. F.** — *Expedições geográficas* — ano I — n.º 5 — agosto, 1943.
A Carta do Brasil ao Milionésimo — ano I — n.º 6 — setembro, 1943.
- VIANA FILHO, Luís** — *Amigos do São-Francisco* — n.º 23 — ano II — fevereiro, 1945.
- WERNICKE, Edmundo** — *Conceitos geográficos toponímicos e gentílicos* — ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
- WHITTEMORE, Katherine Thomas** — *Organização de uma unidade em Geografia Matemática* — ano III — n.º 25 — abril, 1945.
- WILLEMS, Prof. Emilio** — *Efeitos seletivos das migrações internas* — ano II — n.º 14 — maio, 1944.
- YATES, F.** — *A revolução na Estatística* — ano II — n.º 13 — abril, 1944.
- ZARUR, Jorge** — *A aviação e a Geografia* — ano I — n.º 7 — outubro, 1943.
Excursão ao vale do São-Francisco — ano I — n.º 9 — (35.ª tert. realizada em 21-9-943) — dezembro, 1943.

- (36.^a tert. realizada em 28-9-1943)
— ano I — n.º 9 — dezembro, 1943.
Fundação Brasil Central — ano I
— n.º 12 — março, 1944.
A secção de comentários — ano II
— n.º 15 — junho, 1944.
- * * *
- A bacia do Prata e o progresso do oeste brasileiro* — ano I, n.º 2 — maio de 1943.
A beleza de um gesto — ano I, n.º 1 — abril de 1943.
Aboios do sertão — ano I, n.º 10 — janeiro de 1944.
A Academia de Cultura Guarani — ano I, n.º 1 — abril de 1943.
Academia da História Americana dos Franciscanos — ano II, n.º 14 — maio de 1944.
A cidade universitária — ano I, n.º 6 — outubro de 1943.
A conferência de Belém — ano I, n.º 3 — junho de 1943.
Aerofotogrametria de zonas agrícolas — ano I, n.º 1 — abril de 1943.
A Escola de Estado Maior do Exército — Programa de Geografia — ano I, n.º 10 — janeiro de 1944.
A Geografia do Distrito Federal no ensino primário — ano III, n.º 26 — maio de 1945.
A Geografia como arte e como filosofia — ano I, n.º 6 — setembro de 1943.
A Geografia e a Pintura — ano I, n.º 6 — setembro de 1943.
A "Hora dos Prefeitos" — ano I, n.º 1 — abril de 1943.
A igreja e a seca — ano I, n.º 8 — novembro de 1943.
Anuário Estatístico do Brasil — ano I, n.º 9 — dezembro de 1943.
Ante-projeto do Instituto Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia "Iptimigeo" para a compilação de um mapa geológico-econômico da América-do-Sul — ano III, n.º 26 — maio de 1945.
A política imigratória do Brasil — ano II, n.º 24 — março de 1945.
A população de fato do Distrito Federal e a sua distribuição por zonas e circunscrições — ano II, n.º 22 — janeiro, 1945.
A proclamação do embaixador Macedo Soares aos geógrafos brasileiros — ano I, n.º 4 — julho de 1943.
- A propósito da criação dos novos Territórios Federais* — ano I, n.º 7 — outubro de 1943.
A questão da homogeneidade toponímica — ano I, n.º 7 — outubro de 1943.
A reunião do Cai — ano I, n.º 2 — maio de 1943.
A tarefa básica do censo geral do país — ano I, n.º 9 — dezembro de 1943.
A Transbrasiliana — ano I, n.º 7 — outubro de 1943.
Aumento do mar territorial do Brasil — ano I, n.º 9 — dezembro de 1943.
Bibliotecas municipais — ano II, n.º 14 — maio de 1944.
Boa vizinhança — ano II, n.º 23 — fevereiro de 1945.
Boletim do Ministério do Exterior — Valor da produção industrial em 1940 — ano I, n.º 1 — abril de 1943.
Bolívia — ano I, n.º 9 — dezembro de 1943.
Cartógrafo mecânico — ano II, n.º 23 — fevereiro de 1945.
Casa do Estudante do Brasil — Programas de Geografia — ano I, n.º 4 — julho de 1943.
Centenário do engenheiro Paula Freitas — ano I, n.º 2 — maio de 1943.
Centenário de Ratzel — ano II, n.º 15 — junho de 1944.
Ciclo de conferências amazônicas — ano I, n.º 2 — maio de 1943.
Ciclo fluminense da eletricidade — ano I, n.º 8 — novembro de 1943.
Climas fabricados — ano I, n.º 12 — março de 1944.
Climatologia médica — ano I, n.º 6 — outubro de 1943.
Colômbia — ano I, n.º 11 — fevereiro de 1944.
Concurso de monografias de 1943 — (14.^a tertúlia realizada a 20-4-1943) — ano I, n.º 5 — agosto de 1943.
Concurso de monografias municipais de 1943 — (15.^a tertúlia realizada a 27-4-1943) ano I — n.º 5 — agosto, 1943.
Congressos de carburantes (I) — ano I, n.º 3 — junho de 1943.
Congresso de Icó — ano I, n.º 7 — outubro de 1943.
Congresso de Geografia — ano II, n.º 19 — outubro de 1944.

- Contribuições para o Museu Geográfico — Geomorfologia da região do Itatiaia — O termo "Inselberg" — A delimitação do maciço nefelino (22.^a tertúlia realizada em 15-6-943) — ano I, n.º 8 — novembro de 1943.*
- Contribuições para o Museu Geográfico — Mapa da distribuição demográfica do Brasil — Mapa da faixa de fronteiras — Cartograma da divisão municipal — (31.^a tert. reallizada a 17-8-943) — ano I, n.º 9 — dezembro, 1943.*
- Cooperação necessária — ano I, n.º 5 — setembro de 1943.*
- Costa-Rica — ano I, n.º 12 — março de 1944.*
- Cuba — ano II, n.º 13 — abril de 1944.*
- Debates sobre os "fatores geográficos adjuvantes das endemias oculares no norte do Paraná e nos Estados do Nordeste brasileiro" — (105.^a tert. reallizada em 10-4-945) — ano III, n.º 26 — maio de 1945.*
- Depoimento de viajantes — ano I, n.º 5 — agosto de 1943.*
- De quem é a prioridade? — ano I, n.º 6 — setembro de 1943.*
- Deslocamento de população — ano I, n.º 9 — dezembro de 1943.*
- Distribuição geográfica e nomenclatura dos cristãos não católicos — ano II, n.º 14 — maio de 1944.*
- Dois antigos atlas do Brasil — ano I, n.º 6 — setembro de 1943.*
- Efeitos da sêca prolongada na região amazônica — ano I, n.º 3 — junho de 1943.*
- El Salvador — ano II, n.º 14 — maio de 1944.*
- Equador — ano II, n.º 15 — junho de 1944.*
- Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza — Programa de Geografia — ano I, n.º 8 — novembro de 1943.*
- Escolhidos os "conjuntos paisagísticos" como normas para a organização do Museu Geográfico — Comunicação sobre a bacia terciária de Resende — (18.^a tertúlia realizada a 18-5-943) — ano I, n.º 7 — outubro de 1943.*
- Estados-Unidos-da-América — ano II, n.º 16 — julho de 1944.*
- Expedição ao monte Aconcágua — ano I, n.º 6 — setembro de 1943.*
- Fatores geográficos — ano II, n.º 16 — julho de 1944.*
- Exploração científica no Nordeste — ano I, n.º 1 — abril de 1943.*
- Geografia e Estatística — ano I, n.º 2 — maio de 1943.*
- Guatemala — ano II, n.º 17 — agosto de 1944.*
- Hatti — ano II, n.º 18 — setembro de 1944.*
- Honduras — ano II, n.º 19 — outubro de 1944.*
- Instituto de Educação (curso normal) Programa de Geografia — ano I, n.º 9 — dezembro de 1943.*
- Julgado o primeiro "Concurso de Monografias de Aspectos Municipais" — ano I, n.º 3 — junho, 1943.*
- Limites Alagoas - Pernambuco — ano I, n.º 5 — agosto de 1943.*
- Linguas faladas no lar e conhecimento do português no Paraná — ano II, n.º 22 — janeiro de 1945.*
- Localização, idéia fundamental da Geografia moderna — ano I, n.º 4 — julho de 1943.*
- Martimiano Bonfim — Um precursor — ano I, n.º 9 — dezembro de 1943.*
- Massa trabalhista do Brasil — ano I, n.º 3 — junho de 1943.*
- Material bibliográfico — ano II, n.º 20 — novembro de 1944.*
- México — ano II, n.º 20 — novembro de 1944.*
- Modificações no Código de Minas — ano I, n.º 7 — outubro de 1943.*
- Monografias municipais — ano II, n.º 15 — junho de 1944.*
- Monumento aos bandeirantes — ano I, n.º 1 — abril de 1943.*
- Museu Científico — Os inestimáveis serviços do famoso Museu Smithsonian de Washington — ano III, n.º 33 — dezembro de 1945.*
- Mutirão — Uma forma de solidariedade — ano I, n.º 6 — setembro de 1943.*
- Nicarágua — ano II, n.º 21 — dezembro de 1944.*
- Não se efetuou a XXVIII Reunião do Congresso Internacional de Americanistas — ano I, n.º 2 — maio de 1943.*
- Nomes esquecidos — ano I, n.º 6 — setembro de 1943.*
- Nova câmara zenital para determinar pontos sobre o mapa — ano III — n.º 27 — junho, 1945.*
- O abastecimento do vale amazônico — ano I, n.º 3 — junho de 1943.*
- O centenário do selo brasileiro — ano I, n.º 8 — novembro de 1943.*
- O centenário de Taunay — ano I, n.º 5 — agosto de 1943.*
- O couro e a civilização — ano I, n.º 5 — agosto de 1943.*
- O conhecimento da Geografia do Brasil — ano I, n.º 10 — janeiro de 1944.*

- O ensino do tupi* — ano I, n.º 6 — setembro de 1943.
- O êxodo rural* — ano II, n.º 24 — março de 1945.
- Oito anos de proveitosos serviços* — ano I, n.º 2 — maio de 1943.
- O monumento a Rio Branco* — ano I, n.º 8 — novembro de 1943.
- O nome da capital baiana* — ano I, n.º 3 — junho de 1943.
- O parque internacional Livramento - Rivera* — ano I, n.º 5 — agosto de 1943.
- O petróleo e a civilização moderna* — ano II, n.º 22 — janeiro de 1945.
- O problema dos "inselbergs" ou colinas com paredes escarpadas que se elevam acima da superfície de Campos (20.ª tertúlia realizada a 1-6-943)* — ano I, n.º 7 — outubro de 1943.
- O rio São-Francisco: seus problemas, suas soluções* — ano I, n.º 7 — outubro de 1943.
- Organização do Museu Geográfico* — (16.ª tertúlia realizada em 4-5-943) — ano I, n.º 6 — setembro de 1943.
- O saneamento da Amazônia* — ano I, n.º 9 — dezembro de 1943.
- O Sr. M. A. Teixeira de Freitas no "Livro do Mérito"* — ano I, n.º 8 — novembro de 1943.
- Os estudos municipais e o censo nacional de 1940* — ano I, n.º 9 — dezembro de 1943.
- Os termos regionais e o ante-projeto do Código Rural* — ano I, n.º 3 — junho de 1943.
- O tempo* — ano III, n.º 25 — abril de 1945.
- O tipo regional do vaqueiro* — ano I, n.º 1 — abril de 1943.
- Outro viajante estrangeiro* — ano I, n.º 6 — setembro de 1943.
- Panamá* — ano II, n.º 22 — janeiro de 1945.
- Panorama da Geografia nos Estados- Unidos — As escolas norte-americanas — A Geografia no ensino: Escolas primárias, secundárias e universidades — Geografia aplicada, na administração e na guerra — Comunicação sobre a excursão a Campo-Belo e ao Itatiaia — Tipos de relêno, encontrados na Mantiqueira e na serra do Mar (19.ª tertúlia realizada a 25-5-943)* — ano I — n.º 7 — outubro de 1943.
- Paraguai* — ano II, n.º 23 — fevereiro de 1945.
- Parques florestais dos municípios* — ano I, n.º 2 — maio de 1943.
- Parque Nacional da Serra dos Órgãos* — ano I, n.º 1 — abril de 1943.
- Peru* — ano II, n.º 24 — março de 1945.
- População recenseada e população estimada do Estado do Rio-de-Janeiro* — ano II, n.º 23 — fevereiro de 1945.
- Primórdios da indústria do petróleo nos Estados- Unidos* — ano III, n.º 28 — julho de 1945.
- Prioridade da Geografia* — ano II, n.º 17 — agosto de 1944.
- "Que é a raça?"* — ano I, n.º 3 — junho de 1943.
- Questitos formulados para organização de monografias histórico-corográficas municipais* — ano I, n.º 5 — agosto de 1945.
- Regiões seringueiras matogrossenses* — ano I, n.º 7 — outubro de 1943.
- República Argentina* — ano I, n.º 8 — novembro de 1943.
- Reservas mundiais de energia hidráulica* — ano III, n.º 27 — junho de 1945.
- Seminário sobre aspectos geográficos da imigração no Brasil. A imigração européia e a dos países latino-americanos. Os problemas da imigração e colonização (ata do 1.º Seminário de Estudos Geográficos, realizados em 24-7-945)* — ano III, n.º 30 — setembro de 1945.
- Serviço de navegação do Prata* — ano I, n.º 8 — novembro de 1943.
- Situação demográfica do Brasil* — ano I, n.º 7 — outubro de 1943.
- Sociedade Mineira de Geo-Estatística* — ano I, n.º 5 — agosto de 1943.
- Sugestões em torno do X Congresso Brasileiro de Geografia* — ano II, n.º 23 — fevereiro de 1945.
- Sugestões para o concurso de monografias municipais* — (15.ª tertúlia realizada em 27-4-943) — ano I, n.º 6 — setembro de 1943.
- Tertúlia geográfica* — ano I, n.º 8 — novembro de 1943.
- Toponímia brasileira* — ano I, n.º 8 — novembro de 1943.
- Um estudo dos núcleos de povoação* — ano I, n.º 8 — novembro de 1943.
- Um pôrto para o norte fluminense* — ano I, n.º 10 — janeiro de 1944.
- Uniformizações toponímicas* — ano I, n.º 2 — maio de 1943.
- Universidade do Ar — Programa de Geografia* — ano I, n.º 7 — outubro de 1943.
- Uruguai* — ano III, n.º 25 — abril de 1945.
- Venezuela* — ano III, n.º 28 — julho de 1945.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário dos decretos-leis publicados no período de 15 de novembro a 15 de dezembro de 1945 *

Decreto-lei n.º 8 171, de 14 de novembro de 1945
— “Cria cargos isolados de provimento efetivo e suprime funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências”.

“Diário Oficial” de 17-11-945.

Decreto-lei n.º 8 172, de 14 de novembro de 1945
— “Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde”.

“Diário Oficial” de 21-11-945.

Decreto-lei n.º 8 173, de 14 de novembro de 1945
— “Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 125 000,00 para pagamento de subvenção extraordinária à União dos Escoteiros do Brasil”.

“Diário Oficial” de 21-11-945.

Decreto-lei n.º 8 174, de 14 de novembro de 1945
— “Cobrança judicial de taxa de consumo de água no Distrito Federal”.

“Diário Oficial” de 27-11-945.

Decreto-lei n.º 8 175, de 14 de novembro de 1945
— “Revoga o Decreto-lei n.º 8 040, de 4 de outubro de 1945”.

“Diário Oficial” de 21-11-945.

Decreto-lei n.º 8 176, de 14 de novembro de 1945
— “Revoga o Decreto-lei n.º 4 693, de 16 de setembro de 1942”.

“Diário Oficial” de 24-11-945.

Decreto-lei n.º 8 177, de 16 de novembro de 1945
— “Da atribuição dos juizes eleitorais”.

“Diário Oficial” de 16-11-945.

Decreto-lei n.º 8 178, de 19 de novembro de 1945
— “Torna sem efeito a concessão outorgada ao governo do Estado do Rio-Grande-do-Sul pelo Decreto n.º 19 293, de 30 de julho de 1945 e dá outras providências”.

“Diário Oficial” de 20-11-945.

Decreto-lei n.º 8 179, de 19 de novembro de 1945
— “Acrescenta dois parágrafos do art. 2.º do Decreto-lei n.º 8 097, de 16 de outubro de 1945”.

“Diário Oficial” de 27-11-945.

Decreto-lei n.º 8 180, de 19 de novembro de 1945
— “Reorganiza o Quadro de Intendência da Aeronáutica”.

“Diário Oficial” de 26-11-945.

Decreto-lei n.º 8 181, de 19 de novembro de 1945
— “Divide o território nacional em Distritos Navais e dá outras providências”.

“Diário Oficial” de 23-11-945.

Decreto-lei n.º 8 183, de 19 de novembro de 1945
— “Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 179 250,00, para despesas com a Delegação do Brasil à Conferência Técnica Preparatória sobre questões marítimas”.

“Diário Oficial” de 23-11-945.

Decreto-lei n.º 8 184, de 19 de novembro de 1945
— “Cria e extingue cargos no Ministério da Guerra e dá outras providências”.

“Diário Oficial” de 28-11-945.

Decreto-lei n.º 8 185, de 19 de novembro de 1945
— “Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências”.

“Diário Oficial” de 23-11-945.

Decreto-lei n.º 8 186, de 19 de novembro de 1945
— “Dispõe sobre o processo e julgamento dos crimes da competência do extinto Tribunal de Segurança Nacional”.

“Diário Oficial” de 24-11-945.

Decreto-lei n.º 8 187, de 19 de novembro de 1945
— “Dispõe sobre o pessoal em exercício no extinto Tribunal de Segurança Nacional”.

“Diário Oficial” de 24-11-945.

Decreto-lei n.º 8 188, de 20 de novembro de 1945
— “Dispõe sobre o afastamento de Prefeitos Municipais”.

“Diário Oficial” de 20-11-945.

Decreto-lei n.º 8 189, de 20 de novembro de 1945
— “Concede pensão especial a Júlia Prudente de Moraes, filha de Prudente de Moraes Barros, ex-Presidente da República”.

“Diário Oficial” de 23-11-945.

Decreto-lei n.º 8 190, de 20 de novembro de 1945
— “Restabelece cargo e dá outras providências”.

“Diário Oficial” de 23-11-945.

* Decreto-leis ainda não publicados: 8 182, 8 223, 8 224, 8 227, 8 233, 8 234, 8 240, 8 242 a 8 244, 8 246, 8 247, 8 269, 8 290, 8 312, 8 356, 8 361, 8 362, 8 366.

- Decreto-lei n.º 8 191, de 20 de novembro de 1945**
— “Disposições relativas ao curso comercial básico e a seus atuais alunos da terceira e quarta séries”.
“Diário Oficial” de 27-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 192, de 20 de novembro de 1945**
— “Dispõe sobre a concessão anual de bolsas de estudos na Escola Nacional de Educação Física e Desportos”.
“Diário Oficial” de 22-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 193, de 20 de novembro de 1945**
— “Dispõe sobre promoção no corrente ano letivo”.
“Diário Oficial” de 22-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 194, de 20 de novembro de 1945**
— “Revoga os Decretos-leis n.º 2 072, de 8 de março de 1940, n.º 2 310, de 14 de junho de 1940, n.º 4 101, de 9 de fevereiro de 1942, e n.º 5 045, de 5 de dezembro de 1942”.
“Diário Oficial” de 22-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 195, de 20 de novembro de 1945**
— “Altera disposições do Decreto-lei n.º 1 190, de 4 de abril de 1939”.
“Diário Oficial” de 22-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 196, de 20 de novembro de 1945**
— “Altera disposições do Decreto-lei n.º 6 141, de 28 de dezembro de 1943”.
“Diário Oficial” de 22-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 197, de 20 de novembro de 1945**
— “Revoga o Decreto-lei n.º 8 025, de 2 de outubro de 1945, e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 22-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 198, de 20 de novembro de 1945**
— “Altera a redação do art. 2.º do Decreto-lei n.º 7 887, de 21 de agosto de 1945, extingue e cria cargos isolados e funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 22-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 199, de 21 de novembro de 1945**
— “Altera o art. 72 de Decreto-lei n.º 1 713, de 28 de outubro de 1939”.
“Diário Oficial” de 24-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 200, de 21 de novembro de 1945**
— “Altera a redação dos § 3.º e § 4.º do art. 3.º do Decreto-lei n.º 3 768, de 28 de outubro de 1941”.
“Diário Oficial” de 24-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 201, de 21 de novembro de 1945**
— “Altera o Decreto-lei n.º 5 175, de 7 de janeiro de 1945”.
“Diário Oficial” de 24-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 202, de 22 de novembro de 1945**
— “Restabelece o cargo de Diretor da Secretaria do Senado Federal”.
“Diário Oficial” de 22-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 203, de 22 de novembro de 1945**
— “Torna extensivo aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal o abono de emergência concedido aos servidores civis e militares da União”.
“Diário Oficial” de 27-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 204, de 22 de novembro de 1945**
— “Altera seu aumento de despesa, o Orçamento Geral da República”.
“Diário Oficial” de 27-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 205, de 22 de novembro de 1945**
— “Altera seu aumento de despesa, o Orçamento Geral da República”.
“Diário Oficial” de 24-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 206, de 22 de novembro de 1945**
— “Encorpora ao patrimônio nacional os bens que menciona, e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 24-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 207, de 22 de novembro de 1945**
— “Altera a redação dos artigos 1 594 e 1 612 do Código Civil, revoga o Decreto-lei n.º 1 907, de 28 de dezembro de 1939, e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 27-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 208, de 22 de dezembro de 1945**
— “Dispõe sobre a Comissão Executiva da Pesca criada pelo Decreto-lei n.º 5 030, de 4 de dezembro de 1942, modificado pelo Decreto-lei n.º 5 530, de 28 de maio de 1945”.
“Diário Oficial” de 23-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 209, de 23 de novembro de 1945**
— “Estende aos servidores que menciona da Prefeitura do Distrito Federal, as vantagens do Decreto n.º 17 905, de 27 de fevereiro de 1945”.
“Diário Oficial” de 27-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 210, de 23 de novembro de 1945**
— “Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 89 215,00, à verba que especifica”.
“Diário Oficial” de 27-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 211, de 23 de novembro de 1945**
— “Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 5 000,00, para ocorrer ao pagamento de gratificação por excesso de trabalho técnico”.
“Diário Oficial” de 27-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 212, de 23 de novembro de 1945**
— “Altera, seu aumento de despesa, o orçamento do Plano de Obras e Equipamentos para 1945, na parte relativa ao Ministério da Viação e Obras Públicas”.
“Diário Oficial” de 27-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 213, de 23 de novembro de 1945**
— “Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 5 000 000,00, para despesas da Fábrica Nacional de Motores”.
“Diário Oficial” de 26-11-945.

- Decreto-lei n.º 8 214, de 23 de novembro de 1945**
— “Dispõe sobre o crédito especial aberto pelo art. 2.º do Decreto-lei n.º 8 169, de 12 de novembro de 1945”.
- “Diário Oficial” de 26-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 215, de 23 de novembro de 1945**
— “Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 20 000 000,00, para prosseguimento e complementação das obras de ligação rodoviária do sul com o norte do país”.
- “Diário Oficial” de 26-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 216, de 23 de novembro de 1945**
— “Concede o direito de voto, onde se encontrarem eleitores, que menciona”.
- “Diário Oficial” de 26-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 217, de 23 de novembro de 1945**
— “Dispõe sobre a isenção de impostos nas aquisições de imóveis feitas por oficiais e praças da Força Expedicionária Brasileira”.
- “Diário Oficial” de 26-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 218, de 23 de novembro de 1945**
— “Altera a redação do art. 3.º do Decreto-lei n.º 7 582, de 25 de maio de 1945”.
- “Diário Oficial” de 28-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 219, de 26 de novembro de 1945**
— “Extingue os Conselhos Administrativos”.
- “Diário Oficial” de 26-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 220, de 26 de novembro de 1945**
— “Autoriza a mobilização das reservas de ouro disponíveis no país e no estrangeiro”.
- “Diário Oficial” de 28-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 221, de 26 de novembro de 1945**
— “Dispõe sobre prestação de exame especial de educação física”.
- “Diário Oficial” de 28-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 222, de 26 de novembro de 1945**
— “Dá nova redação aos arts. 2.º e 3.º do Decreto-lei n.º 1 417, de 13 de julho de 1939”.
- “Diário Oficial” de 28-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 225, de 27 de novembro de 1945**
— “Dispõe sobre a carreira de Farmacêutico dos Ministérios da Educação e Saúde, da Justiça e Negócios Interiores e do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências”.
- “Diário Oficial” de 7-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 226, de 27 de novembro de 1945**
— “Dispõe sobre as carreiras de Dentista dos Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Educação e Saúde e Justiça e Negócios Interiores”.
- “Diário Oficial” de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 228, de 27 de novembro de 1945**
— “Regula a situação dos oficiais da extinta Polícia Militar do Território do Acre e sua inclusão nos Quadros da Polícia Militar do Distrito Federal”.
- “Diário Oficial” de 1-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 229, de 27 de novembro de 1945**
— “Fixa o subsídio dos Deputados e Senadores e dá outras providências”.
- “Diário Oficial” de 1-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 230, de 27 de novembro de 1945**
— “Abre crédito suplementar de Cr\$ 250 000,00 à dotação que especifica”.
- “Diário Oficial” de 1-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 231, de 27 de novembro de 1945**
— “Declara feriados, em todo o território nacional, para efeitos forenses, os dias 3 a 15 de dezembro de 1945”.
- “Diário Oficial” de 1-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 232, de 27 de novembro de 1945**
— “Dispõe sobre atribuições do Advogado da Polícia Militar do Distrito Federal”.
- “Diário Oficial” de 1-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 235, de 27 de novembro de 1945**
— “Prorroga-se a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 7 070, de 23 de novembro de 1944”.
- “Diário Oficial” de 4-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 236, de 27 de novembro de 1945**
— “Abre ao Ministério de Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3 729,00, para pagamento de gratificações de
- “Diário Oficial” de 4-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 237, de 27 de novembro de 1945**
— “Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 247 000,00 à verba que especifica”.
- “Diário Oficial” de 4-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 238, de 27 de novembro de 1945**
— “Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 150 000,00, para atender a despesas com solenidades de formatura em estabelecimentos de ensino da Universidade do Brasil”.
- “Diário Oficial” de 4-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 239, de 27 de novembro de 1945**
— “Revoga dispositivos do Decreto-lei n.º 3 969, de 23 de dezembro de 1941 e do Decreto n.º 7 847, de 16 de setembro de 1945”.
- “Diário Oficial” de 1-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 241, de 27 de novembro de 1945**
— “Altera a redação do art. 206 do Decreto-lei n.º 1 713, de 28 de outubro de 1939, e do seu parágrafo único”.
- “Diário Oficial” de 28-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 245, de 28 de novembro de 1945**
— “Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 8 000,00, à verba que especifica”.
- “Diário Oficial” de 4-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 248, de 29 de novembro de 1945**
— “Dispõe sobre a Comissão Executiva do Leite criada pelo Decreto-lei n.º 2 384, de 10 de julho de 1940”.
- “Diário Oficial” de 29-11-945.

- Decreto-lei n.º 8 249, de 29 de novembro de 1945
— "Dispõe sobre a situação jurídica dos empregados das empresas encorporadas ao patrimônio da União".
"Diário Oficial" de 29-11-945.
- Decreto-lei n.º 8 250, de 29 de novembro de 1945
— "Suspende por noventa dias a cobrança dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras que incidem sobre a farinha de trigo".
"Diário Oficial" de 1-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 251, de 29 de novembro de 1945
— "Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 11 750,00".
"Diário Oficial" de 1-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 252, de 29 de novembro de 1945
— "Suprime a contribuição de empregados para a Legião Brasileira de Assistência, a que se refere o art. 2.º, alínea a, do Decreto-lei n.º 4 830, de 15 de outubro de 1942".
"Diário Oficial" de 1-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 253, de 29 de novembro de 1945
— "Altera a redação do art. 197 do Decreto-lei n.º 1713, de 28 de outubro de 1939".
"Diário Oficial" de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 254, de 29 de novembro de 1945
— "Altera o Decreto-lei n.º 7 526, de 17 de maio de 1945".
"Diário Oficial" de 1-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 255, de 30 de novembro de 1945
— "Autoriza a aquisição de um imóvel na cidade de Santos, Estado de São-Paulo".
"Diário Oficial" de 4-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 256, de 30 de novembro de 1945
— "Cria no Ministério da Marinha o Departamento Administrativo de Recuperação do Material (D. A. R. M.) e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 4-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 257, de 30 de novembro de 1945
— "Concede autonomia às Caixas Econômicas anexas às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Espírito-Santo, Santa-Catarina e Mato-Grosso, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 4-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 258, de 30 de novembro de 1945
— "Inclui cargo na carreira de Marinheiro, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda".
"Diário Oficial" de 7-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 259, de 30 de novembro de 1945
— "Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 50 000,00, à verba que especifica".
"Diário Oficial" de 7-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 260, de 30 de novembro de 1945
— "Cria no Tribunal Marítimo Administrativo dois cargos isolados".
"Diário Oficial" de 6-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 261, de 30 de novembro de 1945
— "Altera as carreiras de Escrivão, Dactiloscopista, Dactiloscopista-auxiliar e Detetive".
"Diário Oficial" de 4-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 262, de 30 de novembro de 1945
— "Altera a carreira de Comissário de Polícia do Ministério da Justiça e Negócios Interiores".
"Diário Oficial" de 4-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 263, de 30 de novembro de 1945
— "Cria taxas adicionais sobre preços do carvão nacional e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 1-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 264, de 1 de dezembro de 1945
— "Dispõe sobre gabaritos de construções nos bairros do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon".
"Diário Oficial" de 7-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 265, de 1 de dezembro de 1945
— "Cria, transforma e eleva cargos isolados, de provimento efetivo e em comissão, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 7-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 266, de 1 de dezembro de 1945
— "Cria e transforma cargos isolados, de provimento efetivo, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 7-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 267, de 3 de dezembro de 1945
— "Prorroga, no corrente exercício, o prazo para publicação dos orçamentos dos Estados e Municípios".
"Diário Oficial" de 4-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 268, de 3 de dezembro de 1945
— "Revoga o Decreto-lei n.º 3 368, de 25 de junho de 1941".
"Diário Oficial" de 4-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 270, de 3 de dezembro de 1945
— "Altera disposições do Decreto-lei n.º 1 212, de 17 de abril de 1939".
"Diário Oficial" de 5-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 271, de 8 de dezembro de 1945
— "Dispõe sobre as subvenções concedidas aos Diretórios Acadêmicos dos estabelecimentos federais de ensino".
"Diário Oficial" de 5-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 272, de 3 de dezembro de 1945
— "Organiza como unidade técnico-administrativa a Faculdade Nacional de Farmácia da Universidade do Brasil".
"Diário Oficial" de 5-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 273, de 4 de dezembro de 1945
— "Dá nova organização às Forças Navais dos Estados Unidos do Brasil".
"Diário Oficial" de 6-12-945.

- Decreto-lei n.º 8 274, de 4 de dezembro de 1945 —
"Restabelece o regime de compra e venda em Bólsa para os títulos ao portador".
"Diário Oficial" de 7-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 275, de 4 de dezembro de 1945 —
"Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 2 000,00, à verba que especifica".
"Diário Oficial" de 7-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 276, de 4 de dezembro de 1945 —
"Modifica o Decreto-lei n.º 7 977, de 20 de setembro de 1945".
"Diário Oficial" de 7-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 277, de 4 de dezembro de 1945 —
"Altera, sem aumento de despesa, o orçamento Geral da República, na parte referente ao Ministério da Viação e Obras Públicas".
"Diário Oficial" de 7-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 278, de 4 de dezembro de 1945 —
"Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 5 000 000,00 à verba que especifica".
"Diário Oficial" de 8-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 279, de 4 de dezembro de 1945 —
"Altera, sem aumento de despesa, o orçamento do Plano de Obras e Equipamentos para 1945, na parte relativa ao Ministério da Viação e Obras Públicas".
"Diário Oficial" de 8-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 280, de 4 de dezembro de 1945 —
"Cria no Quadro Permanente do Ministério da Guerra a carreira de Alfaiate, altera a de Artífice do Quadro Suplementar e abre crédito suplementar".
"Diário Oficial" de 8-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 281, de 4 de dezembro de 1945 —
"Extingue o Depósito do Pessoal do Exército da Força Expedicionária Brasileira".
"Diário Oficial" de 8-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 282, de 4 de dezembro de 1945 —
"Dispõe sobre transformação de unidades-escolares".
"Diário Oficial" de 8-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 283, de 4 de dezembro de 1945 —
"Concede pensão especial à viúva de um oficial".
"Diário Oficial" de 8-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 284, de 4 de dezembro de 1945 —
"Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Guerra".
"Diário Oficial" de 8-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 285, de 4 de dezembro de 1945 —
"Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 395 086,00 para pagamento de diferença de vencimentos a professores militares".
"Diário Oficial" de 8-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 286, de 5 de dezembro de 1945 —
"Aprova o Acórdão Ortográfico para a unidade da língua portuguesa".
"Diário Oficial" de 8-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 287, de 5 de dezembro de 1945 —
"Altera e cria carreira nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Aeronáutica".
"Diário Oficial" de 10-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 288, de 5 de dezembro de 1945 —
"Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 936,00, para pagamento de gratificação de representação".
"Diário Oficial" de 13-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 289, de 5 de dezembro de 1945 —
"Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 143 000,00 às verbas que especifica".
"Diário Oficial" de 13-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 291, de 5 de dezembro de 1945 —
"Cria um hospital de primeira classe na 2.ª Zona Aérea".
"Diário Oficial" de 11-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 292, de 5 de dezembro de 1945 —
"Declara feriado para efeitos forenses o dia 8 de dezembro".
"Diário Oficial" de 6-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 293, de 5 de dezembro de 1945 —
"Dispõe sobre o cargo isolado de Contabilista, do Quadro Suplementar do Ministério das Relações Exteriores".
"Diário Oficial" de 7-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 294, de 5 de dezembro de 1945 —
"Cria cargos de Redatores no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 7-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 295, de 5 de dezembro de 1945 —
"Autoriza a concessão de um abono de emergência ao pessoal das autarquias federais".
"Diário Oficial" de 7-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 296, de 5 de dezembro de 1945 —
"Abre crédito suplementar ao Ministério da Guerra".
"Diário Oficial" de 8-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 297, de 5 de dezembro de 1945 —
"Abre crédito suplementar ao Ministério da Guerra".
"Diário Oficial" de 8-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 298, de 5 de dezembro de 1945 —
"Cria cargos isolados no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 6-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 299, de 6 de dezembro de 1945 —
"Transfere ao Ministério da Viação e Obras Públicas as atribuições dadas à Coordenação da Mobilização Econômica pelo Decreto-lei n.º 8 771, de 7 de agosto de 1944".
"Diário Oficial" de 12-12-945.

- Decreto-lei n.º 8 300, de 6 de dezembro de 1945 —
"Cria cursos técnicos na Divisão de Ensino Industrial, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 301, de 6 de dezembro de 1945 —
"Altera, sem aumento de despesa, o orçamento especial do Plano de Obras e Equipamentos".
"Diário Oficial" de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 302, de 6 de dezembro de 1945 —
"Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15 000,00 para atender ao pagamento de salários devidos a Matilde Matarazzo Gargiuli".
"Diário Oficial" de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 303, de 6 de dezembro de 1945 —
"Altera a legislação tributária da Prefeitura do Distrito Federal".
"Diário Oficial" de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 304, de 6 de dezembro de 1945 —
"Transforma a Comissão de Plano da Cidade em Departamento de Urbanismo, subordinado à Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal".
"Diário Oficial" de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 305, de 6 de dezembro de 1945 —
"Suprime dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho".
"Diário Oficial" de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 306, de 6 de dezembro de 1945 —
"Altera e introduz dispositivos no Decreto-lei n.º 7 961, de 18 de setembro de 1945, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 307, de 6 de dezembro de 1945 —
"Altera a redação do art. 3.º, do Decreto-lei n.º 7 496, de 26 de abril de 1945, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 8-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 308, de 6 de dezembro de 1945 —
"Dispõe sobre a autonomia técnico-administrativa do Departamento dos Correios e Telégrafos e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 309, de 6 de dezembro de 1945 —
"Reorganiza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 8-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 310, de 6 de dezembro de 1945 —
"Dispõe sobre promoção de funcionários do extinto Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas".
"Diário Oficial" de 8-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 311, de 6 de dezembro de 1945 —
"Cria uma receita especial destinada ao melhoramento e ampliação do aparelhamento dos portos organizados, substituindo o Decreto-lei n.º 7 995, de 24 de setembro do corrente ano e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 13-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 313, de 7 de dezembro de 1945 —
"Dispõe sobre jornais e empresas jornalísticas pertencentes aos governos da União, dos Estados e das entidades autárquicas".
"Diário Oficial" de 7-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 314, de 7 de dezembro de 1945 —
"Cria e inclui cargos, na lotação permanente da Alfândega de Jaguarão".
"Diário Oficial" de 10-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 315, de 7 de dezembro de 1945 —
"Dispõe sobre gratificação de magistério".
"Diário Oficial" de 11-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 316, de 7 de dezembro de 1945 —
"Altera a carreira de Arquivologista do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 14-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 317, de 7 de setembro de 1945 —
"Prorroga a vigência do crédito aberto pelo art. 2.º, do Decreto-lei n.º 6 646, de 29 de junho de 1944".
"Diário Oficial" de 14-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 318, de 7 de dezembro de 1945 —
"Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 200 000,00, à verba que especifica".
"Diário Oficial" de 14-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 319, de 7 de dezembro de 1945 —
"Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 580 000,00, para pagamento de indenização decorrente, de desapropriação de terrenos situados no Estado do Rio-de-Janeiro e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 320, de 7 de dezembro de 1945 —
"Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 155 000,00, para os serviços que menciona".
"Diário Oficial" de 14-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 321, de 7 de dezembro de 1945 —
"Altera o parágrafo único do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 8 208, de 22 de novembro de 1945".
"Diário Oficial" de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 322, de 7 de dezembro de 1945 —
"Torna extensivo aos servidores dos Territórios Federais o abono de emergência concedido aos servidores civis e militares da União".
"Diário Oficial" de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 323, de 7 de dezembro de 1945 —
"Altera o efetivo do Corpo de Fuzileiros Navais".
"Diário Oficial" de 10-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 323 A, de 7 de dezembro de 1945 —
"Reorganiza o Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.) e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 11-12-945.

- Decreto-lei n.º 8 324, de 8 de dezembro de 1945** — “Dispõe sobre a organização do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências”.
- “Diário Oficial” de 10-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 325, de 8 de dezembro de 1945** — “Dispõe sobre o pessoal do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências”.
- “Diário Oficial” de 10-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 326, de 8 de dezembro de 1945** — “Altera a carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências”.
- “Diário Oficial” de 10-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 327, de 10 de dezembro de 1945** — “Revoga o Decreto-lei n.º 4 937, de 9 de novembro de 1942 e dá outras providências”.
- “Diário Oficial” de 14-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 328, de 10 de dezembro de 1945** — “Dispõe sobre o provimento de cargos nas classes intermediárias e finais de carreiras de funcionários civis do Ministério da Guerra”.
- “Diário Oficial” de 14-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 329, de 10 de dezembro de 1945** — “Altera a carreira de Continuo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra”.
- “Diário Oficial” de 14-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 330, de 10 de dezembro de 1945** — “Dá nova denominação ao 1.º Batalhão de Infantaria Motorizada”.
- “Diário Oficial” de 14-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 331, de 10 de dezembro de 1945** — “Desapropria, para fins de utilidade pública, o domínio direto de um terreno em Natal, Estado do Rio-Grande-do-Norte e autoriza a aquisição de seu domínio útil e da casa nele existente”.
- “Diário Oficial” de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 332, de 10 de dezembro de 1945** — “Desapropria, para fins de utilidade pública, o domínio direto de um terreno em Natal, Estado do Rio-Grande-do-Norte e autoriza a aquisição do seu domínio útil”.
- “Diário Oficial” de 13-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 333, de 10 de dezembro de 1945** — “Desapropria, para fins de utilidade pública o domínio direto de um terreno em Natal, Estado do Rio-Grande-do-Norte e autoriza a aquisição de seu domínio útil e da casa nele existente”.
- “Diário Oficial” de 13-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 334, de 10 de dezembro de 1945** — “Anula o disposto no art. 3.º do Decreto-lei n.º 6 773, de 7 de agosto de 1944”.
- “Diário Oficial” de 13-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 335, de 10 de dezembro de 1945** — “Cria e extingue unidades de Aviação”.
- “Diário Oficial” de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 336, de 10 de dezembro de 1945** — “Altera sedes normais de estacionamento de unidades de Aviação”.
- “Diário Oficial” de 12-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 337, de 10 de dezembro de 1945** — “Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 68 320,30 para pagamento à The Amazon Telegraph Company, Limited”.
- “Diário Oficial” de 14-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 338, de 10 de dezembro de 1945** — “Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 2 600,00, à verba que especifica”.
- “Diário Oficial” de 14-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 339, de 10 de dezembro de 1945** — “Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República”.
- “Diário Oficial” de 14-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 340, de 10 de dezembro de 1945** — “Cede à Sociedade Brasileira de Educação o imóvel que menciona”.
- “Diário Oficial” de 14-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 341, de 10 de dezembro de 1945** — “Modifica dispositivos do Decreto-lei n.º 6 922, de 4 de outubro de 1944, e dá outras providências”.
- “Diário Oficial” de 13-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 342, de 10 de dezembro de 1945** — “Uniformiza o regime de promoção nas faculdades e escolas superiores”.
- “Diário Oficial” de 13-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 343, de 10 de dezembro de 1945** — “Transfere o Serviço de Biometria Médica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos para o Departamento Nacional de Saúde”.
- “Diário Oficial” de 13-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 344, de 10 de dezembro de 1945** — “Declara sem efeito o Decreto-lei n.º 7 122, de 4 de dezembro de 1944”.
- “Diário Oficial” de 13-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 345, de 10 de dezembro de 1945** — “Dispõe sobre habilitação para exercício profissional”.
- “Diário Oficial” de 13-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 346, de 10 de dezembro de 1945** — “Altera disposição do Decreto-lei n.º 8 272, de 3 de dezembro de 1945”.
- “Diário Oficial” de 13-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 347, de 10 de dezembro de 1945** — “Dá nova redação aos arts. 5.º, 15, 19, 20, 24, 25, 28, 35, 36, 38, 39, 43, 45, 49, 50, 51, 85, 88, 91 do Decreto-lei n.º 4 244, de 9 de abril de 1942”.
- “Diário Oficial” de 13-12-945.
- Decreto-lei n.º 8 348, de 10 de dezembro de 1945** — “Dispõe sobre a aposentadoria dos servidores das autarquias vinculadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas”.
- “Diário Oficial” de 13-12-945.

Decreto-lei n.º 8 349, de 11 de dezembro de 1945
— "Dá nova redação aos arts. 3.º e 4.º do Decreto-lei n.º 6 785, de 11 de agosto de 1944".

"Diário Oficial" de 14-12-945.

Decreto-lei n.º 8 350, de 11 de dezembro de 1945
— "Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 2 500,00, para o fim que especifica".

"Diário Oficial" de 14-12-945.

Decreto-lei n.º 8 351, de 12 de dezembro de 1945
— "Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 800 000,00, em favor da Comissão Executiva Têxtil".

"Diário Oficial" de 14-12-945.

Decreto-lei n.º 8 352, de 12 de dezembro de 1945
— "Prorroga prazo estabelecido no Decreto-lei n.º 6 622, de 22 de junho de 1944".

"Diário Oficial" de 14-12-945.

Decreto-lei n.º 8 353, de 12 de dezembro de 1945
— "Dá nova redação ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 6 527, de 24 de maio de 1944".

"Diário Oficial" de 14-12-945.

Decreto-lei n.º 8 354, de 12 de dezembro de 1945
— "Dispõe sobre a promoção e reforma de oficiais subalternos da Polícia Militar do Distrito Federal".

"Diário Oficial" de 14-12-945.

Decreto-lei n.º 8 355, de 12 de dezembro de 1945
— "Dispõe sobre a designação dos substitutos dos interventores".

"Diário Oficial" de 14-12-945.

Decreto-lei n.º 8 357, de 12 de dezembro de 1945
— "Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e abre crédito especial".

"Diário Oficial" de 14-12-945.

Decreto-lei n.º 8 358, de 12 de dezembro de 1945
— "Altera carreira no Quadro Especial do Ministério da Educação e Saúde".

"Diário Oficial" de 14-12-945.

Decreto-lei n.º 8 359, de 12 de dezembro de 1945
— "Prorroga até 31 de março de 1946 o prazo de isenção de que tratam os Decretos-leis ns. 6 443, de 27 de abril de 1944, e 7 577, de 22 de maio de 1945".

"Diário Oficial" de 14-12-945.

Decreto-lei n.º 8 360, de 13 de dezembro de 1945
— "Altera, sem aumento de despesa, o orçamento Geral da República".

"Diário Oficial" de 13-12-945.

Decreto-lei n.º 8 363, de 13 de dezembro de 1945
— "Revoga o título dos contratos de trabalho na indústria têxtil, constante do Decreto-lei n.º 6 688, de 13 de julho de 1944, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 15-12-945.

Decreto-lei n.º 8 364, de 13 de dezembro de 1945
— "Autoriza o prefeito do Distrito Federal a alienar o imóvel que menciona".

"Diário Oficial" de 15-12-945.

Decreto-lei n.º 8 365, de 13 de dezembro de 1945
— "Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1946".

"Diário Oficial" de 15-12-945.

Decreto-lei n.º 8 367, de 13 de dezembro de 1945
— "Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 18 960 000,00, para despesas com o fornecimento de notas de papel-moeda".

"Diário Oficial" de 15-12-945.

Decreto-lei n.º 8 368, de 13 de dezembro de 1945
— "Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 500,00, à verba que especifica".

"Diário Oficial" de 15-12-945.

Decreto-lei n.º 8 369, de 13 de dezembro de 1945
— "Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 1 200,00, à verba que especifica".

"Diário Oficial" de 15-12-945.

 Concorra para que o Brasil seja geograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Íntegra da legislação de interesse geográfico

Decretos-leis

Decreto-lei n.º 8 181, de 19 de novembro de 1945

Divide o território nacional em Distritos Navais e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Os Estados, os Territórios Federais e as ilhas oceânicas, para efeito de defesa nacional a cargo do Ministério da Marinha, ficam divididos em regiões, denominadas Distritos Navais e distribuídas da seguinte forma:

1.º *Distrito Naval* — Estados do Espírito-Santo, Rio-de-Janeiro, Minas-Gerais, parte de Goiás (do Município de Pôrto-Nacional exclusiva, para o Sul), São-Paulo e Distrito-Federal, Ilhas da Trindade e Martim-Vas — sede na cidade do Rio-de-Janeiro (Distrito-Federal).

2.º *Distrito Naval* — Estados de Sergipe e Bahia e Arquipélago dos Abrolhos — sede em Salvador.

3.º *Distrito Naval* — Estados do Ceará, Rio-Grande-do-Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; Território de Fernando-de-Noronha, Ilhas Rocas e penedos São-Pedro e São-Paulo — sede em Recife.

4.º *Distrito Naval* — Estados do Amazonas, Pará, parte de Goiás (do Município de Pôrto-Nacional inclusiva, para o Norte), Maranhão e Piauí e Territórios do Acre, Guaporé, Rio-Branco e Amapá — sede em Belém.

5.º *Distrito Naval* — Estados do Paraná, Santa-Catarina e Rio-Grande-do-Sul e Território de Iguazu — sede em São-Francisco.

6.º *Distrito Naval* — Estado de Mato-Grosso e Território de Ponta-Porá — sede em Ladário.

Art. 2.º — A autoridade dos comandantes dos Distritos Navais se estende a todo o litoral marítimo, estreitos, canais, baías, enseadas, portos, ilhas litorâneas, bacias fluviais, lagoas e lagoas existentes nos Estados, nos Territórios e nas ilhas oceânicas sob sua jurisdição.

Art. 3.º — Os Distritos Navais ficam diretamente subordinados ao Estado Maior da Armada e devem manter entre si estreita cooperação e entendimento.

Art. 4.º — Para a organização e execução de medidas de segurança e defesa, os comandantes dos Distritos Navais têm autoridade sobre todas as repartições e estabelecimentos do Ministério da Marinha, existentes na zona de sua jurisdição, continuando porém, estes subordinados, para fins técnicos ou administrativos, às Diretorias ou Serviços de cuja organização façam parte.

Art. 5.º — O comando dos Distritos Navais é atribuído a Oficial General do Quadro Ordinarío do Corpo de Oficiais da Armada.

Art. 6.º — Para a execução do presente decreto-lei será baixado o respectivo Regulamento.

Art. 7.º — Ficam desde já instalados os 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 6.º Distritos Navais. O 5.º Distrito Naval será instalado quando for julgado conveniente pelo ministro da Marinha.

Art. 8.º — Nos casos de estado de emergência ou de guerra, quando se tornar necessário e a juízo do Governo, os serviços de navegação fluviais e lacustres, com todo o aparelhamento e organização do pessoal, ficarão subordinados aos respectivos Distritos Navais.

Art. 9.º — O Governo, tendo em consideração as exigências da defesa nacional, poderá criar e instalar outros Distritos Navais, desmembrados dos especificados em o artigo 1.º, determinando suas sedes, bem como modificar a jurisdição territorial ora adotada.

Art. 10 — As sedes dos Distritos Navais poderão ser transferidas para outros locais, a critério do Governo, de acordo com os interesses da defesa nacional.

Art. 11 — A Base Naval de Natal, ora em construção, passará à jurisdição do 3.º Distrito Naval, quando julgado oportuno.

Art. 12 — Ficam expressamente revogados os Decretos n.º 10 359, de 31 de agosto de 1942, e n.º 10 446 A, de 14 de setembro de 1942.

Art. 13 — O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 19 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 58.º da República.

JOSE LINHARES.

Jorge Dodsworth Martins.

"Diário Oficial" de 23-11-1945.

★

Decreto-lei n.º 8 183, de 19 de novembro de 1945

Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 179 250,00, para despesas com a Delegação do Brasil à Conferência Técnica Preparatória sobre Questões Marítimas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de cento e setenta e nove mil duzentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 179 250,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender às despesas (Serviços e Encargos) com a Delegação do Brasil à Conferência Técnica Preparatória sobre Questões Marítimas, a realizar-se em Londres, durante o corrente mês.

Art. 2.º — Esse decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 19 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSE LINHARES.
R. Carneiro de Mendonça.
J. Pires do Rio.

"Diário Oficial" de 23-11-945.

★

Decreto-lei n.º 8 242, de 28 de novembro de 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 225 670,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de duzentos e vinte e cinco mil seiscentos e setenta cruzeiros (Cr\$ 225 670,00), para atender às despesas (Serviços e Encargos) decorrentes do pagamento do abono de emergência criado pelo Decreto-lei n.º 8 169, de 12 de novembro corrente, ao pessoal da Comissão de Limites do mesmo Ministério, correspondendo Cr\$ 75 000,00 à Primeira Divisão e Cr\$ 150 670,00, à Segunda Divisão.

Art. 2.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 28 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSE LINHARES.
P. Leão Veloso.
J. Pires do Rio.

"Diário Oficial" de 30-11-945.

★

Decreto-lei n.º 8 244, de 28 de novembro de 1945

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 464 806,00, para atender aos gastos iniciais da Organização Internacional Provisória de Aviação Civil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de quatrocentos e sessenta e quatro mil oitocentos e seis cruzeiros (Cr\$ 464 806,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender aos gastos iniciais (Serviços e Encargos) da Organização Internacional Provisória de Aviação Civil, criada pelo Acordo Provisório de Aviação Civil Internacional, aprovado por Decreto-lei n.º 7 951, de 11 de setembro de 1945.

Art. 2.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 28 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSE LINHARES.
P. Leão Veloso.
J. Pires do Rio.

"Diário Oficial" de 30-11-945.

★

Decreto-lei n.º 8 246, de 28 de novembro de 1945

Abre ao Conselho de Imigração e Colonização o crédito de Cr\$ 45 200,00 suplementar à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito suplementar de quarenta e cinco mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 45 200,00) à verba I — Pessoal — Consignação III — Vantagens, Subconsignação 14 — Gratificação de representação, do anexo 7, art. 3.º do Decreto-lei n.º 7 191, de 23 de dezembro de 1944, na forma abaixo:

VERBA I — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

Sub-consignação 14 — Gratificação de representação Cr\$ 45 200,00

Art. 2.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 28 de novembro de 1945, 124.º de Independência e 57.º da República.

JOSE LINHARES.
J. Pires do Rio.

"Diário Oficial" de 30-11-945.

★

Decreto-lei n.º 8 304, de 6 de dezembro de 1945

Transforma a Comissão do Plano da Cidade em Departamento de Urbanismo, subordinado à Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Art. 1.º — A Comissão do Plano da Cidade, criada pelo Decreto n.º 6 092, de 8 de novembro de 1937, fica transformada em Departamento de Urbanismo, subordinado à Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 2.º — O Departamento de Urbanismo será dirigido por um Diretor, padrão P, cargo que fica criado, bem como dois de Chefes de Serviços, sendo um Técnico, padrão N, e outro de Correspondência, padrão L, cargos esses que serão providos em comissão.

Art. 3.º — Fica o prefeito do Distrito Federal autorizado a redistribuir os serviços da Secretaria Geral de Viação e Obras, tendo em vista os interesses da cidade e o maior rendi-

mento de trabalho especializado nos seus diversos Departamentos.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio-de-Janeiro, 6 de dezembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

JOSÉ LINHARES.

A. de Sampaio Dória.

"Diário Oficial" de 12-12-945.

★

Decretos

Decreto n.º 15 634, de 23 de maio de 1944

Autoriza o funcionamento do Curso de Engenheiros de Minas e Metalurgistas da Escola Politécnica da Universidade de São-Paulo.

O Presidente da República:

Resolve, nos termos do art. 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, conceder au-

torização para o funcionamento do Curso de Engenheiros de Minas e Metalurgistas na Escola Politécnica da Universidade de São-Paulo, com sede na capital do Estado de São-Paulo.

Rio-de-Janeiro, 23 de maio de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

"Diário Oficial" de 28-11-945.

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

BAHIA

Decreto-lei n.º 640, de 7 de novembro de 1945

Autoriza o governo do Estado a doar uma área de terreno em Itaparica para o Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura.

O Interventor Federal no Estado da Bahia, na conformidade do disposto no art. 6.º, alínea IV, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica o governo do Estado da Bahia autorizado a doar ao Ministério da Agricultura uma área de terreno na cidade de Itaparica, afim de na mesma o Serviço de Meteorologia instalar um Posto Termo Pluviométrico.

Art. 2.º — A área a ser doada fica situada nos terrenos do Estado no morro conhecido por Alto de Santo-Antônio, naquela cidade, mede oito metros de frente por oito de frente a fundo e corresponde à localização indicada na planta que a este acompanha.

Art. 3.º — O governo do Estado providenciará o expediente necessário à efetivação da respectiva escritura e da entrega de terreno ao governo federal, livre e desembaraçado de qualquer ônus.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Cidade do Salvador, em 7 de novembro de 1945. — Renato Aleixo, Interventor Federal — Osvaldo César Rios.

"D. O. da Bahia" 8-11-945.

★

Decreto-lei n.º 658, de 16 de novembro de 1945

Cria o Instituto de Química Agrícola e Tecnologia da Bahia.

O Interventor Federal no Estado da Bahia, tendo em vista o disposto no art. 6.º, n.º V do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Instituto de Química Agrícola e Tecnologia, entidade autônoma, com personalidade jurídica, administração e patrimônio próprios, com sede e fóro nesta capital.

Art. 2.º — O Instituto de Química Agrícola e Tecnologia da Bahia é serviço público estadual, ficando, assim, seus bens, rendas e serviços isentos de todo e qualquer imposto, taxa ou contribuição fiscal, estadual ou municipal.

Art. 3.º — A representação, ativa e passiva, judicial e extrajudicial, do Instituto de Química Agrícola e Tecnologia da Bahia cabe ao diretor.

Art. 4.º — O Instituto de Química Agrícola e Tecnologia da Bahia tem por fim:

1.º) Estudar as matérias primas e os produtos industrializados, especialmente os baianos, no sentido de seu melhor conhecimento e aplicação.

2.º) Auxiliar, dentro de suas especialidades, o desenvolvimento de técnicos para o fomento da indústria baiana.

3.º) Incentivar o aproveitamento do solo para fins agrícolas, sob as bases de seu conhecimento químico, físico e biológico.

4.º) Divulgar e fiscalizar a execução da lei metrologia federal, bem assim das leis e contratos estaduais que imponham certificados e pareceres técnicos ligados às especialidades do Instituto de Química Agrícola e Tecnologia da Bahia.

§ 1.º — Para execução de seu programa, exercerá o Instituto três tipos de atividades:

a) os estudos de pesquisas em procura de novos produtos, de novas técnicas ou de novos processos de fabricação;

b) os trabalhos de rotina na aplicação de processos já conhecidos, para a determinação de características de produtos;

c) análises de solos, fertilizantes, fungicidas e inseticidas e pesquisas químico-agrícolas.

§ 2.º — O Instituto de Química Agrícola e Tecnologia da Bahia manterá uma publicação periódica de caráter técnico, como meio de divulgação própria de suas finalidades.

Art. 5.º — Ao Instituto, além de outras atribuições compatíveis com a sua finalidade, incumbe:

I — Executar, nas condições fixadas pelo Regulamento ou pelo Regimento interno e mediante a remuneração que for estabelecida, os ensaios que lhe forem solicitados, fornecendo aos interessados os respectivos certificados ou boletins.

II — Publicar seus trabalhos para a competente divulgação no país e no estrangeiro.

III — Exercer a supervisão, em todo o território do Estado da Bahia, da aplicação da lei nacional de pesos e medidas encarregando-se da distribuição do selo metrologico, em colaboração com o Instituto Nacional de Tecnologia.

IV — Encarregar-se, segundo as disposições legais que regulam o assunto, da fiscalização técnica dos contratos celebrados entre o governo e as pessoas, físicas ou jurídicas, que exploram as indústrias que aproveitam matéria prima nacional, inclusive as que têm por objeto as construções civis.

V — Propor ou sugerir ao governo as medidas que julgar necessárias ao desenvolvimento técnico-econômico do Estado.

VI — Proceder aos estudos necessários para determinar a existência de produtos nacionais e especialmente balanços, similares aos de importação do estrangeiro.

VII — Opinar quanto à necessidade de chamamento de técnicos estrangeiros, residentes fora do país, quando se tratar de assuntos relacionados com a sua especialidade.

VIII — Proceder aos ensaios para especificações e padronizações e aos exames técnicos para recebimento do material destinado aos serviços públicos do Estado e do Município desta capital.

Art. 6.º — Constituem o patrimônio do Instituto: o imóvel sito em Monte-Serrate, nesta cidade, de propriedade do Estado da Bahia, bem como as instalações, o material no mesmo existente, no valor total de Cr\$ 1 500 000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) que, por doação do Estado, passa à posse e plena propriedade do Instituto de Química Agrícola e Tecnologia e mais as dotações, subvenções, auxílios, donativos e legados que lhe forem feitos.

Parágrafo único — Enquanto não seja construída nova sede para a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, esta continuará a funcionar nas dependências que lhe foram reservadas no edifício ora doado ao Instituto.

Art. 7.º — Para auxiliar as despesas de manutenção do Instituto de Química Agrícola e Tecnologia, o governo do Estado e os Institutos Econômicos da Bahia contribuirão anualmente:

a) o Estado da Bahia com a quantia de Cr\$ 500 000,00 (quinhentos mil cruzeiros) que serão pagos em duodécimos mensais;

b) o Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia, com a quantia de Cr\$ 150 000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) que sairá do auxílio de Cr\$ 3 000 000,00 que o dito Instituto percebe anualmente, do Estado da Bahia (Decreto-lei estadual n.º 279, de 7 de agosto de 1944) da parte que é creditada à quota de capital do Estado da Bahia, no mesmo Instituto;

c) o Instituto de Cacaú da Bahia, com a quantia de Cr\$ 300 000,00 (trezentos mil cruzeiros) que sairá provisoriamente, da sua receita ordinária passando oportunamente a correr pela taxa de fomento;

d) o Instituto Baiano do Fumo, com a quantia de Cr\$ 75 000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), que sairá da quota do Fomento e Organização Econômica da Lavoura do Fumo;

e) a Cooperativa Central do Instituto de Pecuária da Bahia, com a quantia de Cr\$ 75 000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), que sairá das quotas previstas do Decreto-lei n.º 10 779, de 10 de junho de 1938.

§ 1.º — No ano corrente, as contribuições acima especificadas ficarão reduzidas a 30 % de sua prefixação, que serão pagas até 5 dias depois da publicação deste decreto-lei.

§ 2.º — As contribuições dos Institutos Econômicos, serão pagas em duas prestações iguais: uma até 5 de janeiro e outra até 5 de julho de cada ano.

§ 3.º — As contribuições de que trata este artigo, tanto da parte do Estado, como dos Institutos Econômicos, somente prevalecerão ou serão exigíveis, no todo ou em parte, enquanto o Instituto não tiver ou não auferir renda bastante para prover ao seu custeio e à manutenção dos seus serviços.

§ 4.º — As rendas provenientes de taxas, certificados e serviços outros prestados pelo Instituto de Química Agrícola e Tecnologia serão recolhidos ao Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia.

Art. 8.º — São órgãos constitutivos do Instituto de Química Agrícola e Tecnologia:

- a) Conselho de Administração;
- b) Diretoria.

§ 1.º — O Conselho de Administração compõe-se dos presidentes do Instituto Central de Fomento Econômico, do Instituto de Cacaú, do Instituto do Fumo, da Cooperativa Instituto de Pecuária e de 2 professores catedráticos das Escolas Politécnica e de Agricultura e Medicina Veterinária, sob a Presidência efetiva do secretário da Agricultura, Indústria e Comércio.

§ 2.º — Os professores membros do Conselho serão designados pelas Congregações das respectivas Escolas, com mandato por 4 (quatro) anos, podendo ser renovado.

§ 3.º — O diretor será de livre nomeação do governo, dentre técnicos especializados de reconhecido mérito, com mandato por 5 (cinco) anos, podendo ser reconduzido.

Art. 9.º — Compete ao Conselho de Administração:

- a) Atender a consultas do diretor, relativas a problemas administrativos do Instituto;
- b) Emitir parecer sobre os programas que fixam as linhas gerais de ação do Instituto;
- c) Fixar os pormenores do funcionamento do Instituto e as atribuições dos respectivos funcionários, em regimento interno;
- d) Decidir sobre o relatório e balanços anuais apresentados pelo diretor;
- e) Propor ao governo do Estado, quando julgar conveniente, a reforma do Regulamento do Instituto;
- f) Autorizar privativamente:

I — a alienação e permuta de bens imóveis ou a constituição de quaisquer ônus sobre os mesmos, com anuência do governo do Estado.

II — a realização de empréstimos.

III — a representação do Instituto em quaisquer certames, no Estado ou fora dele, seja qual for a sua finalidade.

g) A aprovação do orçamento anual da receita e despesa do Instituto proposto pelo diretor na 1.ª quinzena do mês de dezembro para o ano imediatamente seguinte;

h) A aplicação das penas de demissão e de suspensão dos funcionários por mais de 90 (noventa) dias;

i) Fixar os vencimentos e vantagens do pessoal e o respectivo regime de férias, respeitada a legislação pertinente à espécie;

j) Conceder licença ao diretor;

l) Conceder licença aos funcionários quando de tempo maior de 90 dias;

m) A criação de seções técnicas e administrativas por proposta do diretor;

n) Todas as demais atribuições que lhe forem concedidas pelo Regulamento desta lei.

Art. 10 — O Regulamento desta lei fixará as atribuições do diretor e de todo o pessoal.

Art. 11 — As quantias provenientes das contribuições de que trata o art. 7.º serão depositadas no Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia, em nome e à livre disposição do Instituto de Química Agrícola e Tecnologia e serão aplicadas na forma estabelecida no Regulamento deste decreto-lei.

Art. 12 — O Conselho fixará os vencimentos e vantagens do diretor, com a aprovação do governo do Estado.

Art. 13 — Dirigirão as seções técnicas, profissionais especializados, de reconhecida competência designados pelo diretor, com a aprovação do Conselho de Administração.

Art. 14 — O pessoal técnico e administrativo será admitido mediante proposta do diretor ao Conselho de Administração.

Art. 15 — É permitido ao diretor utilizar o serviço de técnicos estranhos ao quadro do Instituto em caso de necessidade comprovada, mediante remuneração e encargos outros previamente aprovados pela Conselho de Administração.

Art. 16 — O Instituto manterá escrita regular, sendo que a do seu movimento financeiro será organizada em forma comercial, devendo o diretor apresentar balancete trimestral do mesmo ao Conselho de Administração, e anualmente, relatório e balanço ao governo do Estado, com parecer do dito Conselho.

Art. 17 — Os membros do Conselho de Administração, perceberão a gratificação de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) por sessão ordinária a que comparecerem.

Parágrafo único — As sessões ordinárias do Conselho serão realizadas trimestralmente e as extraordinárias mediante convocação do presidente.

Art. 18 — O membro do Conselho de Administração que faltar injustificadamente, a 4 sessões ordinárias consecutivas, do Conselho, entende-se que renunciou ao mandato.

Art. 19 — Em caso de renúncia, demissão ou licença de qualquer dos membros do Conselho, se fôr um dos representantes dos Institutos Econômicos, exercerá o cargo o respectivo substituto de acordo com a lei que rege os ditos Institutos; se representante da Escola Politécnica da Bahia ou da Escola de Agricultura e Medicina Veterinária estas designarão os substitutos.

Art. 20 — Só com a presença da maioria absoluta de seus membros, poderá o Conselho deliberar sobre qualquer assunto.

Art. 21 — O diretor participará das reuniões do Conselho de Administração, sem direito ao voto.

Art. 22 — É vedada a nomeação para qualquer cargo do Instituto de parentes até o 3.º grau de direito civil, de qualquer dos membros do Conselho ou do diretor.

Art. 23 — Dissolvido o Instituto de Química Agrícola e Tecnologia, seus bens, direitos e obrigações, passarão incontinenti, à plena propriedade ou à responsabilidade do Estado da Bahia.

Art. 24 — Este decreto-lei, que será regulamentado no prazo de 30 dias, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado da Bahia, em 16 de novembro de 1945. — *Jodo Vicente Bulcão Vianna*, Interventor Federal. — *Oriando Gonçalves de A. Tezela*.

"Diário Oficial" da Bahia, 17-11-945.

★

Decreto-lei n.º 13 342, de 31 de outubro de 1945

Designa o dia 15 de novembro para a instalação do distrito de Piragiba, do termo de Barra.

O Interventor Federal no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições e atendendo a que não foi possível intalar-se no dia fixado pelo Decreto n.º 13 298, de 17 de setembro último, o distrito de Piragiba, do termo de Barra, resolve designar o dia 15 de novembro para a instalação do mesmo distrito.

Cidade do Salvador, 31 de outubro de 1945. — *Renato Aletro*, Interventor Federal. — *Clóvis Espinola*.

"Diário Oficial" da Bahia, 1-11-945.

★

FERNAMBUCO

Decreto-lei n.º 1 265, de 4 de dezembro de 1945

O Interventor Federal no Estado de Pernambuco, usando das atribuições que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, combinado com o art. 2.º de Decreto-lei federal n.º 8 219, de 23 de novembro findo,

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Arquivo Público Estadual, diretamente subordinado à Secretaria do Interior.

Art. 2.º — Ao Arquivo Público Estadual (A. P. E.), compete guardar e conservar:

I — Os originais de todas as leis sancionadas pelo Poder Executivo, bem como os seus decretos, atos, portarias e regulamentos;

II — Os documentos históricos de qualquer natureza;

III — O decalque da correspondência oficial das autoridades estaduais;

IV — Os processos administrativos findos;

V — Os relatórios e memoriais apresentados por comissões nomeadas pelo governo, seja qual fôr o fim;

VI — Os documentos públicos de qualquer natureza que interessar possam à história ou a ciências afins.

VII — Os mapas geográficos levantados pelas repartições públicas, que já não interessarem às mesmas;

VIII — Os documentos referentes ao patrimônio estadual;

IX — Os livros, documentos e papéis das repartições extintas, e

X — Os documentos, papéis e livros de qualquer natureza existentes nos arquivos das repartições, os quais possam sair sem prejuízo do serviço.

Art. 3.º — Nenhum documento, livro, mapa, relatório, memorial e papel de qualquer natureza que possua valor histórico, das repartições estaduais e municipais, inclusive dos cartórios, será inutilizado sem prévia autorização do diretor do A. P. E.

Art. 4.º — Qualquer documento, seja público seja particular, poderá ser guardado no A. P. E. se a este interessar.

Art. 5.º — Todos os papéis, documentos, relatórios, livros e memoriais que derem entrada no A. P. E., serão devidamente registrados em livro próprio.

Parágrafo único — Dêsse registro constará obrigatoriamente, a data de entrada do papel, a sua procedência e o seu objeto.

Art. 6.º — O A. P. E. publicará uma revista semestral, para a divulgação sistemática de documentos inéditos que estejam sob a sua guarda.

Art. 7.º — O A. P. E. poderá solicitar, por empréstimo, para publicar na sua revista, às instituições culturais particulares ou a repartições estaduais, municipais e federais, documentos, livros manuscritos e outros papéis que, tenham ou não pertencido ao Estado, ainda se conservem inéditos.

Art. 8.º — Até que o governo do Estado possa dar-lhe um edifício apropriado, o A. P. E. funcionará no local em que está sediado o Arquivo Geral.

Art. 9.º — É extinto o Arquivo Geral, ficando sob a responsabilidade do A. P. E. todos os papéis, documentos e livros nele existentes.

Art. 10 — O quadro do pessoal do Arquivo Público Estadual será o seguinte:

- 1 — Diretor, padrão S.
- 1 — Secretário, padrão M.
- 1 — Escrivão, padrão L.
- 1 — Escrivão, padrão J.
- 1 — Porteiro, padrão G.
- 1 — Dactilógrafo, padrão F.
- 1 — Contínuo, padrão D.

Art. 11 — Ficam supressos os cargos que se seguem no quadro Palácio do Governo.

- 1 — Escrivão, padrão L.
- 1 — Escrivão, padrão J.
- 1 — Contínuo, padrão F.
- 1 — Servente, padrão D.

Art. 12 — Dentro de sessenta dias o Arquivo Público Estadual organizará o seu regulamento, que será baixado na forma legal.

Art. 13 — Este decreto-lei entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1946.

Art. 14 — Revogam-se as disposições em contrário.

José Neves Filho.
Adauto Maia.
Sérgio Higino Dias dos Santos.
Paulo Parisio.
Lauro Borba.
Oswaldo Viriato de Medeiros.

"Diário Oficial" de Pernambuco, 5-12-1945.

★

SÃO PAULO

Decreto-lei n.º 15 247, de 4 de dezembro de 1945

Altera, em parte, a organização do Departamento Estadual de Estatística.

O Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Art. 1.º — A Divisão de Estatísticas Econômicas e Financeiras, do Departamento Estadual de Estatística, criada pelo Decreto-lei n.º 15 042, de 19 de setembro de 1945, fica desdobrada em: Divisão de Estatísticas da Produção e Comércio, e Divisão de Estatísticas da Circulação, Distribuição e Consumo.

Art. 2.º — Nas Divisões de que trata o artigo anterior e nas demais previstas no Decreto-lei n.º 15 042, bem como no Serviço de Administração, ficam criadas as seguintes seções:

I — na Divisão de Estatísticas Físicas, Sociais e Culturais (1.ª Divisão):

- a) 1.ª Seção — Estatística educacional;
- b) 2.ª Seção — Estatísticas fisiográficas do bem-estar, vida intelectual e vida moral (aspectos positivos).

II — na Divisão de Estatísticas Demográficas (2.ª Divisão):

- a) 1.ª Seção — Demografia estática e demografia dinâmica (aspecto intrínseco);
- b) 2.ª Seção — Demografia dinâmica (aspecto extrínseco, aspecto bionômico e aspecto biométrico).

III — na Divisão de Estatística da Produção e Comércio (3.ª Divisão):

- a) 1.ª Seção — Produção mineral, vegetal e animal;
- b) 2.ª Seção — Produção industrial;
- c) 3.ª Seção — Comércio internacional, interstadual e local.

IV — na Divisão de Estatística de Circulação, Distribuição e Consumo (4.ª Divisão):

- a) 1.ª Seção — Estatística da circulação;

b) 2.ª Seção — Estatística da distribuição e consumo.

V — na Divisão de Estatísticas Administrativas e Políticas (5.ª Divisão):

a) 1.ª Seção — Estatística policial criminal (aspectos negativos da vida moral e repressão);

b) 2.ª Seção — Estatísticas da administração, finanças públicas, organização e representação política.

VI — no Serviço de Administração:

- a) 1.ª Seção — Comunicações;
- b) 2.ª Seção — Pessoal e Contabilidade;
- c) 3.ª Seção — Material e Arquivo.

Art. 3.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 4 de dezembro de 1945.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.
Francisco Morato.
Cássio Vidigal.
A. Almeida Júnior.
Cristiniano Altenfelder Silva.
Pedro A. de Oliveira Ribeiro Sobrinho.
Antônio Cintra Gordinho.
Edgar Batista Pereira.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria da Interventoria, em 4 de dezembro de 1945.

Cassiano Ricardo,
 Diretor Geral.

★

Decreto n.º 15 250, de 4 de dezembro de 1945

Dispõe sobre a lotação de cargos no Departamento Estadual de Estatística.

O Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere o artigo 7.º, n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e nos termos do artigo 22 do Decreto-lei n.º 14 138, de 18 de agosto de 1944,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam lotados no Departamento Estadual de Estatística os seguintes cargos:

- Um (1) de Diretor de Divisão, padrão N;
- Um (1) de Assistente, padrão M;
- Cinco (5) de Assistente, padrão L;
- Dois (2) de Assistente, padrão J;
- Dois (2) de Assistente, padrão I;
- Seis (6) de Assistente, padrão H; e
- Um (1) de Consultor Jurídico, padrão K, todos criados na Tabela I, da Parte Permanente do Quadro Geral pelo Decreto-lei n.º 15 248, de 4 de dezembro de 1945, e
- Dois (2) de Técnico de Documentação, padrão M; e
- Dois (2) de Auxiliar de Documentação, padrão J, todos criados na Tabela II da Parte Permanente do Quadro Geral pelo Decreto-lei n.º 15 249, de 4 de dezembro de 1945.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 4 de dezembro de 1945.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.
Francisco Morato.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria da Interventoria, em 4 de dezembro de 1945.

Cassiano Ricardo,
 Diretor Geral.

"Diário Oficial" de São Paulo, 5-12-1945.

Resoluções do Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Geografia
Diretório Central

Íntegra das Resoluções n.ºs 207 e 208

Resolução n.º 207, de 5 de novembro de 1945

Consigna agradecimentos ao Estado Maior da Aeronáutica

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Resolve:

Art. 1.º — É consignado caloroso agradecimento ao Estado Maior da Aeronáutica, pela cessão feita ao Conselho de valiosa coleção de fotografias aéreas do território nacional, tiradas segundo a moderna técnica norte-americana de reconhecimento aerofotogramétrico.

Art. 2.º — Igualmente, manifesta o Conselho seu profundo reconhecimento ao Estado Maior da Aeronáutica pelo prestigioso apoio ao plano de mapeamento do território nacional oferecido ao Governo pelo Conselho, com base

nas fotografias aéreas tiradas e a serem tiradas na forma do art. 1.º.

Art. 3.º — Nos trabalhos geográficos e cartográficos a serem executados pelo Serviço de Geografia e Cartografia, mediante o aproveitamento das fotografias aéreas mencionadas, será dada prioridade às regiões de interesse para a Aeronáutica nacional.

Rio-de-Janeiro, em 5 de novembro de 1945, ano X do Instituto. — Conferido e numerado: *Virgílio Correia Filho*. — Secretário-Assistente-Interino do Conselho. — Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se: *Heitor Bracet*, Presidente em exercício do Instituto.

★

Resolução n.º 208, de 5 de novembro de 1945

Dispõe sobre a execução do orçamento do corrente exercício

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando as necessidades dos serviços, em face das disponibilidades e deficiências das verbas do orçamento vigente do Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — É autorizada a utilização das disponibilidades da verba III — Serviços e Encargos, subconsignação 04 — Impressão de mapas para o custeio de outras publicações editadas pelo Conselho;

Art. 2.º — As deficiências da verba I — Pessoal, subconsignação 01 — Vencimentos do pessoal do Conselho no corrente ano serão cobertas mediante adiantamento por conta do orçamento do ano vindouro;

Art. 3.º — Ficam destacados duzentos mil cruzeiros da verba III sub-consignação 07 — aparelhagem aerofotogramétrica e cem mil cruzeiros da verba III — sub-consignação 13 — Curso de Cartografia, curso de especialização e missões culturais no estrangeiro, para reforçarem a verba IV Eventuais sub-consignação 01 — Suplementação de verbas eventuais, a qual, na forma usual atenderá às deficiências das demais verbas orçamentárias.

Rio-de-Janeiro, em 5 de novembro de 1945, ano X do Instituto. — Conferido e numerado: *Virgílio Correia Filho*. — Secretário-Assistente-Interino do Conselho. — Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se: *Heitor Bracet*, Presidente em exercício do Instituto.

 O Boletim do Conselho Nacional de Geografia é distribuído gratuitamente aos órgãos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a determinadas instituições e personalidades, a critério da direção, destinando-se os exemplares restantes, à venda pública.